



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

JOSIMERY AMARO DE MELO

TRABALHO INFORMAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS:
Relações de exploração e subordinação ao capital e Estado

João Pessoa

2011

JOSIMERY AMARO DE MELO

**TRABALHO INFORMAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS:
Relações de exploração e subordinação ao capital e Estado**

Dissertação de Mestrado em Serviço Social
apresentado ao Programa de Pós Graduação
em Serviço Social para obtenção do título de
mestre em Serviço Social pela Universidade
Federal da Paraíba

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Tavares

João Pessoa

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

M528t *Melo, Josimery Amaro de.*

Trabalho informal dos catadores de materiais recicláveis: relações de exploração e subordinação ao capital e Estado / Josimery Amaro de Melo.-- João Pessoa, 2011.

184f. : il.

Orientadora: Maria Augusta Tavares

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1. Serviço Social. 2. Trabalho informal. 3. Catadores – organização do trabalho. 4. Coleta seletiva – João Pessoa(PB). 5. Estado e reciclagem.

JOSIMERY AMARO DE MELO

**TRABALHO INFORMAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS:
Relações de exploração e subordinação ao capital e Estado**

Dissertação Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

PROF^a.Dr^a. Maria Augusta Tavares.
UFPB/ CCHLA/ PPSS (orientadora)

PROF^o. Dr^o. Marcelo Sitcovsky Santos Pereira
Examinador - UFPB/ CCHLA/ PPSS

Prof^a. Dr^a. Moema Amélia Serpa Lopes de Souza
UEPB/DS

JOÃO PESSOA
2011

*Dedico este trabalho a meu amado
pai João de Deus Pedro de Melo
(in memoriam), exemplo de ser
humano. Seu amor e ensinamentos
jamais se esquecerão.*

Agradecimentos

Agradeço a meus pais João (in memoriam) e Maroní, pela força, coragem e luta cotidianas que me possibilitaram almejar e concretizar mais esta etapa cumprida;

Ao meu amado companheiro, Jackson Vital, por tudo: pelo amor, estímulo, lenitivo e discursões teóricas;

Aos meus irmãos, Jânio, Milton e Jônatas, pela confiança e incentivo;

As minhas colegas de mestrado, Cida Nunes, Elaine Bonfim, Aline Medeiros pela partilha das dificuldades e conquistas;

A Universidade Federal da Paraíba - UFPB - por ter permitido minha formação;

A Guga minha orientadora, pelo norte e rigor teórico;

Aos membros desta banca que nos atenderam com tanta solicitude:

*Prof^o. Dr^o. Marcelo Siteovsky Santos Pereira e Prof^a. Dr^a. Moema
Amélia Serpa Lopes de Souza;*

Aos funcionários do Mestrado em Serviço Social, Fatinha, Zilene e Pedro, pela paciência e gentileza dispensadas;

Agradeço a Capes pelo financiamento da minha pesquisa;

E principalmente agradeço aos sujeitos desta pesquisa, catadores dos núcleos de coleta seletiva de João Pessoa, pela verdade, bravura e carinho.

Enfim agradeço a toda positividade que esteve na minha vibração!

“Não há fronteiras para os que exploram, também, não deverá haver para os que lutam”.

(Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCMR).

MELO, Josimery Amaro de. **TRABALHO INFORMAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: Relações de exploração e subordinação ao capital e Estado**. 184 f. Dissertação (Mestrado) em Serviço Social. João Pessoa. Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

RESUMO

Com as mudanças estruturais no mundo trabalho, na década de 1970, o trabalho que é fonte de riqueza e de sustentação da sociedade e, também, da mais-valia capitalista foi sendo fragilizado. Por determinações do próprio sistema, que depois da crise não permite mais que todos os trabalhadores se reproduzam, tendo as garantias e os direitos trabalhistas, foram suprimidas muitas das conquistas da luta de classes e, também, concessões do Estado, sobretudo, resultantes na fase conhecida como os trinta anos gloriosos. A própria lógica do sistema provocou a crise do capitalismo e de seu modo de gestão da produção industrial, o *fordismo/taylorismo*. Este se apoiava na produção em larga escala e foi gradativamente substituído pela produção enxuta, que traz consigo os fenômenos da terceirização, da exteriorização da produção e do trabalho informal. O trabalho informal ou a nova informalidade nascida com a reestruturação produtiva marca a fase atual do capitalismo global, pois os trabalhadores são expulsos do mercado formal e incorporados à produção sendo explorados informalmente, realizando trabalhos através de associações e cooperativas ou até mesmo vendendo sua força de trabalho mediante relações informais. Neste, o trabalho é medido pela quantidade de mercadorias que produz não mais pelo tempo, o que permite que os trabalhadores sejam mais explorados já que são responsáveis pelo próprio trabalho e são desprovidos de quaisquer direitos trabalhistas. Percebe-se que o capital está sempre transformando os meios de produção e promovendo formas de exploração que reduzam o custo da produção. Além do exposto há a necessidade de fazer com que as mercadorias tenham tempo de vida mais curtas. Nesse sentido, atua a “taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias”, que viabiliza a lucratividade do capital e amplia os aglomerados de lixo e descartáveis pelos lixões e ruas das grandes e médias cidades desembocando em outro fenômeno atual: a reciclagem. Esta, longe de ter objetivos ambientais, reproduz a acumulação capitalista, pois os recicláveis chegam até às indústrias através do trabalho de catadores de materiais recicláveis, sujeitos diretos da precarização do trabalho. Nessa pesquisa tratamos da organização do trabalho dos catadores de resíduos recicláveis dos núcleos de coleta seletiva do Município de João Pessoa, tendo em vista a apreensão dos nexos econômicos e políticos que consubstanciam a relação entre trabalho, capital e Estado. Ancorada na teoria social marxista, essa investigação busca dar conta de uma das atuais expressões da questão social, sendo, portanto, relevante para o Serviço Social. Esta pesquisa confirma a hipótese de que as associações não são autônomas: são criadas e administradas pela EMLUR, que para atender a indústria de reciclagem desenvolve o discurso da geração de renda, pautada no ideário do empreendedorismo dos associados. Na realidade os catadores informais trabalham sem garantia alguma, seja da prefeitura, seja da indústria. Em contrapartida, ambos cultivam uma imagem de benfeitores, por estarem oferecendo condições de sobrevivência a tais trabalhadores e, ainda, investindo numa sociedade com responsabilidade socioambiental.

Palavras-Chave: Informalidade; Catadores; Capital; Estado e Reciclagem.

MELO, Josimery Amaro de. **WORK OF INFORMAL RECYCLABLE MATERIALS: Relations of exploitation and subordination to capital and state.** 184 p. Dissertation (Master's Degree) in Social Work. João Pessoa. Federal University of Paraíba – UFPB.

ABSTRACT

Because of the structural changes occurred in the 1970s, the work, which is the source of revenue and sustainment of society and also of the capitalist rise was becoming fragile. By determinations of the own system, which after the crisis does not permit that all workers reproduce themselves anymore, having the laborite guarantees and rights, acquisitions of class struggle and concession of State, especially in the period known as the thirty glorious years, which was derived from a pact between Fordism and Keynesianism. The own logic of the system provoked the crises of capitalism and its way of management of the industrial production, the Fordism/Taylorism. This one was based on the large-scale production and it was gradually substituted by the lean production, which has brought the outsourcing, the production exteriorization and the informal work phenomena. The informal work or the new informality emerged from the productive restructuration marks the current stage of the global capitalism, because workers have been expelled from the formal labor market and they have been incorporated to the production, being exploited informally. Moreover, they have been developed works through associations and cooperatives, or even, they have sold their workforce through informal labor relations. In this case, the work is measured by the quantity of goods they produce, not by the time, what permits more exploitation of workers because they are responsible for their own work and do not have any labor law. It can be noted that the capital is always changing the means of production, promoting ways of exploitation which reduce the costs of production. In addition, there is the necessity to make products with shorter lifetime. In this sense, the “decreasing utilization rate of the use value of goods” acts, what enables the profitability of capital and expands clusters of garbage and disposables in the city dumps and streets of large and medium cities, originating another current phenomenon: the recycling. This phenomenon, far from having environmental objectives, reproduces the capitalist accumulation, because recyclables come to industries through the work of recyclable material collectors, which are submitted to the precariousness of work. The present research is about the organization of work of recyclable material collectors in the nuclei of selective collection of the municipality of João Pessoa, in order to apprehend the economical and political links, which consubstantiate the relationships between labor, capital and State. Based on the Marxist social theory, this investigation intends to realize one of the current expressions of the social question. Therefore, it is important to Social Work. This research confirms the hypothesis that associations are not autonomous: they are created and administrated by EMLUR, which have developed the income generation discourse based on the ideals of entrepreneurship of their associated, in the intention to serve the recycling industry. In reality, the informal collectors work with no guarantee of both the municipality and industry. As a counterpart, both maintain images of benefactors because they have offered survival conditions to these workers and also investing in a company with socio-environmental responsibility.

Key-words: Informality; Collectors; Capital; State and Recycling.

LISTAS DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela1 - Identificação do campo e amostragem dos sujeitos da pesquisa.....	104
Tabela 2 - Renda adquirida através da catação (semanalmente).....	132
Gráfico 1 - Distribuição percentual das faixas de idade dos entrevistados.....	130

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 - Núcleo de coleta seletiva Bairro dos Estados.....**136**

FOTO 2 - Coleta de recicláveis a domicilio por catador da ASTRAMARE,
núcleo bairro dos Estados..... **140**

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAL – Associação Brasileira de Alumínio

ACEP – Associação Comunitária de Educação Popular

ASTRAMARE – Associação de Trabalhadores de Materiais Recicláveis

CCB – Código Civil Brasileiro

EMLUR – Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana

EPI – Equipamento de Proteção Pessoal

GEE – Gases do Efeito Estufa

MAR – Movimento dos Agentes Recicladores

MDL – Mecanismos de Desenvolvimento Limpo

MNCMR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

N.C. S – Núcleo de Coleta Seletiva.

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa

TCR – Taxa de Coleta de Resíduos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAP. 1 - DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: do <i>fordismo</i> ao <i>toyotismo</i>...	18
1.1 TAYLORISMO-FORDISMO.....	18
1.2 A CRISE CAPITALISTA DOS ANOS 70.....	28
1.3 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL.....	34
1.4 O TOYOTISMO.....	39
1.5 INCIDÊNCIAS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA SOBRE O TRABALHO.....	48
CAP. 2 - O CATADOR DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS E SUAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO.....	69
2.1 O TRABALHO INFORMAL DA ECONOMIA FLEXÍVEL.....	69
2.1.1 Breves notas sobre os conceitos de trabalho informal.....	72
2.1.2 O fetiche do empreendedorismo e o descomprometimento do Estado com a classe trabalhadora.....	77
2.2 O CATADOR E A INDÚSTRIA DA RECICLAGEM.....	83
2.3 O ESTADO E SUA RELAÇÃO COM O CAPITAL.....	91
CAP 3 - RELAÇÕES DE TRABALHO DO CATADOR DE LIXO EM JOÃO PESSOA	103
3.1 ASTRAMARE e ACORDO VERDE: a experiência associativista dos catadores de resíduos recicláveis	105
3.1.1 A relação subordinada da associação à EMLUR.....	113
3.1.2 A (i)legitimidade da associação entre seus associados.....	119
3.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO E VIDA DOS ASSOCIADOS.....	129

3.2.1 Quem são os catadores de resíduos recicláveis.....	129
3.2.2 O trabalho dos catadores e suas dificuldades.....	134
3.2.3 O catador e os direitos sociais do trabalho.....	143
3.3 OS CATADORES E SUA SUPOSTA AUTONOMIA.....	148
3.3.1 Comercialização e venda dos materiais recicláveis	151
3.3.2 A compreensão de autonomia na perspectiva dos associados.....	155
3.4 MUDAM OS GOVERNOS, NÃO A EXPLORAÇÃO.....	158
3.4.1 Quem usa os catadores: o Estado, o capital ou ambos?.....	160
3.4.2 A experiência associativista: o que teria mudado na vida dos catadores.....	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
REFERÊNCIAS.....	170
APÊNDICE.....	173
APÊNDICE A.....	173
APÊNDICE B.....	174
APÊNDICE C.....	175
APÊNDICE D.....	176
ANEXO.....	177

INTRODUÇÃO

Os trabalhadores que vêm sendo expulsos em massa do mercado formal de trabalho, a partir da crise estrutural de 1970, compõem hoje um número considerável de trabalhadores desempregados, informais e precarizados. Sujeitos que trabalham em casa ou nas ruas sendo responsável pelo seu trabalho, mas sem nenhuma garantia social ou expectativa de um futuro melhor. Dentre esses, figuram os catadores de materiais recicláveis.

Nesta pesquisa, o objeto de trabalho são os catadores de materiais recicláveis, associados à ASTRAMARE e à Acordo Verde, ambas em convenio com a Autarquia Especial de Limpeza Urbana – EMLUR, compondo os núcleos de coleta seletiva da cidade de João Pessoa-PB.

O interesse pela problemática dos catadores data da graduação, quando abordamos essa temática no trabalho de conclusão de curso, na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. O referido trabalho foi oportunizado pelo estágio supervisionado realizado na Unidade Básica de Saúde – UBSF “Dr. Adalberto de Almeida Cezar” do Programa Saúde da Família – PSF, no bairro do Pedregal, em Campina Grande, PB. Ali tivemos a oportunidade de acompanhar o cotidiano de uma grande maioria de moradores do bairro (adultos, crianças e idosos), que empurrando seus carrinhos cheios de lixo, adquiriam a manutenção total ou parcial da família. O termo é precisamente “lixo”, porque aqueles catadores não catavam apenas materiais recicláveis e sim tudo o que pudesse ser reutilizado e/ou reaproveitado.

Concluído o trabalho, percebemos a frágil noção que os catadores têm da sua atividade, do ciclo produtivo da qual a atividade faz parte, das relações de cooperação entre eles, bem como das distinções entre os que trabalham individualmente na rua e os que desenvolvem seu trabalho em associações e/ou cooperativas. Observamos que, à medida que foram sendo difundidas as preocupações com o meio-ambiente, diferentes organismos públicos e privados, se voltaram para a organização dos antigos catadores de lixo, no sentido de transformá-los em catadores de materiais recicláveis. Em João Pessoa, essa ação

foi assumida pelo Estado/Município, através da EMLUR, que, como já dissemos, reuniu os catadores em associações.

Sentimos a necessidade de, a partir de um estudo exploratório, identificar como foi organizado o programa de coleta seletiva e seus núcleos. Sabíamos ter sido necessário a extinção do grande lixão da cidade – Lixão do Roger. Nossa primeira curiosidade era saber para onde tinham ido às famílias que habitavam aquele lugar. Como teriam sido criadas as associações e/ou cooperativas de catadores, que passaram a existir em lugar do antigo lixão? Todos os antigos catadores teriam sido abarcados pelas associações? Como estariam vivendo os catadores que continuaram trabalhando individualmente? Quais seriam as relações entre as associações, a EMLUR e as indústrias que se interessam pelo uso dos recicláveis? Postas estas questões percebemos que seria impraticável desenvolver uma amostra com os catadores individuais de rua, devido ao grande número e à sua flutuação. Então, elegemos como sujeitos desta pesquisa os catadores reunidos em associados e/ou cooperativa no município de João Pessoa.

A escolha recaiu sobre esse grupo por razões bastante objetivas: 1) o limite de tempo para a realização da pesquisa não permitiria reunir os catadores que isoladamente realizam a sua atividade pelas ruas; 2) a dificuldade de localizar trabalhadores informais fazia com que os dados estatísticos acerca do trabalho informal fossem geralmente imprecisos. No que se refere à atividade em estudo, essa pode ser desenvolvida em qualquer parte da vida urbana, portanto, a pesquisa permitiu o acesso a 20% dos catadores de cada núcleo de coleta que nos permitiu através de suas falas identificar as imbricações existentes entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa - PMJP na representação da EMLUR e a indústria da reciclagem bem como os atravessadores que permeiam esta relação. Visitamos todos os núcleos de coleta seletiva que faziam parte das duas associações existentes até então na cidade de João Pessoa: ASTRAMARE (com cinco núcleos – situados nos bairros do Bessa, Cabo Branco, Bairro dos Estados, Roger e Aterro Sanitário) e Acordo Verde (Núcleo Acordo Verde no bairro de Mangabeira). Nestes aplicamos formulários semiestruturados e entrevistas semidiretivas fazendo uso de diário de campo e máquina fotográfica para registro das imagens e apreensões das falas daqueles sujeitos, também apresentamos a estes o termo de consentimento livre e esclarecido para que pudessem compreender os objetivos da pesquisa e

autorizar as informações cedidas. Com este estudo traçamos uma discussão profícua, na qual descobrimos que, a partir das transformações socioeconômicas dos últimos anos, as atividades precarizadas tendem a se ampliar e se complexificar, principalmente com os sujeitos submetidos ao trabalho informal.

A constituição, organização e conflitos existentes no interior dos Núcleos de Coleta Seletiva foram analisados, fomentando a possibilidade dos catadores obterem consciência de sua condição de classe – esta que nasce de sua vivência e indignação cotidianas, determinada pelas condições materiais de existência. Pretendemos com este estudo contribuir com o debate acerca da precarização do trabalho, bem como, com a apreensão da questão social, âmbito da atuação do Serviço Social.

Nesses termos, a dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo discute o desenvolvimento capitalista e as formas como se organiza o trabalho do fordismo ao toyotismo. Procuramos realçar as características do trabalho em cada um desses modelos, em termos de ganhos e retrocessos; as crises do capital, principalmente, da crise estrutural que se inicia nos anos 1970; a reestruturação do capital com o declínio do modelo fordista e os impactos desta sobre o mundo do trabalho.

Já no segundo capítulo desenvolvemos uma análise sobre as formas de trabalho surgidas com a reestruturação produtiva do capital, sobretudo, o trabalho informal. Analisam-se as principais concepções teóricas existentes sobre o trabalho informal e critica-se a lógica do empreendedorismo apregoada pelo Estado, uma vez que esta fomenta a precarização do trabalho, sob uma aparente autonomia deste. Ainda discutindo o informal apresentamos o nosso sujeito da pesquisa o catador de materiais recicláveis e sua função social, desenvolvida entre o Estado e o capital.

O terceiro e último capítulo sintetiza o resultado da nossa pesquisa empírica, realizada junto aos catadores de materiais recicláveis dos cinco núcleos de coleta seletiva e do aterro sanitário da cidade João Pessoa. Destacamos a constituição e organização social dos catadores, nas duas associações, ASTRAMARE e Acordo Verde, ponderando a autonomia e o pertencimento dos associados à associação; questionamos, ainda, a vinculação da associação à prefeitura e sua intenção de ruptura; a forma de ser da associação, as condições de trabalho dos catadores, seu

perfil socioeconômico e o que efetivamente representa essa associação em termos de mudanças na vida dos catadores na cidade de João Pessoa – PB.

Nas considerações finais ressaltamos a comprovação da hipótese que serviu de fio condutor à elaboração desta pesquisa. Aponta-se que o Estado, através da EMLUR, ao intermediar as relações de compra e venda dos materiais recicláveis reunidos nas associações: ASTRAMARE e Acordo Verde, não tem feito outra coisa a não ser viabilizar a exploração dos catadores, cujo trabalho se caracteriza pela precarização, fenômeno que se revela nas condições de existência desses trabalhadores e de sua família.

CAPITULO 1

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: do *fordismo* ao *toyotismo*

Parte da história do desenvolvimento capitalista pode ser contada através de dois padrões produtivos: o *fordismo*, por aproximadamente três quartos do século XX, e o *toyotismo*, das últimas décadas do século XX aos dias atuais. Ambos têm particularidades, que correspondem ao estágio de desenvolvimento da época, pelas quais, obviamente, o sistema busca preservar a lógica da acumulação incessante. Neste capítulo, vamos tratar de cada um desses momentos históricos, entre os quais se enfoca a crise como ineliminável do capitalismo, bem como os processos pelos quais o sistema se reestrutura, tendo em vista a sua preservação.

1.1 O TAYLORISMO-FORDISMO

O primeiro modelo de organização da produção industrial implantado e implementado no sistema capitalista foi o *taylorismo-fordismo*. Estreado pós-revolução industrial, a chamada administração científica iniciou-se no planejamento e administração das fábricas de automóveis e, posteriormente, massificou-se para todo o mundo. O americano Frederick Wislow Taylor (1865 -1915), embora não tenha sido o primeiro pesquisador a pensar na necessidade da administração científica¹, é reconhecido como o homem que inaugurou, efetivamente, a racionalização e a eficiência no trabalho, objetivando o aumento da produtividade, a total dominação do capital sobre o trabalho e, obviamente, a ampliação dos lucros.

Taylor era de uma família rica da Filadélfia – Estados Unidos, e conseqüentemente teve educação proporcional às suas condições materiais. Depois de preparar-se para a Universidade de Harvard, ele abandonou os estudos. Seu pai, advogado, o incentivava a seguir a mesma carreira, o que o revoltava e razão pela

¹ Os economistas clássicos, segundo Braverman, foram os primeiros a teorizar sobre o problema da organização do trabalho, “primeiros peritos em gerência”. Estes foram seguidos posteriormente já no séc. XIX por homens como Andrew Ure e Charles Babbage (Cf. BRAVERMAN, 1987).

qual iniciou a atividade de metalúrgico numa fabrica de amigos de seus pais como estagiário. Quando completou seu aprendizado foi trabalhar numa indústria siderúrgica também de amigos da família a *Midvale Steel Works*, onde por poucos meses foi um funcionário “comum”, sendo nomeado chefe dos mecânicos. Taylor era um homem comum, mas com pretensas ambições, segundo Braverman (1987, p. 87).

Em sua constituição Taylor era um exemplo exagerado de personalidade obsessiva compulsiva: desde mocinho ele contava seus passos, media o tempo de suas varias atividades e analisava seus movimentos à procura de ‘eficiência’. Mesmo depois de ficar importante e famoso tinha algo de engraçado, e quando aparecia na oficina despertava sorrisos. O retrato de sua personalidade, que surge de um estudo recentemente [...] justifica chamá-lo de maníaco neurótico. Esses traços ajustam-se a ele perfeitamente por seu papel como profeta da moderna gerencia capitalista, visto que o que é neurótico no individuo, no capitalismo é normal e socialmente desejável para o funcionamento da sociedade.

Desenvolvendo essa aptidão compulsiva pelo tempo, Taylor problematizou algo que só dizia respeito a ele, e até esse ponto era “normal”. Danoso foi quando quis aplicá-lo ao trabalho humano “transformando” indivíduos em “animais robotizados”, interessando apenas a tarefa maquinal irracional, executada em tempo hábil e sem erros.

Quando se formou engenheiro, suas ideias já nos idos de 1911 o fizeram publicar o primeiro livro intitulado: “*The Principles of Scientific Management*”. Harvey (2009, p.121) considera a referida obra,

um influente tratado que descrevia como a produtividade do trabalho podia ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento.

O *taylorismo* transformou-se em prática quando foi aplicada aos trabalhadores do chão de fábrica da indústria Ford. “A ideia *taylorista* acabou extrapolando o mundo da empresa e penetrando em todos os aspectos da vida, no século XX, como um ácido que dissolve tudo, nada foi capaz de detê-la” (NOBREGA, 1997, p.1).

O sistema científico de administração realmente agiu como um ácido, dissolvendo e corroendo a especialização do trabalhador e sua capacidade de

reconhecimento na mercadoria produzida; corroeu também o resto de tempo que o trabalhador tinha para a convivência familiar e para as atividades culturais; diluiu seus salários, suas energias e sua criatividade. O trabalhador após a inserção do método *taylorista*, perdeu a substância criadora do ser social, animalizando-se pelo processo maquinal e desumano ao qual fora submetido. Segundo Antunes (2003), o capital se apropriava do *savoir-faire* do trabalho, suprimindo a dimensão intelectual do trabalhador, que era transferida para a gerência científica. “O trabalhador para Taylor, não precisaria (nem deveria) ser inteligente, só precisaria obedecer. Pensar era para o gerente científico” (NOBREGA, 1997, p. 2).

Essa inteligência não está no ‘chão de fábrica’, apesar de poder passar por lá. Seu exercício continua sendo basicamente um processo elitista de responsabilidade de poucos, e esses poucos geralmente transitam por ambientes bem mais acarpetados que o chão de fábrica (Idem, p.3).

A ciência do trabalho para o pai da gerência era imprescindível para o desenvolvimento da produtividade na indústria e conseqüentemente para o aumento da mais-valia. Essa cientificidade era caracterizada, aprioristicamente, pela separação entre quem pensa e quem produz, ou seja, o gerente científico e o trabalhador.

Este poderia ser chamado de concepção e execução, melhor que seu nome mais comum de princípio da separação de trabalho mental e manual [...] Isto porque o trabalho mental, trabalho principalmente do cérebro, é também susceptível de separação e execução conforme o mesmo princípio: o trabalho mental é primeiro separado do manual e como veremos depois subdividido rigorosamente de acordo com a mesma norma. (BRAVERMAN, 1987, p.104).

Para Taylor, o trabalho no espaço da indústria, antes da gerência científica, era empírico e artesanal e impedia a livre ascendência que o mercado requeria. A administração científica possibilitava a separação entre planejamento e execução de tarefas, além do controle de todos os movimentos do trabalhador; nada deveria ser desperdiçado, sobretudo o tempo. Pensar a produção não deveria ser tarefa do trabalhador, mas sim do gerente científico, questão que provocou algumas reflexões, às quais Taylor precisou responder, como, por exemplo: por que o trabalho deve ser estudado pela gerência e não pelo próprio trabalhador? Por que gerência científica e não trabalho científico? Nessa perspectiva, Braverman (op. cit.) fazendo menção a

sua obra **Princípios da Gerência Científica**, aponta alguns elementos de sua reflexão:

- O desenvolvimento de uma ciência implica o estabelecimento de muitas normas;
- O emprego prático de dados científicos também exige uma sala na qual se guardem os livros, arquivos, etc., e mesa para trabalhar o planejador;
- Mesmo que o trabalhador fosse bem adequado ao desenvolvimento, o emprego de dados científicos seria fisicamente impossível para ele trabalhar em sua máquina e numa secretaria ao mesmo tempo;
- É evidente que em alguns casos um tipo de homem é necessário para planejar e um tipo inteiramente diferente para executar o trabalho.

Percebe-se que Taylor, a exemplo de todos os que advogam em favor do capital, atribui um caráter natural ao que é social. Está implícito nos princípios por ele defendidos para a gerência científica que a administração do trabalho requer tendências inatas. Igualmente se evidencia a necessidade de tempo para a formação do gerente, de inteligência — também concebida como se fosse um atributo natural — e de dinheiro, elementos inacessíveis a um simples trabalhador.

O mentor da gerência científica acreditava que as formas de controle dos tempos e movimentos poderiam ser aplicados também em outras atividades, não apenas nas formas simples mas também nas complexas, havendo assim a influencia do controle *taylorista* nas oficinas mecânicas e nos serviços de pedreiro (BRAVERMAN,1987). Frederick Taylor iniciou sua fama em 1910, quando um grupo de construção de estradas de ferro anunciou no *New York Times* a economia de \$1.000.0000 por dia, por ter inserido uma metodologia de controle do tempo e dos movimentos (NOBREGA, 1997). Mas o lugar que inaugurou a lógica racional do cronômetro *taylorista* e a repetição das tarefas nas esteiras rolantes foi como já dissemos, a indústria automobilística de Henry Ford, ampliando os lucros para aquela empresa. Com isso não se quer dizer que os métodos *tayloristas*, por si mesmos, geraram riqueza. Até a economia clássica, cuja perspectiva teórica impossibilita concluir pela mais-valia, entende que a riqueza é proveniente do

trabalho. “Os ganhos do capitalista [...] não provêm da circulação: sua origem está na exploração do trabalho” (PAULO NETTO; BRAZ, 2007, p.83).

A introdução de uma nova organização do trabalho aliada às novas tecnologias potencializou a capacidade do trabalho, ou seja, graças à maior exploração do trabalho vivo, tornou-se possível uma maior exploração, portanto, um maior acúmulo de capital.

Nunca é demais lembrar que o capital é uma relação, isto é, tem dois termos: capital e trabalho. Antes da indústria *fordista*, a extensão da jornada de trabalho aplicada para maximizar a produção de mais-valia e conceder poder à indústria causou alguns impactos na organização dos trabalhadores, que passaram a reivindicar melhores condições de trabalho e menores jornadas de trabalho. Tais reivindicações não podiam ser ignoradas, dado que o capital precisa ser legitimado pelos trabalhadores para garantir sua reprodução. Contudo, é da subsunção do trabalho humano que o sistema capitalista cria e recria seu poder. Nesse intento, o capital está sempre revolucionando os meios de produção, promovendo formas de exploração que reduzam o custo da produção e buscando todas as alternativas de expansão de mercado. Quem primeiro alcança esse mercado alcança grandes lucros, como aconteceu com a indústria Ford.

Mas, como já foi dito, por maior que seja a dominação do capital, não convém a este ignorar a luta de classes. A exemplo do que já ocorrera antes, quando a introdução da máquina na produção foi a forma encontrada para intensificar o trabalho operário, sem que os trabalhadores percebessem elevação da exploração, o *taylorismo-fordismo*, responsável por aplicar os métodos de gerência científica nas indústrias e montadoras de automóveis, precisou pensar formas para contornar as mudanças impostas na execução do trabalho dos operários, pois o trabalho especializado dos grandes mecânicos que fabricavam artesanalmente os veículos, do início à sua conclusão, já não interessava ao sistema (GOUNET, 2002). Ainda nessa perspectiva, lê-se em Bihr:

No *taylorismo* e no *fordismo*, ao contrário, o saber e a habilidade operários tendem a ser monopolizados pelo staff administrativo ou até mesmo a ser diretamente incorporado ao sistema de máquinas, provocando a expropriação dos operários em relação ao domínio do processo de trabalho e uma maior dependência em relação à organização capital do trabalho (1999, p.39).

A fábrica da *Ford Motor Company*, quando da sua inauguração, em 1903 tinha a sua produção de carros realizada por profissionais dotados de especialidade técnica. Cada carro era montado em um só lugar por certo número de mecânicos competentes, diz Braverman (1987). Mas, com o passar dos anos e com a criação do Ford T (1908), a produção foi convertida para os métodos e técnicas cronometrados e a inserção da esteira rolante (os componentes dos carros eram transportados e, à medida que passava com paradas periódicas, os homens executavam operações simples). Esse sistema fez história e foi responsável pelo início da era Ford da alienação e coisificação do homem.

Com esse processo consolidou-se a corrida desenfreada pela amplificação do poder de produção e consumo capitalista. “Por volta de 1925 foi criada uma organização que produzia quase tantos carros por dia quantos haviam sido fabricados num ano inteiro, no princípio da fabricação do Modelo T” (Idem, p. 131). Com todo o investimento e avanço na produção, Ford impõe aos trabalhadores longas jornadas de trabalho e achata os salários como medida de acréscimo dos lucros. Logo os trabalhadores iniciaram uma rota de resistência, passaram a pedir demissão e a transitar em vários empregos que oferecessem maior autonomia, pois o modelo *taylorista/fordista* ainda não estava massificado. Ford se viu diante de grande demanda por produção sem trabalhadores para executá-las: a indústria automobilística principia, então, em crise.

Ainda segundo o mesmo autor, esses sinais foram intensificados pela tendência sindicalizadora, iniciada pela associação de Trabalhadores Industriais do Mundo. “A reação de Ford à dupla ameaça de sindicalização e o êxodo de trabalhadores de sua fábrica foi à proclamação, feita com grande alarde, em princípio de 1914, de um salário de cinco dólares por dia” (BRAVERMAN, 1987, p.132).

Tão grande foi a proposta, que se iniciou uma verdadeira peregrinação às indústrias Ford. Essa estratégia ratificou visceralmente a condição do trabalhador à situação de classe despossuída, que vende sua força de trabalho para sobreviver. O trabalhador caía no engodo do mercado, achando que a oferta de melhores salários era só uma questão de vontade e que isso em nada alteraria a condição do

capitalista. Tem razão Mészáros (2006) quando nos mostra que o capitalista não tem esse poder de decisão, uma vez que acima da sua vontade estão as determinações do sistema. De fato, Ford não suportou muito tempo o salário “glorioso”. Mas, a essa altura, os trabalhadores já não encontravam alternativas, pois o *fordismo* já tinha se disseminado. Além de tentar arregimentar os trabalhadores para a sua indústria com aquele “investimento” na jornada de trabalho de oito horas a cinco dólares, a intenção de Ford também era, segundo Harvey:

Dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficiente para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores. Mas isso presumia que os trabalhadores soubessem como gastar seu dinheiro adequadamente. Por isso, em 1916, Ford enviou um exército de assistentes sociais aos lares de seus trabalhadores ‘privilegiados’ (em larga medida imigrantes) para ter certeza que um novo homem da produção de massa tinha um tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isto é não alcoólico) e ‘racional’ para corresponder às necessidade e expectativas da corporação (2009, p. 122).

É notório o quanto o *fordismo* transpôs os muros da indústria para o ambiente pessoal e familiar de seus trabalhadores, sugerindo, inclusive, um retorno a normas de conduta que retrocedem ao século XIX. Observam-se também os chamados instrumentais do Serviço Social Individual de Caso e Comunidade, que atribuíam as mazelas sociais ao próprio indivíduo. O trabalhador tinha que se adequar ao meio. Assim, a disfunção social era corrigida pela técnica investida, ideológica e material, mas essa “ilusão de servir²” empreendida pelo assistente social não escamoteava a realidade vivida pelo trabalhador.

A mudança no regime de trabalho atingia fundo o trabalhador. Mais uma vez o fim capitalista causara um ciclo de ascensão e queda, ou seja, de crise, que resvala direta e primeiramente no trabalhador. A ausência de mercado consumidor que realizasse a produção em franca escala do *fordismo* e a concorrência dos mercados, ocasionadas pelo seu sucesso anterior, redundam na demissão de muitos trabalhadores e na redução de salários, agravando ainda mais o estado de

² Termo utilizado por MARTINELLI (2005) para designar a ação do Serviço Social no limiar de seu surgimento, junto à eclosão da questão Social. A autora afirma que a prática profissional do assistente social, como as demais, é submetida às determinações capitalistas, sendo, portanto, igualmente alienada, pois esta não tem a intenção de servir ao trabalho, e sim ao capital.

recessão. A “mão invisível”³ smithiana falhara e o capital “pediu socorro” ao Estado Estadunidense na figura de seu representante Frank Delano Roosevelt.

O marco histórico que determinou o sucesso e expansão do *taylorismo-fordismo* foi a década de 20, do século XX, regido pelos ditames norte-americanos e sua dilatação econômica. De acordo com Schmidt (2005), de cada cem carros que o mundo inteiro produzia oitenta e cinco eram produzidos nos Estados Unidos. Conforme Gounet,

Em 1921 pouco mais da metade dos automóveis do mundo (53%) vem das fabricas Ford. O capital da empresa, que era de dois milhões de dólares em 1907, passa a 250 milhões de dólares em 1919 graças aos lucros incessantes (2002, p. 20).

O método de produção *taylorista-fordista* se massificou e provocou uma corrida incessante entre todos os capitalistas; quem não se apoderasse do novo perderia competitividade, portanto corria o risco de falência. Em franca ascensão, o *fordismo* viabilizou, entre outras coisas, que após a primeira guerra mundial os Estados Unidos se tornassem o país mais rico e poderoso do mundo. O modelo de carro Ford T americano, símbolo de consumo da classe média dos Estados Unidos, nos anos vinte foi vendido a centenas de milhares de famílias (SCHMIDT, 2005). Quanto à sua periodização, Harvey afirma:

A data inicial simbólica do *fordismo* deve por certo ser 1914, quando Henri Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabeleceu no ano anterior em Dearbon, Michigan. Mas o modo de implantação geral do *fordismo* foi muito mais complicado do que isso (2009, p.221).

O protagonismo dos americanos não parou por aí. Se houve algum “vencedor” na primeira guerra mundial, estes foram os Estados Unidos, que subsidiaram os países europeus com armas e alimentos, o que possibilitou o período de grande êxito durante essa década. O Estado americano era um dos maiores exportadores de mercadorias (gêneros alimentícios, produtos agrícolas, e têxteis) do mundo; seus principais parceiros eram os europeus que, decorridos dez

³ Cf: Adam Smith, 1988.

anos da devastação pela guerra, estavam em paulatina reestruturação (SCHMIDT, 2005).

As exportações dos Estados Unidos diminuíram, provocando o aumento considerável de estoques tanto de mercadorias industrializadas como de produtos agrícolas. A situação se agravou a tal ponto que, em 1929, os empresários iniciaram uma verdadeira corrida pela venda de suas ações na bolsa de valores de *Nova York* que, saturada de ações, despencou, provocando a primeira grande crise do capital (Idem, Ibidem).

Como o capital já nasce mundializado, suas crises não podem ter efeitos localizados. Marx já dissera que:

Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias, comércio, são os pressupostos históricos sob os quais ele surge. Comércio mundial e mercado mundial inauguram no século XVI a moderna história da vida do capital (1984, p. 125).

Se esses pressupostos eram válidos no século XVI, mais ainda seriam no século XX. Portanto, a crise que nascera em Nova York não devastou somente o mercado americano, mas todo o mundo. Países em desenvolvimento como o Brasil que, no período, tinha na agricultura sua principal fonte de lucros e exportava café em grande escala para os Estados Unidos, sofreu grande abalo.

O impacto social mais nítido da crise econômica de 1929 foi o desemprego. Segundo Piletti e Piletti (1996), nos Estados Unidos foram doze milhões de desempregados na Inglaterra três milhões e na França meio milhão. Em 1932 havia cerca de trinta milhões de desempregados nos países capitalistas. Percebe-se, através desses dados históricos, que, em períodos de crises, o primeiro a sentir o impacto é o trabalhador, pois para o capitalista o valor de sua força de trabalho só tem sentido quando valoriza o capital. Se não há no mercado a possibilidade de realização da mais-valia, não interessa ao capital extraí-la. O antídoto para o grande mal que se apresentava era a intervenção do Estado, que “retornou” à cena depois de anos de liberalismo econômico. A esse respeito assevera Antunes que:

O processo de trabalho taylorista/fordista erigiu-se, particularmente durante o pós-guerra, um sistema de ‘compromisso’ e de ‘regulação’ que, limitado a uma parcela dos países capitalistas avançados, ofereceu a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser efetiva, duradoura e

definitivamente controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado (2003, p. 38).

Mas para seguir o padrão científico é preciso ter certo perfil, o que implica condições objetivas. Quando este se aplica a outros países, sobretudo aos países menos desenvolvidos, a questão torna-se mais complexa, as políticas entram no rol das discussões. Que Estado concederá mais subsídios ao capital industrial? Que país servirá de incubadora para desenvolver o capital industrial? Quem dá mais?

Nesse sentido, graças às possibilidades de geração de emprego e ao tecido industrial que é suscitado pela indústria automobilística, os países periféricos proporcionaram diferentes incentivos, visando à instalação de tais fábricas. Pode-se dizer que, por motivos diferentes, capital, Estado e trabalho desejam a presença das fábricas de automóveis.

Obviamente não se pode falar no binômio *taylorismo/fordismo* sem falar nas “conquistas” que o trabalho “conseguiu” através do pacto entre capital e trabalho e na posterior retração que sofreu com a crise estrutural no ano de 1970. Entre o fim da segunda grande guerra e meados dos anos 60, o capitalismo viveu o que historiadores chamaram de trinta anos gloriosos, apogeu do crescimento e do pacto entre o *fordismo* e o *keynesianismo*. No entanto, após longa fase de franca acumulação o sistema entra em crise, fazendo ruir não a base estrutural do sistema, mas os principais ordenamentos que mantinham o funcionamento “regular” dos direitos trabalhistas conquistados através de inúmeras lutas históricas.

1.2 A CRISE CAPITALISTA DOS ANOS 70

Como todo movimento do capital obedece a um circuito de ascensão e queda, o processo de organização da produção *fordista/taylorista* não fugiria à regra. Após, aproximadamente, 30 anos de crescimento e desenvolvimento, emerge no cenário mundial capitalista uma enorme crise de valorização do capital. Todavia, segundo Bihr (1999), durante a sua primeira fase, a crise é apenas latente, dando a impressão de continuidade de crescimento. A aceleração da inflação o endividamento crescente das empresas uma rápida internacionalização dos

mercados e da produção um contínuo e brando crescimento do desemprego são alguns pontos que indicam a crise do regime de acumulação.

Segundo Antunes (2003), os traços mais evidentes da crise de 1970 foram: a queda da taxa de lucro advinda do aumento do preço da força de trabalho conquistada no pós 1945 e pela intensificação das lutas sociais dos anos de 1960, além do esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, que não tinha mais condições de responder à retração do consumo que se acentuava (pois, por mais que o trabalhador mantivesse níveis salariais considerados elevados à época, seu consumo não conseguiu abarcar a produção em massa). Ainda conforme o mesmo autor, essa retração do consumo também era uma resposta ao desemprego estrutural que já se avizinhava. Ressalta-se também o aumento excessivo da esfera financeira, que conquistava relativa autonomia frente à esfera produtiva; a crise do “Estado de Bem Estar Social” ou *Welfare State* e de seus mecanismos de ordenamentos, acarretando a crise fiscal do Estado e a necessidade de retração de gastos públicos e sua transferência para o capital privado; o incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e a flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre outros elementos que marcaram o novo quadro crítico do sistema.

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Regan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação produtiva e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2003, p.31).

A crise se alastra e de acordo com Bihr, foi com a alta do preço do petróleo em 1973 e início de 1974 que a crise deixou as sombras e se manifestou. A esse respeito ele argumenta:

O brusco encarecimento da renda do petróleo vai provocar a primeira recessão generalizada da economia capitalista desde o final da 2ª guerra mundial: queda da produção, aumento brutal do desemprego; contração do comércio mundial, desmoronamento da cotação da Bolsa, etc. (BIHR, 1999, p. 74).

Para restituir os padrões de lucratividade perdidas, os capitalistas passam a maximizar o campo de atuação, restringem o número de capitalistas menos rentáveis e fazem reestruturações técnicas, financeiras e jurídicas. Os governos dos países capitalistas em crise anunciam, a partir desse momento, a reavaliação da economia, e a política da social-democracia dá espaço à releitura do liberalismo (neoliberalismo), imprimindo a sua lógica a todos os espaços econômicos, políticos e ideológicos. Esta, segundo Bihl (Op. cit) definirá toda a atuação do mercado a partir desse instante. Lutar contra a inflação e contra a estatização da economia significa atacar o Estado *fordista* desmantelando todo o quadro institucional que havia servido de arcabouço regulador àquele padrão de crescimento, agora apontado como motivo da crise. Além disso, o autor endossa:

O saneamento da situação exige 'fazer os trabalhadores pagarem a crise', baixando os salários reais diretos, reduzindo o financiamento dos elementos socializadores do processo de consumo, de forma que ele seja menos oneroso para o capital, de modo geral desordenando progressivamente o conjunto da relação salarial fordista (BIHR, 1999, p.76).

Nesse ambiente histórico, o processo *fordista/taylorista* de trabalho não garante mais lucro ao sistema capitalista de produção e é, pouco a pouco, substituído pelo *Onhismo* japonês. Os muros da ilha nipônica foram transpostos pelo *toyotismo*, que se expandiu para os países europeus e principalmente para os Estados Unidos. O modelo flexível, em franco avanço, coopta tanto os sindicatos como os trabalhadores, conseguindo a sua subordinação em troca de estabilidade no emprego e qualificação constante.

O incremento tecnológico foi um dos responsáveis pelo enxugamento do quadro funcional, porém não foi o único determinante, uma vez que o capital se alimenta também do desemprego que causa.

[...] os trabalhadores são deslocados não porque sejam expulsos pelas máquinas e sim porque a uma determinada altura da acumulação o lucro se torna demasiado pequeno, por conseguinte a mesma não rende e o lucro não é suficiente para adquirir mais máquinas etc. (GROSSMANN *apud* TAVARES, 2004, p. 72).

Embora o incremento tecnológico seja um ponto forte do modelo *toyotista*, não é ele o responsável pelo seu "sucesso", e sim o trabalho humano embutido na

mercadoria. Nessa perspectiva, não é a tecnologia que explica a superioridade japonesa, pelo contrário, a Toyota faz questão de usar máquinas simples, confiáveis que não entram em pane, não tendo nenhum empenho em transformar suas fábricas em oficinas do futuro (GOUNET, 2002, p.33).

Muitos teóricos que se dizem de esquerda e marxistas⁴ apontam o novo modelo como o responsável por recompor a estabilidade econômica sem necessariamente precisar do Estado como interventor direto. O *toyotismo*, através de seus “benefícios” aos funcionários, como: participação nos lucros e nas decisões, estabilidade, em algumas empresas, ideologicamente transforma o trabalhador em parceiro colaborador da “empresa mãe”, a Toyota. Na verdade, a assertiva é que o operário, bem como os trabalhadores em geral, uma vez que o sistema *Toyotista* ramificou-se para todos os campos e atividade produtiva, é ainda mais explorado, atribuindo-se aos operários varias funções ao mesmo tempo (polivalência), sendo fiscalizado pela própria equipe e recebendo o mesmo salário que antes (monovalência).

A nova organização do trabalho significa uma exploração intensificada do trabalho. A compensação jamais passa de uma modesta redução das taxas de exploração, consentida pelo patronato para fazer com que seu novo modelo de desenvolvimento funcione (GOUNET, 2002, p.108).

Pensando no desenvolvimento da indústria automobilística, o Japão editou uma lei no então governo de 1936, que proibia a produção estrangeira em território Japonês. Em 1945, o Japão perde a guerra e continua sob os ditames norte-americanos. Lá, o *fordismo* encontrou alguns obstáculos ao seu desenvolvimento, um deles foi à questão geográfica, pois como uma das determinações para produção fordista é produzir em massa para satisfação de um amplo consumo, o Japão não podia obedecer a esse imperativo, devido ao seu reduzido espaço geográfico. É na perspectiva de solucionar essa questão, salvar e/ou manter a vida útil das empresas e também do lucro, que os engenheiros japoneses pensaram, inspirados na organização de estoques dos supermercados, em sua nova forma de produção automotiva. O *Toyotismo* ou *Onhismo*, derivação do nome de *Taiichi Ohno* (pai do *toyotismo*), foi implantado paulatinamente nas duas décadas de 1950 a 1970

⁴ Benjamin Coriat e Alain Lipietz, teóricos da escola da regulação, desenvolvida na França a partir do livro de Michel Aglieta (Regulação e crise do Capitalismo) (*Apud* GOUNET, 2002, p.33).

e, segundo Antunes (2003), tornou-se uma resposta plausível à crise financeira do pós-guerra, aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores.

A implantação desse sistema organizacional ultrapassou os limites geográficos no Japão e foi para o resto do mundo capitalista, como uma esperança de reconquista dos lucros perdidos. De acordo com Antunes:

O sistema industrial japonês, a partir dos anos 1970, teve grande impacto no mundo ocidental, quando se mostrou para os países avançados com uma opção possível para superação da crise [...] Seu desenho organizacional, seu avanço tecnológico, sua capacidade de extração intensificada de trabalho, bem como a combinação de trabalho em equipe, os mecanismos de envolvimento, o controle sindical, eram vistos pelos capitalistas do Ocidente como uma via possível de superação da crise de acumulação (2003, p. 53).

Os novos métodos de produção da Toyota podem ser resumidos em alguns pontos: a produção é puxada pela demanda e o crescimento pelo fluxo, é a demanda que deve fixar o número de veículos de cada modelo; combate ao desperdício: a empresa decompõe o trabalho na fábrica em quatro operações: transporte, produção, estocagem e controle de qualidade. O modelo de organização *toyotista* nasceu no Japão também da necessidade de autonomização da produção automotiva, desacoplada dos Estados Unidos, e da pressão concorrencial que esta exerce. O *toyotismo* foi um novo modelo que se adequou às características peculiares dos nipônicos (GOUNET, 2002). Ainda neste processo de caracterização do *toyotismo* e diferenciação deste ao *fordismo/taylorismo*, Antunes (2003), apresenta algumas distinções:

1) O *toyotismo* funda-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções; 2) a produção se estrutura no processo produtivo flexível, que impõe ao trabalhador operar simultaneamente várias máquinas, alterando a relação anterior: um homem uma máquina; 3) tem como princípio o justo tempo ou *just in time*, o melhor aproveitamento do tempo de produção; 4) no *toyotismo* os estoques são mínimos, diferente do *fordismo/taylorismo*. O sistema *kanban* – placas luminosas que informam quando as mercadorias devem ser repostas e evitam o estoque – eliminam os contatos orais ou escritos; 5) as estruturas das empresas *toyotistas* são horizontalizadas, incluindo as terceirizadas. Na fábrica *fordista*, 75% da produção acontecia nas dependências da fábrica enquanto no *toyotismo* esse número diminui

para 25%, ou seja, a produção se estendeu para além da fábrica e passou a ser desenvolvida por empresas ou associações subcontratadas, que desenvolvem a mesma produtividade com a mesma qualidade, mas precariamente, quase sempre na informalidade sem nenhum direito trabalhista; 6) organiza Círculos de Controle de Qualidade (CCQ's), constituindo grupos de trabalhadores instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade na empresa, convertendo-se no instrumento para o capital apropriar-se do potencial intelectual e cognitivo do trabalhador, desnecessário para o *fordismo*. Esse método também possibilita conquistar a adesão do trabalhador ao modelo, uma vez que ele se sente importante e valorizado pelos dirigentes, que visam desenvolver uma ideologia de dominação e aceitação do *onhismo*. A aplicação desse método vem acompanhada de um sistema de retirada e negação de direitos adquiridos no decorrer do capitalismo; 7) o *toyotismo* implantou o 'emprego vitalício' para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 25% a 30% da população trabalhadora, entre a qual se presencia a exclusão das mulheres), além dos ganhos salariais intimamente vinculados ao aumento da produtividade.

Vale considerar que o emprego vitalício é uma característica do *toyotismo* japonês e que hoje até naquele país vem sendo reduzido drasticamente o número de trabalhadores atendidos por esse "abono". O *kaisen* (que significa contínuo aprendizado) também é uma característica do novo modelo de organização da produção flexível. Ele vem sendo adotado como forma de ganhar a consciência do trabalhador e fragilizar as relações sindicais uma vez que são extintos os mecanismos de mediação entre o trabalhador/gerência ou até mesmo o próprio presidente da empresa. As reivindicações são feitas aos diretores, quando não diretamente por intermédio de vídeo-conferencias. Exemplo disso é o grupo Alpargatas (Havaianas do Brasil).

O *kaizen* compreende um conjunto de funções e práticas ideológicas [...] Ele permite que a comunicação ocorra entre trabalhadores do chão de fábrica e a alta administração, sem a interferência de terceiros (isto é o sindicato) ou a ameaça de paralisações. Possibilita aos trabalhadores a identificação de áreas potenciais de conflito e insatisfação em um ambiente seguro (ANTUNES, 2003, p.79).

Diferentemente do *taylorismo-fordismo*, o *toyotismo* foi apresentado aos trabalhadores como um método de participação e cooperação. O operário

abandonaria a individualidade de seu posto e função e passaria a incorporar uma equipe que deve fiscalizar-se e ajudar-se mutuamente, sendo ainda, polivalente.

Gounet, resumindo o sistema, diz: “é um sistema de organização da produção baseado em uma resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto uma orientação flexível ao trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada” (Op. Cit, p. 29). Ainda nesse raciocínio Ricardo Antunes expressa claramente:

Se no apogeu do *taylorismo/fordismo* a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade de trabalho, pode-se dizer que na era da acumulação flexível e da ‘empresa enxuta’ merecem destaque, e são citadas como exemplos a ser seguidos, aquelas empresas que dispõem de menor contingente de força de trabalho e que apesar disso têm maiores índices de produtividade (2002, p.53).

A experiência japonesa vai nortear as transformações demandadas pela reestruturação produtiva do capital, no sentido de superar a crise que se inicia nos primeiros anos da década de 70, do século XX. O modo capitalista de produção obriga o trabalhador a se submeter às condições mais lastimáveis de vida e alienação, em troca da manutenção da vida, em condições materiais que ao longo dessa formação social conduz o trabalhador a se amofinar perante as determinações do capital. Braverman assim defende:

[...] a retirada violenta dos trabalhadores de suas condições anteriores e seu ajustamento às formas de trabalho projetado pelo capital é um processo básico no qual os principais papéis são desempenhados não pela manipulação ou bajulação, mas por condições e forças socioeconômicas (1987, p.129).

O capitalista aplica na relação com o trabalho a ferrenha lógica do capital, cujo objetivo é a expansão do lucro a qualquer custo. Por essa razão, verifica-se as mudanças ocorridas na organização industrial da produção ao longo dos tempos. O *fordismo/taylorismo* durou trinta anos de êxito e glória, sua decadência é atribuída, por alguns autores, como Harvey (2009), Antunes (2003), Gounet (2002) e Alves (2005), aos excessos de produção que desencadearam a saturação do mercado e que, além de não possibilitar a fabricação de mercadorias diferenciadas, o trabalhador era exigido apenas enquanto “mão-de-obra” para a execução de tarefas das quais ele não tivera nenhuma participação subjetiva. Isso diferenciaria o *fordismo* do *toyotismo*, no qual o trabalho flexível articula mãos e mentes em prol do

avanço da produção, em direção à subsunção real do trabalho ao capital. A inflexão do *fordismo*, segundo Harvey (2009), responde em parte por sua bancarrota. Ainda conforme o mesmo autor, o período de 1965 a 1973 evidenciou a incapacidade do pacto *fordista/ keynesiano* de conter a crise que se gestava no seio capitalista que lhe é inerente. Para Clarke (*apud* Antunes, 2002, p.27), “A crise do *fordismo* não tem nada de novo; é apenas a mais recente manifestação da crise permanente do capitalismo”. Contudo, atribui-se a insuficiência daquele período à densidade da gestão *fordista*. Uma suposta rigidez nos investimentos em máquinas e sistemas de produção em massa impedia a flexibilidade no planejamento, presumindo crescimento amplo da produção para um consumo invariável. Além disso, havia o poder de organização do trabalho, que vinha se nutrindo do pacto *fordista* (capital/trabalho) e que impulsionou protestos e greves no transcorrer dos anos de 1968 -1972, imobilizando algumas estratégias da grande indústria.

Isso justificaria o impulso a mudanças na organização e na gestão da produção, no sentido da redefinição de mecanismos restauradores dos lucros e da hegemonia da ideologia dominante. Emerge o processo conhecido como reestruturação produtiva do capital, fenômeno determinante sobre todas as relações que permeiam a sociedade: sociais, políticas, culturais e econômicas.

1.3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL

Fazendo um breve passeio histórico, antes de tratar das especificidades do fenômeno anunciado, atenta-se para denominações diferentes que identificam o mesmo conteúdo. Para muitos, reestruturação produtiva; para outros, *neofordismo* (Aglieta *apud* Alves, 2005, p.31); ou ainda, acumulação flexível (Harvey, 2009). Verificamos que, desde o fim da segunda grande guerra mundial o ciclo de potencialização do lucro *fordista* e sua fase de ascensão estiveram relacionados à grande produção, e o mesmo fator que gerou essa abundância desencadeou, anos depois, sua fragilização e/ou crise.

O único país capitalista que se “manteve de pé” após a segunda guerra mundial foram os Estados Unidos, não desconsiderando que a União Soviética (Comunista) se pôs em paridade, enquanto potência, dividindo o mundo com os

americanos na chamada bipolaridade. Mas a proeminência estadunidense se destacou devido a sua forte política armamentista, que patrocinou vários conflitos e guerras pelo mundo no decorrer desses trinta anos, primeiro tentando conter a expansão comunista pelo ocidente e consequentemente possibilitando o escoamento da sua produção bélica (SCHMITD, 2002).

O Capital, hoje representado pelos Estados Unidos, manteve-se e consolidou-se por seu poder exercido de forma perversa e cruel, ceifando vidas de centenas de milhares de pessoas, para não perder poder, lucro e domínio para os soviéticos. A oscilação declinante do *fordismo*, nesse país, promoveu na década de 1960 a guerra do Vietnã. Como bem afirma Harvey (2009, p.135), “o consequente enfraquecimento da demanda efetiva foi compensado nos Estados Unidos pela guerra à pobreza e pela guerra do Vietnã”.

Os países europeus e asiáticos envolvidos com a segunda guerra ficaram totalmente devastados. Por essa razão, durante aproximadamente trinta anos quem supriu todas as principais potências do mundo entre insumos básicos a produtos mais privativos, como automóveis e tecnologias, foram os Estados Unidos. Desta feita, foi potencializada a produção em massa para atender também um consumo externo. Por sua vez, o mercado, nesse momento, demandava por força de trabalho.

Quando começou a guerra na Europa, dez milhões de norte-americanos estavam desempregados. No decorrer do conflito, o número de desempregados foi diminuindo gradativamente: só nas forças armadas dos Estados Unidos, serviram quatorze milhões de homens e mulheres. O rápido aumento da produção bélica obrigou muitos Estados norte-americanos a facilitar o trabalho de menores entre quatorze e dezessete anos: eram um milhão em 1940 e passaram a três milhões em 1945 (VILLA, 1998, p.198).

São notórias as vantagens americanas adquiridas com as guerras. Hoje esse país tem um ministério que cuida de questões relacionadas à produção bélica, sendo o mesmo o que movimenta maior número de recursos.

Com a retomada do crescimento Europeu, em princípios da década de 1960, a produção norte-americana sentiu o impacto, desencadeando um ciclo de ajustes na economia capitalista e na administração da produção *fordista*, pois a retração de exportação para a Europa responsável por sua ampla lucratividade foi aumentando

generosamente e se configurou como um dos fatores responsáveis pelo declínio da produção *fordista*. Como afirma David Harvey,

[...] parece que havia indícios de problemas sérios no *fordismo* já em meados dos anos 60. Na época, a recuperação da Europa Ocidental e do Japão tinha se completado, seu mercado interno estava saturado e o impulso para criar mercados de exportação para os seus excedentes tinha que começar (HARVEY, 2009, p.135).

O esmorecimento *fordista* que originou a acumulação flexível é composto por inúmeras variantes. Além das que foram aludidas anteriormente, há que se considerar também a crise do petróleo. Esse acontecimento gerou, de acordo com Harvey (Idem), alguns efeitos na economia principalmente estadunidense: mudou o custo relativo dos insumos de energia de maneira brusca, levando as indústrias de produção a investigarem modos de economizar energia através de outras tecnologias e organizações.

Os investimentos do Estado welfareano na adesão do trabalhador à gestão rígida da grande indústria contemplavam políticas sociais de emprego estável, saúde, previdência e habitação. Tais políticas requeriam grandes recursos, gerados na base de produção. Com a redução da lucratividade da grande indústria, as políticas sociais foram diminuídas, potencializando inúmeros conflitos, paralisações e greves pelos trabalhadores organizados na década de 60/70, em todos os países de base industrial *fordista*.

Ao passo que o poder dos sindicatos aumentava, enfraquecia a possibilidade de dominação estendida aos trabalhadores pela administração, que reivindicavam o controle da produção industrial além de melhorias salariais. Esse relativo crescimento da mobilização sindical seria um dos fatores que teria prenunciado o esmaecimento do modelo *fordista* em detrimento de outras formas de gestão e recuperação da produção e do lucro.

A reestruturação produtiva era o antídoto capaz de fazer retroagir ou recuperar os lucros perdidos pela crise, e para esse fim age-se contra o trabalho, investindo-se em tecnologia e diminuindo o trabalho vivo.

A crise do fordismo/taylorismo não se caracterizou apenas pela forma de organização da produção. A crise rompe as barreiras do aparente. Trata-se de uma

crise do capital, estruturada em fatores que vão além da organização. A questão está na base, na estrutura do sistema, e a reestruturação não dá conta de toda a amplitude do problema. Apenas maquia-se o fenômeno. Como esclarece Antunes, “[...] a resposta capitalista a essa crise procurou enfrentá-la tão-somente na sua superfície, na sua dimensão fenomênica, isto é, reestruturá-la sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista” (2003, p.36).

Mas alguns ordenamentos fordistas/tayloristas não foram excluídos ou extintos; o capital para se reproduzir, apenas abole o que entrava seu processo de acumulação, mantendo o que reforça sua produção, mesmo que sejam métodos arcaicos, como esteiras rolantes e controle do tempo fordista/taylorista. Há uma simbiose entre novos e velhos mecanismos de produção voltados para uma única intenção: a acumulação de capital.

A acumulação flexível como preferem chamar alguns autores⁵, promoveu a externalização da produção. A casa do trabalhador ou outros espaços fora da empresa passaram a ser campo de secundária produção de mercadorias, atendendo ao que preconiza a produção matricial do modelo japonês. Para produzir em uma empresa reestruturada, não se precisa de grandes estruturas como na corporação fordista, pois a produção e organização têm por base a redução do número de trabalhadores. Várias funções são amalgamadas e o trabalhador que antes era apenas operador de uma máquina e desenvolvia apenas uma única função repetitiva vai sendo obrigado a se adequar, sendo multifuncional e operacionalizando e desenvolvendo várias atividades ao mesmo tempo, sem deixar de obedecer à lógica *fordista* do tempo e do movimento. Nada pode sair errado e os grupos de trabalho –“*team work*”, se auto-fiscalizam, no intento da produção rápida e perfeita.

A crise e esgotamento do *fordismo/keynesianismo* estão intimamente imbricados com o alcance de algumas garantias que a classe trabalhadora adquiriu com o Estado providência, que significava para os trabalhadores a possibilidade de ter assegurado garantias sociais.

⁵ Harvey (2009), por exemplo.

O compromisso *fordista* não era uma proposta inocente que se solidificou com o objetivo de conquistar a adesão da classe trabalhadora, ganhando sua confiança e disposição, além da possibilidade de garantir bens em uma sociedade capitalista sem que precisasse uma revolução dos trabalhadores. Esse pacto entre o capital e o trabalho foi muito mais além: alijou o trabalhador de um projeto político de emancipação, cooptou os sindicatos oferecendo poder e segurança no trabalho, na confirmação desta assertiva, aprecia Bihr:

Enquanto as organizações se burocratizavam, os dirigentes não eram mais colocados sob controle de sua base, tendiam a se tornar membros remunerados inamovíveis dos sindicatos, e, com isso, adquiriam interesses próprios distintos dos de sua base (1999, p.48).

As vantagens do pacto *fordista/keynesiano* não atendiam a todo o operariado do contingente que formava o proletariado da grande indústria. Poucos tinham acesso ao “bem estar social” *keynesiano*, pois quem sustentava os benefícios do trabalhador da grande indústria eram os operários “desqualificados” de países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos que jamais conheceram o “*Welfare State*”.

Contudo, a história da organização dos trabalhadores da indústria *fordista* não se restringe ao sindicalismo cooptado pelo Estado *keynesiano* e pelas corporações. Nas décadas de 1960 a 1970, tivemos a demonstração da ofensiva da classe trabalhadora contra a alienação; essa classe começou a recusar os “benefícios” que eram pagos em troca de sua desumanização, de seu trabalho acerebral, abdicaram do aumento do seu poder de compra em prol da socialização do trabalho fabril. Essas lutas proletárias, de acordo com Bihr (1999), representavam a ânsia de “viver de outra maneira”, o desejo de criar novas relações sociais baseadas na dignidade humana.

Esses operários desenvolviam tática de resistência, com o absenteísmo, paralisações, operações de zelo marcado pelo “cuidado” com o maquinário (que diminuía o tempo de produção), além de formação de assembleias e formação de conselhos de fábrica, elementos que faziam do operário-massa o agente de sua história. “Foi, então, basicamente sem e até mesmo contra as organizações sindicais e políticas constitutivas desse modelo social-democrata do movimento operário que as lutas proletárias da época se desenvolveram”, conforme Bihr (Idem, p.62).

Todavia, essa luta operária findou antes mesmo da eclosão da crise do capital na década de 1970. Algumas explicações do fracasso do movimento operário podem ser ressaltadas: o papel contra revolucionário desenvolvido pelos sindicatos e outras organizações que representavam o capital dentro da classe operária; o protesto do trabalhador-massa, que se restringia a contestar o poder do capital na cooptação do trabalho, seus discursos não evidenciavam a opressão do capital sobre o trabalho fora do âmbito fabril e toda a distorção da sociabilidade que o sistema impunha à vida humana; frágil capacidade de criar e manter formas de organização e mobilização constantes, alternativas para os sindicatos e partidos. Esses fatores provocaram o isolamento do movimento operário prenunciando o seu fracasso. (Idem, *ibidem*).

Por não superar esses [...] limites, o movimento estava condenado a se enfraquecer e a refluir, apenas de sua radicalidade. Na verdade esse refluxo teve início antes mesmo que a presente crise do capitalismo ocidental se abrisse oficialmente, crise que ia ao mesmo tempo permitir à classe dominante retomar a ofensiva, manifestar claramente o enfraquecimento definitivo do modelo social-democrata do movimento operário e encostar na parede o proletariado ocidental (BIHR, 1999, p.65).

A derrocada do movimento operário sucumbiu a seus próprios limites, mas teve uma importância fundamental ao pressionar a organização capitalista, que teve sua estabilidade corroída pela inquietação e luta por autonomia e emancipação dessa classe trabalhadora, que transpusera a própria coação do capital expressa nos benefícios sociais do pacto *fordista*, ao mesmo tempo em que lutava por liberdade.

Quanto à fragilização e ao esvaziamento político das organizações da classe trabalhadora, coube ao *toyotismo* ou à acumulação flexível, para emergir da grande crise do capital, reprimir “suavemente” as possibilidades e expectativas da classe trabalhadora, sobre o que trataremos em outros momentos desta exposição.

1.4 O TOYOTISMO

Conhecer a dinâmica do capitalismo contemporâneo requer, obrigatoriamente, passar pelo padrão *toyotista*, uma vez que nos propomos a entender como as novas configurações socioeconômicas, impostas pelo capitalismo

hodierno vêm afetando o trabalho e conseqüentemente a classe trabalhadora, fazendo surgir “novos personagens” ou ampliando em volume e precariedade os já existentes. Dentre esses, pretende-se enfatizar o trabalho informal, constituído pelos expulsos e sobrantes do mercado formal. Estes engrossam a massa de trabalhadores informais, que, principalmente no espaço urbano, encontram formas precárias de angariar recursos para sua sobrevivência e da sua família. No sentido de apreender o referido período, faz-se necessário começar essa discussão partindo da crise de 1970, uma vez que dela originou-se o *toyotismo*, modelo de gestão industrial que vem se tornando hegemônico depois da saturação do modelo de administração *fordista/taylorista*.

O padrão japonês (de gerência da força de trabalho) *toyotista* perpassa toda a nossa exposição. Impossível tratar de um fenômeno atual sem passar pelas determinações desse padrão produtivo. Portanto, aqui neste item, traremos apenas algumas especificidades desse modelo de acumulação flexível, já que acreditamos tê-lo abordado em muitas passagens deste texto.

Para sobressair na produção de automóveis o Japão precisou se adequar a métodos compatíveis com as condições físicas e econômicas daquele país. Essa adequação prognosticava uma transformação sem precedentes da ilha nipônica: era sair do ermo a que fora relegado, após a segunda guerra, para despontar como grande potência. O sucesso do modelo de organização da produção que vislumbrava estoques zero, produção voltada para a demanda, reduzido espaço fabril e número de operários, foi tamanho, que extrapolou as fronteiras do oriente e na década de 60 quando já se prenunciava a crise do capital, os Estados Unidos da América, maior potência mundial, iniciara seus arranjos *toyotistas*.

O *toyotismo* não é uma forma pura e independente de gestão da produção. A ele estão relacionados vários condicionantes internos e externos, ou seja, o *toyotismo* não se manteria sem a constituição imprescindível do trabalho nem a adesão e compromisso da classe trabalhadora sem o apoio irrestrito do Estado e de capitais articulados e confluentes, a produção, a circulação e o financeiro. A administração flexível foi a saída que o Capital encontrou para se “oxigenar”. Esse modelo criou condições favoráveis para o sistema e, como de praxe, transpõe os muros das fábricas, alcançando toda a sociedade. O *toyotismo* não extinguiu com o

fordismo/taylorismo, ele agregou características do padrão que, supostamente, estava esgotado, dado que ambos visam ao mesmo fim, a acumulação de capital.

Tal como o *taylorismo* e o *fordismo*, o objetivo supremo do *toyotismo* – ou da ‘produção enxuta’ – continua sendo incrementar a acumulação do capital, por meio do incremento da produtividade do trabalho, o que o vincula à lógica produtivista da grande indústria que dominou o século XX (ALVES, 2005, p.36).

O modelo de gestão fabril *toyotista*, padrão característico do capitalismo mundial e financeiro, tem a sua produção mais direcionada para a demanda e se mantém do trabalho vivo, que, embora reduzido, continua sendo necessário, malgrado o desenvolvimento tecnológico. Concomitantemente à redução dos empregos, também há uma diminuição drástica dos direitos sociais, adquiridos no período “áureo” do pacto *fordismo/taylorismo/keynesiano*. Alves (2005) ressalta o *toyotismo* como aquele que corresponde à lógica do mercado restrito, surgido sob os ditames do capitalismo japonês dos anos de 1950, que atendia a uma produção impotente, características essas que o tornam adequado às condições do capitalismo mundial em crise e pós-crise de 1970.

Sob uma condição de crise de superprodução, o sistema capitalista buscou formas de ultrapassar seu colapso. Essa crise desencadeou no *toyotismo* um processo de busca para responder à interrogação posta pelo capital diante das condições do mercado japonês dos anos de 1950 (CORIAT apud ALVES, 2005). A interrogação que se colocava era o que fazer para aumentar a produtividade sem aumentar as quantidades de produtos no mercado. Foi o que tentou o *toyotismo*.

O que aguçou este modo de gestão desde seus primórdios foi à busca de ganhos de produtividade inéditos, distintos das normas da padronização *taylorista/fordista*. Acumular para o sistema *toyota* fazendo uso de redução de estoques, do número de trabalhadores na produção, excluir o processo de padronização de mercadorias de suas bases e fazer uso do saber criativo da força de trabalho era sua meta. A constituição do *toyotismo* tornou-se adequada à nova fase da produção capitalista, base tecnológica e informacional atrelada à terceira revolução Industrial, que inclui a subjetividade operária nos processos tecnológicos. Não se trata de quaisquer operários, mas os de indústrias centrais que formam a espinha dorsal da produção de base *toyotista*.

O *toyotismo* vai possibilitar a consolidação das novas relações de trabalho, seja no campo da gestão ou no ideológico, inclusive no que diz respeito ao incentivo ao sindicalismo dentro da empresa, participação da gestão dos operários e os CCQ's.

[...] uma característica central no *toyotismo* é a vigência da 'manipulação' do consentimento operário, objetivada em um conjunto de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo de produção de mercadorias, que permitem 'superar' os limites postos pelo *taylorismo/fordismo* (ALVES, 2005, p.38).

Obviamente o incremento da tecnologia na produção industrial não é originário do *toyotismo* ou atribuído a ele, mas não se pode negar que foi com ele que se obteve o maior nível de racionalização informacional, juntamente com a flexibilização do trabalho. A esse respeito, Alves (Op. Cit.) indica que uma das características centrais do *toyotismo* é a manipulação da consciência do operário, pois para ele um dos problemas estruturais da produção de mercadorias é conseguir o consentimento do operário. A nova forma de produzir, em outras palavras, objetiva romper com a inflexão e rigidez do antigo modelo que utilizava o “adestramento” humano para conseguir tempo e produção necessários à sua demanda. Agora, a nova forma de gestão da produção criou a participação direta do trabalhador, ao fazê-lo incorporar-se, sentir-se “colaborador” ou “associado” da empresa para a qual trabalha, dando ideias que possibilitem sua própria exploração. O trabalhador concede sua aceitação ao modelo *toyotista*, graças ao fetiche de ser membro da empresa e adquirir algumas “vantagens” materiais por isso.

Ao contrário do *fordismo*, o *toyotismo* adota estratégias pelas quais o trabalhador não precisa ficar indefinidamente repetindo a mesma tarefa, a ponto de se tornar maquinal, mas o faz manipular várias máquinas ao mesmo tempo, desespecializando-o e desqualificando-o, tornando-o polivalente. É a plurifuncionalidade dos homens e das máquinas.

O nexos essencial do neoprodutivismo é a redução do trabalho vivo e a conquista da subjetividade do trabalhador, através de métodos como a “automação”, “auto-ativação”, “*kaisen*”, “*kanban*” e o “*just-in-time*”.

O valor universal do *toyotismo* como ‘momento predominate’ do complexo de reestruturação produtiva – e com nova ofensiva do capital na produção –

é instaurar uma nova hegemonia do capital, no plano da produção de mercadorias, articulando, de modo original, coerção capitalista e consentimento operário (ALVES, IBDEM, p. 39).

O *toyotismo* alcançou o que o fordismo/taylorismo não conseguiu que foi capturar, além dos aspectos físicos e materiais do trabalhador, sua subjetividade, substância que permite ao capital manter sua curva de “ascendência”. São as necessidades objetivas do trabalhador que o obrigam a dar o seu consentimento às novas leis do capital fazendo com que este aceite, inclusive, a perda de direitos legalmente conquistados, para manter-se no mercado de trabalho formal. O trabalhador prefere a desresponsabilização do capitalista diante de seus direitos a ir engrossar a fileira dos trabalhadores informais. Com isso, desarticulam-se os movimentos dos trabalhadores e sindicais. Em muitos casos, quando o ingresso no mercado formal torna-se impraticável, os trabalhadores se auto-exploram, a medida que, embora informalmente, não escapam às determinações do capital sobre o trabalho.

Todas as propostas do *toyotismo*, aludidas acima, só se corporificam através dos métodos de organização deste. Eles são responsáveis pela inserção engajada do trabalho assalariado e são chamados de protocolos organizacionais, segundo Giovanni Alves, (2005). Dentro destes estão contidos o que o autor chama de nexos contingentes e nexos essenciais do *toyotismo*. Os **primeiros** são: a *autonomação/ auto-ativação*, *justin-in-time/kanban* e a *polivalência* e os **segundos** que, conforme o autor são desconsiderados por alguns sociólogos do trabalho, são a captura da subjetividade operária, o novo estranhamento, processos indispensáveis para a manutenção do *status quo*. Os nexos contingenciais são responsáveis pelo ganho de produtividade que por meio da flexibilidade e da interação com o trabalhador, adquiriram notoriedade, por drenar todo o potencial criativo do operário e fazê-lo refém de suas próprias necessidades, que podem ser sintetizadas na manutenção do emprego.

Os elementos aqui elencados são constitutivos do novo modo de gerir a produção, são nexos contingenciais e essenciais do *toyotismo*, como aludimos anteriormente. Sem estes a nova administração do sistema não seria possível. Alves (2005) desenha o que seria cada método desses isoladamente, já que em seu conjunto sabemos o que vêm significando:

- O princípio da 'autonomação/ autoativação' consiste em fazer com que as máquinas e os modos de operação incluam protocolos de responsabilidades pela qualidade dos produtos nos próprios espaços de fabricação; designa também um princípio de parada automática em caso de saída de uma mercadoria defeituosa. O *toyotismo* não faz uso de máquinas automáticas. Todo funcionamento, ativação e desativação da máquina é efetivada pelo operário que desativa a máquina, detectando problemas e defeitos e acelerando em caso de normalidade. A automação e autoativação não se realizam sem o trabalhador;

- A linearização da produção é um entendimento da organização do trabalho em volta de postos multifuncionais. Nesse processo ocorre a desespecialização do operário, os trabalhadores passam a abandonar o processo formal de parcelização e fragmentação das tarefas, para se adequarem aos contornos de funções polivalentes, multitarefas e plurioperadores. O trabalhador passa a desenvolver sua atividade e a de mais sete colegas seus, que foram demitidos, conduzindo um conjunto de máquinas. Nesse processo as máquinas devem obedecer a uma funcionalidade. São dispostas em 'círculos abertos', posicionadas uma de frente para outra, dessa forma o operário tem seu trabalho otimizado e agilizado em função da organização das máquinas. Vale salientar que em cada grupo de máquinas fica apenas um operário.

- O operário polivalente é agregado a várias funções, desde a produção, inspeção da qualidade, conserto de máquina, fluxo e refluxo da produção, "Em cada ponto da produção os trabalhadores incorporam atividades de controle de qualidade";

- Kaisen é o método de incentivo à participação do operário nas decisões da empresa e na produção. Suas ideias tendem a ser incorporadas para o aperfeiçoamento das técnicas de produção e têm como resultado premiações, quase sempre em forma de dinheiro, salários indiretos. O capital se apropria do potencial criador

do operário, ganha novos métodos de maximização do lucro e reduz o quadro funcional sem nenhum ônus, apenas bônus.

- O *justin-in-time/Kanban*: O *Just-in-time* (estoque mínimo) é considerado o maior fenômeno do *toyotismo*, de acordo com Coriat (apud Alves, 2005). O processo de produção acontece na inversão do fordismo, a fabricação passa de *jusante* à *montante*, ou seja, tudo o que se produza na empresa *toyotista* obedece à lógica da demanda. O processo de produção de estoques mínimos pode considerar o *toyotismo* com um conjunto de técnicas de gestão pelos estoques. Já no *kanban*, ‘administração pelos olhos’, o processo é desenvolvido pela informação ao operário do que está sendo demandado e produzido e em qual escala, o que se realiza mediante um cartaz de luz (*Andon*), que informa automaticamente ao trabalhador quais os problemas que estão ocorrendo na linha de produção. A lógica é fazer o trabalhador identificar se está havendo problemas sem que precise a gerência lhe informar diretamente. Ele controla sua produção apenas observando o painel de luz (luz alaranjada se trata de ajuda; luz vermelha é preciso parar a produção). “É de suma importância tornar visível, no interior do espaço da produção, o que é ‘supérfluo’, o que pode ser passível de dispensa, todos os excessos gordurosos’, de acordo com a lógica da economia de custos para o capital” (ALVES, 2005, p.46).

É inegável que o objetivo de tais nexos contingentes e essenciais do *toyotismo* é manter cooptado o número de funcionários que estão vinculados formalmente ao capital, pois é do trabalho vivo que deriva a riqueza da sociedade. Para se alcançarem tais objetivos, são necessárias algumas inovações institucionais, por meio de um controle social, denominada de “participação” do operário na gestão da empresa, bem como incentivos financeiros, sistemas de premiações/bonificações. Essas novidades foram responsáveis pela fragilização das organizações de trabalhadores e sindicais ao longo dos anos.

O que vem ocorrendo nas fábricas de base neoprodutivista é flagrante e elucidador desse processo. Os trabalhadores são incentivados a produzir e a

colaborar com a empresa, com ideias, dedicação e motivação dos grupos de trabalho, em troca de ascensão de cargo, incentivo à qualificação profissional (bolsas de estudo), premiações e bonificações, que chegam a alcançar o valor de um terço do salário anual. Todos esses incentivos têm por base conquistar a subjetividade do trabalhador e assim conseguir que o sistema se mantenha e se perpetue.

O incentivo salarial faz do trabalhador refém de sua própria necessidade e rival de seu companheiro de trabalho. A concorrência começa nos grupos de trabalho (*team works*), quando são levados a fiscalizarem uns aos outros para que não haja falhas na linha de produção e a bonificação advinda no final desse processo se torna uma emulação individual para o trabalhador em favor do capital. Alves reafirma essa ideia:

O *toyotismo* apenas desenvolveu, com seus protocolos de emulação individual, notadamente pelos novos sistemas de pagamento e, até mesmo, pelo trabalho em equipe, um 'meio refinado e civilizado' de exploração da força de trabalho, denunciado por Marx desde o século passado (2005, p.52).

O estranhamento e alienação do *toyotismo* superam todas as formas de gestão da produção capitalista, pois além de subsumir o fazer e o saber (força de trabalho) do trabalhador, também se apropria e toma para si a mente, subjetividade do proletário, castrando seu potencial revolucionário, em prol de incentivos salariais que atendem “necessidades” imediatas e não as reais e verdadeiras. Nesse sentido, o operário é chamado para solucionar os problemas atuais e futuros da empresa.

O capitalismo atual vivencia uma nova fase de confrontos e contrastes, muitos deles consigo mesmo. A luta de classes perpassa historicamente seu caminho, razão pela qual há todo esse empenho em conter os interesses da classe trabalhadora. Nesse sentido, tem sido amplamente difundida nas corporações capitalistas e pelo Estado a ideia de empreendedorismo como forma de “autonomização” do trabalhador desprotegido socialmente e de inserção ou inclusão social ao mercado de trabalho. Com isso, trabalhadores informais atendem diretamente ao capital, sem a proteção social que por direito lhe é cedida. O empreendedorismo é mais uma falácia do sistema, pois dele não se obtém autonomia e tampouco liberdade.

[...] o capital continua dependendo da destreza manual e da subjetividade do coletivo humano, como elementos determinantes do complexo de produção de mercadorias. Enquanto persistir a presença do trabalho vivo no interior da produção de mercadorias, o capital possuirá, como atributo de si mesmo, a necessidade persistente de instaurar mecanismos de integração (e controle) do trabalho, de administração de empresas mantendo viva a 'tensão produtiva' (ALVES, 2005, p.56).

Como discutido ao longo deste item, algo indispensável ao sistema produtor de mercadorias é a sua forma de lidar e se relacionar com a classe trabalhadora encontrando sempre formas “sutis” de (des)mobilizar e (des)construir o que foi conquistado durante longos anos, através de muita luta, suor e lágrimas. Essas sutilezas estendidas aos trabalhadores pelas corporações capitalistas têm custado muito aos trabalhadores. Em troca da manutenção do emprego, não importando as condições, o trabalhador põe em jogo até o emprego dos demais. Sua luta se enfraquece, seu poder de reivindicação articulado e organizado é minado por necessidades individuais atendidas pelo sistema de comunicação da empresa enxuta e reestruturada.

A destruição do potencial organizativo da classe trabalhadora é condição *sine qua non* para a manutenção do sistema capitalista em suas bases atuais: financeira e *toyotista*. Esse potencial foi fonte de conflito e de luta contra o capital durante todo o século XIX, e é através de muito combate que hoje temos sustentado, mesmo que minimamente, alguns direitos trabalhistas. A construção e a constituição dos trabalhadores organizados em classe não se deram em algumas dezenas de anos. Foi necessário um transcurso sócio-histórico, acessos e retrocessos, para que eles se enxergassem enquanto força histórica do desenvolvimento humano e chegassem a conquistar os direitos trabalhistas que marcam sua origem. Os movimentos Ludista e Cartista⁶ são exemplos explícitos do poder de classe, que através do embate político conquistaram a redução da jornada de trabalho para dez horas (MARTINELLI, 2005) As lutas e conquistas da classe trabalhadora foram deixadas

⁶ O movimento Ludista é uma alusão ao trabalhador Willian Ludd, líder de um movimento que teve como marco a quebra de varias máquinas situadas nos distritos manufatureiros em cidades Inglesas; O Cartismo foi um movimento que lutou o pela validação da ‘carta do povo’, redigida em 1838 e organizada pela Associação Geral dos trabalhadores de Londres e que tinha como principais objetivos: i - sufrágio universal para todos os homens adultos, são de espírito e não condenados por crimes; ii - fixação de uma remuneração parlamentar a fim de que os candidatos sem recursos possam igualmente exercer um mandato (MARTINELLI, 2005, p. 44 e 48)

como legado, mas não devemos deixar esquecer que, historicamente, a classe trabalhadora é oprimida pelo capital e pelo Estado.

1.5 INCIDÊNCIAS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA SOBRE O TRABALHO

Os trabalhadores não iniciaram seu processo de protesto e repúdio apenas diante da exploração orquestrada pelo modelo de organização *toyotista*. Com o *taylorismo/fordismo* também desencadeou um descontentamento com a produção maquinal, acerebral desumana e alienada de cunho inteiramente mercadológico. A destruição dos ofícios durante o período de surgimento da gerência científica não passou despercebida pelos trabalhadores, segundo Braverman (1987). O *taylorismo* desencadeou uma tempestade de oposição entre os sindicatos durante os primeiros anos deste século; considerando que a revolta dos trabalhadores não se dava apenas por razões da contagem rígida do tempo para produção, mas por seu estranhamento diante da sua obra, agora parcelizada e fragmentada entre vários processos produtivos, desenvolvido por várias mãos e máquinas, a perda da autonomia no “saber fazer” transformou o trabalhador num sujeito acerebral, como já dissemos antes. Com a inserção de formas novas de organização da produção, o trabalhador transmuta-se de sujeito desprovido de racionalidade útil para o capital para empreender seu fazer profissional e criativo em prol da intensificação da produção.

Convencido de que é partícipe do processo, o trabalhador se deixa explorar ainda mais. Transfigurado e alienado, o trabalhador perde o poder reivindicatório junto aos sindicatos, também fragilizados, vê seus salários reais serem reduzidos ou transformados em prêmios e bonificações, em troca de suas ideias, participação e intensificação da produção, via grupos de trabalho – *lean production*. Essa lógica de açambarcamento da força de trabalho e de conquista ideológica faz parte do modelo de administração global da Toyota, não ficando mais restrito às grandes potências.

Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados no mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo *taylorista*, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias (ANTUNES, 2002, p.24).

Nesse processo, é inegável a contribuição do Estado quando se discute o assenhoreamento histórico da força de trabalho pela burguesia. Sua parceria com o capital e a intermediação da relação capital-trabalho é profícua. A exemplo, não podemos esquecer o (Estado providência ou de bem Estar social), cuja principal intenção foi conquistar e enfraquecer a organização dos trabalhadores. Com o desenrolar dos tempos essa interposição do Estado assume uma nova face. Se antes “concedia” direitos (*Welfare State*), agora retira (neoliberalismo).

A intervenção do Estado nas ações do mercado surge como um pacto que objetiva manter um padrão de aceitação, conformação e manutenção da produção por parte dos trabalhadores, pois qualquer modelo de organização da produção precisa da aceitação, do consentimento de parte da classe trabalhadora, enfim, de legitimação. Para que se mantivesse a relação entre trabalho e capital foi estabelecido um pacto que “garantia” direitos sociais e trabalhistas a todos⁷ os trabalhadores vinculados formalmente à produção industrial. Esse pacto se estabeleceu no período da pós-segunda guerra mundial (1945), sendo reconhecido como Estado keynesiano. Conforme demonstra Harvey (2009), é em um contexto variável que o Estado se alia à economia para dar vazão à expansão da produção e consumo *fordista*. A unificação do poder estatal com o mercado fordista possibilitou a maturidade e a solidificação de um ciclo de acumulação que durou até meados de 1970. O pacto significou, segundo o autor, a elevação dos padrões de vida da população operária, diminuição das tendências à crise, a democracia de massa preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas, tornadas remotas. A este respeito Harvey ainda assevera:

[...] o *fordismo* se aliou firmemente ao *keynesianismo*, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões intercapitalistas de alcance mundial que atraiu para sua rede inúmeras nações descolonizadas [...] o período pós-guerra viu a ascensão de uma série de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas no período entre guerras e levadas a novos extremos de racionalização na Segunda Guerra Mundial. Os carros, a construção de navios e de equipamentos de transporte, o aço, os produtos petroquímicos, a borracha, os eletrodomésticos e a construção se tornaram os propulsores do crescimento econômico, concentrando-se numa série de 63 regiões de grande produção na economia mundial [...] (2009, p.125).

⁷ Embora os trabalhadores da periferia não tenham sido incluídos nesse todo.

Segundo Bihr (1999), o compromisso *fordista* não acabou com a luta de classes (embora seu objetivo tenha sido escamoteá-la, enfraquecê-la). Do ponto de vista do proletariado, o compromisso *fordista* pode ser comparado a uma grande barganha, na qual o proletariado teria renunciado à “aventura histórica” em troca de direitos sociais mais urgentes. Por meio dessa abdicação o trabalhador individual teria asseverado a segurança social. Isto é, não só sua assistência social, mas, no sentido mais amplo, a satisfação de seus interesses de classe: uma relativa estabilidade no emprego; um crescimento do “nível de vida”; uma redução do tempo de trabalho; a satisfação de certo número de necessidades fundamentais, como habitação, saúde, educação, formação profissional, cultura, lazer, etc.

No entanto, esse acordo torna frágeis os condicionantes que possibilitam a força ideológica proletária contraposta ao capital. Nesse sentido, Bihr assegura:

Renunciar à “aventura histórica”? É renunciar à luta pela transformação comunista da sociedade: renunciar à contestação à legitimidade do poder de classe dominante sobre a sociedade, especialmente sua apropriação dos meios sociais de produção e às finalidades assim impostas às forças produtivas. É ao mesmo tempo aceitar as novas formas capitalistas de dominação que vão se desenvolver no pós-guerra, ou seja, o conjunto das transformações das condições de trabalho e, em sentido mais amplo de existência que o desenvolvimento do capitalismo impôs ao proletariado (1999, p.37).

No que tange à burguesia, o compromisso *fordista* significou furtar-se dos conflitos e ameaças que os trabalhadores ofereciam, quando reivindicavam melhores condições de vida e trabalho tempos atrás.

[...] esse compromisso permite a burguesia neutralizar em boa parte o conflito proletário, ao fazer da satisfação das necessidades fundamentais do proletário não só fonte de sua legitimidade, como também o próprio motor do regime de acumulação do capital (BIHR, 1999, p.38).

O *fordismo* se apoiava prioritariamente em cinco princípios: racionalização ao extremo das operações efetuadas pelos operários, bem como o combate aos desperdícios; parcelamento das tarefas, o artesão não necessitava mais ser um especialista em mecânica; criação de uma esteira rolante que permite ligar os trabalhos individuais sucessivos, controlados pela direção da empresa; padronização das peças e automação das fábricas (GOUNET, 2002).

Depois da revolução na produção e administração industrial, a indústria automobilística tomou o leme da grande produção capitalista, antes destinada à indústria têxtil, e todas as outras relações de organização da produção passaram a ser regidas por ela. Conforme o mesmo autor, a indústria automobilística tem a particularidade de ser a pioneira na organização da produção (organização do trabalho), seja ao nível de uma fábrica ou de todo um sistema de produção. “O que acontece no setor automobilístico se espalha depois pela maior parte da indústria. Estudá-la tem um valor de exemplo que pode acontecer em outros ramos” (GOUNET, 2002, p.14).

A partir do momento em que se estruturou a administração científica, toda sociedade de produção, circulação e consumo capitalista passou a se gerir por ele. A administração científica foi resultado da demanda que o capitalista agora monopolista aspirava; sua crise se deu pelo excesso, seu fim resultou em várias transformações socioeconômicas, guiando o sistema para outras fontes de lucratividade.

Mas esses resultados não excluem a tendência às crises. Estas, por sua vez, não devem ser atribuídas aos modelos de organização e administração da produção e sim ao sistema capitalista que, pelo seu caráter concorrencial e individualista, sempre busca maior expansão, restringindo espaço a outros capitais e a si mesmo. Na atualidade, os limites de expansão são determinados por incorporações e fusões. Por outro lado, as privatizações concedidas pelo Estado expandem mercado, mas, contraditoriamente, reduzem postos de trabalho. Com a ascensão do *toyotismo*, a flexibilização, orientada pelo neoliberalismo, aumenta assustadoramente o desemprego, o emprego precarizado e o trabalho informal, que vêm jogando muitas pessoas em situação de extrema insegurança social, passando a desenvolver atividades instáveis, inseguras e insalubres e mesmo assim sofrendo a subsunção ao capital. A exemplo, na cotidianidade de sua atividade, o catador de resíduos recicláveis, protagonista desta pesquisa, é um referencial para tal análise, pois ele, enquanto trabalhador informal, é levado a reboque pelas novas determinações da economia. Sua atividade, em muitos casos, aumenta a informalidade que produz para o capital. Ou seja, tais trabalhadores, apesar de não terem vínculos formais com a produção capitalista, participam diretamente do processo de acumulação.

Essas formas de trabalho precário só não são tão graves quanto à completa ausência de trabalho, isto é, o desemprego, mas, de certa forma, os trabalhadores submetidos às relações impostas pela acumulação flexível passam a viver apenas para o trabalho [...] Por isso, na mesma proporção em que os avanços tecnológicos vão se disseminando e o aparato de proteção ao trabalho vai sendo reduzido, o desalento e o medo atingem também trabalhadores ocupados, especialmente aqueles das camadas mais baixas da população, porque cada trabalhador é potencialmente um desempregado [neste sistema de produção] (TAVARES, 2004, p.65).

Todos esses fatores consubstanciam a reestruturação produtiva do capital, que inclui o *toyotismo*, as políticas macroeconômicas de liberalização, privatização, flexibilização e o Estado neoliberal. Decorre daí o fenômeno da “empresa enxuta”, pela qual o modo de administração da produção leva ao arrefecimento das lutas sindicais, e dos trabalhadores que, diante das condições reais de vida e trabalho, foram temporariamente vencidos e sujeitados ao capital.

No caso dos trabalhadores informais, que hoje se amontoam e se aglomeram pelas ruas das grandes e pequenas cidades, formando uma imensa corrente de destituídos e desprotegidos socialmente, há quem ainda questione sua funcionalidade ao sistema, indicando que são excluídos sociais, mas lembremos José de Souza Martins (1997), quando diz que esse sistema não faz de ninguém excluído; todos estão incluídos, uns em melhores condições, outros incluídos precariamente na produção e no consumo, mas todos têm uma função pré-estabelecida dentro desse sistema, seja como produtores diretos de mais-valia, seja como fragilizador da classe trabalhadora em si e para e si.

Dentre os chamados “excluídos”, muitos interessam ao capital. É o caso daqueles que, no comércio, passam a escoar a mercadoria produzida nas indústrias, ou na produção, trabalham através de associações e cooperativas. Esses últimos parecem estar vendendo o produto do seu trabalho ao capitalista, quando na verdade estão trabalhando para o capital, que fica livre de qualquer obrigatoriedade previdenciária ou de reivindicação e protestos quanto às condições em que a atividade se realiza. Estamos falando do trabalho pago por peça⁸, no qual o patrão é transfigurado em cliente.

⁸ [...] o salário por peça, na realidade, não expressa diretamente nenhuma relação de valor. Não se trata de medir o valor da peça pelo tempo de trabalho nela corporificado, mas, ao contrário, o tempo despendido pelo trabalhador pelo número de peças que produziu. No salário por tempo, o trabalho se mede exatamente pela sua

O capitalismo agora se utiliza de meios que turvam verdadeiramente a visão do trabalhador, seja ele formal ou informal. Perde-se a dimensão real de quem é o verdadeiro algoz. O trabalhador passa a se culpabilizar por seu desemprego e fracasso, deslocando do processo real de alienação o foco do principal responsável por sua condição de destituição material social e política.

Sob tais condições, a razão capitalista conquista a confiança do trabalhador, qualquer que seja a relação, formal ou informal, e o transforma no principal responsável por seu destino. Além de açambarcar sua força, quer agora o seu espírito, sua condição criadora, criativa, intelectual, “desprezada” anteriormente na grande indústria *fordista*. Um dos fenômenos que tem garantido a preservação do capitalismo, seja qual for o modelo de gestão da produção, é a sua função ideológica. Contemporaneamente, a ideia da participação constitui o seu artilheiro. Dentro da empresa, o patrão prega a “parceria” na criação, que não se reflete no lucro, é claro. Já no trabalho informal, a questão é diretamente respaldada pelo Estado, mediante o discurso do empreendedorismo e da autogestão. Engana-se quem defende que pode haver formas de produção livres do imperativo capitalista; a tudo e a todos ele estende seus tentáculos. Como bem ratifica Tavares, “todos os espaços econômicos e sociais foram ocupados, de modo que qualquer forma de trabalho está irremediavelmente subordinada à produção capitalista” (2004, p.62).

O quadro que hoje se mostra aos trabalhadores tem uma moldura distinta das vivenciadas pelos trabalhadores de meados do século: sua fragilidade e mobilidade social é ainda mais flagrante, pois lhe vem sendo negado continuamente o direito ao trabalho, que lhe permite sobreviver, e conseqüentemente o de lutar por trabalho.

Uma das estratégias do capitalismo para enfraquecer, o que pode provocar a sua ruína: a classe trabalhadora é fragmentá-la em vários espaços produtivos, pequenos ambientes com poucos trabalhadores, combinados de formas distintas: formais, informais, temporários, subcontratados, terceirizados, formas heterogêneas de trabalho. Com isso, essa nova classe trabalhadora não se reconhece mais em si tampouco no outro. Como confirma Alves: “surge um novo proletariado industrial,

duração; no salário por peça, pela quantidade de produtos em que o trabalho se materializa num dado espaço de tempo [...] salário por peça é, portanto, apenas uma forma modificada do salário por tempo (MARX, 1975, p.638).

complexo e heterogêneo, cuja redução numérica em seu centro produtivo tende a ocultar sua expansão periférica, interpenetrada por unidades de subcontratação industrial e de ‘serviços’ [...] (2005, p.67).

As organizações sindicais e trabalhistas que tiveram grande expressão na década de 1960/1970 foram bruscamente atropeladas pelo sistema de acumulação flexível que emergiu pós-crise estrutural do capital em 1970. A esse respeito, Harvey traça algumas demonstrações de como o capital estrategicamente agiu contra o trabalho.

O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens do lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis [...] o propósito dessa flexibilidade é satisfazer as necessidades com frequência muito específica de cada empresa. Mesmo para os empregados regulares, sistemas como “nove dias corridos” ou jornadas de trabalho que têm em média quarenta horas semanais ao longo do ano, mas obrigam o empregado a trabalhar bem mais em períodos de pico de demanda, vêm se tornando muito mais comuns. Mais importante do que isso é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (2009, p.143).

Esse é o quadro desolador do proletariado hoje, e essa dinâmica corresponde à situação de inteira debilidade organizativa da classe, situação imposta pelos capitalistas. Essa fragilização das relações de trabalho se dá pela intenção perversa da indústria flexível de controlar e se apoderar da subjetividade operária, pois esta superou a produção da grande produção *fordista* ao descobrir que seria possível amplificar seus lucros, desresponsabilizando-se dos direitos trabalhistas e conseguindo a adesão do trabalhador (iludido pela participação nas decisões, na produção, gestão e lucros), princípio chave do sucesso de qualquer modelo de gestão produtiva. Ratifica essa assertiva Alves (2005, p.54), quando relata: “Não é apenas o ‘fazer’ e o ‘saber’ operários que são capturados pela lógica do capital, mas sua disposição intelectual-afetiva que é constituída para cooperar com a lógica da valorização”.

Mas como a classe trabalhadora que lutou impetuosamente para obter a liberdade, o domínio e a autonomia na/da produção nos anos de 70/80 deste século se deixará sucumbir por uma administração produtiva de contornos fragmentários de

direitos e de desarticulação sindical? Talvez a resposta seja a ilusão, a fascinação que as artimanhas do neoprodutismo trazem, apregoando a liberdade de inspeção, a horizontalização da organização intra-fábrica, a comunicação entre base produtiva e gerência, e o sistema de salários indiretos (premiações, participação nos lucros, etc.). Todos esses elementos permitem que o trabalhador se sinta membro participativo do sucesso da empresa.

Tais métodos obscurecem o que vem sendo o maior sistema gestacional dos últimos anos, que vem explorando e extraíndo dos trabalhadores mais que suas forças físicas, a espiritual. A fantasia que o trabalhador tem de que foi abolida a fiscalização e controle do gerente ou inspetor foi agora mil vezes agravada pela sua auto-emulação, através dos grupos de trabalho. Nestes a equipe que mais produzir recebe a bonificação ou o prêmio.

Como vêm sendo demonstradas, essas formas de incentivo à produção trazem um “cáriz de cooptação suavizada” (CEZAR, 2009). Desmonta-se a figura do capitalista, algoz do operário, principal responsável pela sua exploração, para transformá-lo em parceiro do trabalhador, pois a exploração agora é latente. O operário entre seu grupo fiscaliza a si e ao seu companheiro, descartando a figura do inspetor ou chefe de setor. Quanto mais a empresa cresce e lucra, “melhor” para o trabalhador: esse é o discurso do patrão. Chegamos ao cume da auto-exploração e alienação, graças a um novo controle social que faz com que o trabalhador, para alcançar sua cota de produção e ganhar o prêmio, exceda suas forças, desencadeando inúmeras enfermidades, tanto de ordem física como psicológica. Como afirma Watanabe apud Alves:

[...] no caso do Japão, o país capitalistas onde se originou o toyotismo, os casos de morte súbita no trabalho – intitulados *karochoi* – e outras psicopatologias do trabalho, provocados pelo ritmo e pela intensidade, que decorrem da busca incessante do aumento de produtividade (2005, p. 53).

Esses instrumentos de estímulos à produção fizeram dos sindicatos parceiros da moderna indústria flexível: em troca de incentivos materiais cederam à dominação capitalista e desencadearam um estado de letargia no movimento dos trabalhadores. Como bem faz referencia Alves:

Na verdade, a principal estratégia de captura do consentimento operário do *toyotismo* é a emulação individual pelas estruturas “estimulantes” dos

mercados internos, do emprego vitalício, e, hoje, particularmente, pelos novos sistemas de pagamento (salário por antiguidade, dos bônus de produtividade ou participação nos lucros e resultados) [...] (ibidem, p. 52).

O autor ainda ressalta que não é originário da *toyota* o incentivo salarial com vistas a aumentar a produtividade industrial e o consentimento do trabalhador, uma vez que os primeiros indícios foram na grande indústria *fordista* os chamados “acordos salariais”.

As investidas do neoprodutivismo⁹ sobre o trabalhador não é algo que faça parte de sua função endógena, é resultante das metamorfoses socioeconômicas ocorridas pelo mundo. O capital, ao precisar se reestruturar e expandir-se na década de 1970, fez do modelo japonês de administração a arma letal para destruir a organização do trabalho, demitindo trabalhadores formais e contratando-os por tempo determinado, subcontratando-os, quebrando o que existia tradicionalmente na base da indústria japonesa, acordos existentes entre empresa *toyota* e trabalhadores. Alves (ibidem) relata que a ‘ocidentalização’ do *toyotismo*, sob os ditames do mercado financeiro, tendeu a ‘negar’, dialeticamente, o próprio *toyotismo*, originariamente japonês “(princípio heurístico de que é o desenvolvimento capitalista que irá determinar a lógica do processo de trabalho)” (ALVES, 2005, p.63).

Esse método, ao migrar para o ocidente, precisamente para os Estados Unidos, especialmente com o desencadear da crise, transforma-se do “*toyotismo* original” japonês em outro mais agressivo e dominante. Algumas garantias, como estabilidade no emprego (vitaliciedade), médios salários, foram sendo esquecidas ao longo de sua configuração, pois as novas determinações do capital demandavam enxugamento do quadro funcional, redução do valor salarial. Como considera Alves:

A série de contrapartidas do *toyotismo* destinados à captura da subjetividade operária, capazes de permitir o pleno desenvolvimento dos nexos contingências do *toyotismo*, podem assumir diversas particularidades sócio-históricas (e culturais). Na verdade elas se alteram, acompanhando o desenvolvimento do capitalismo (e da própria luta de classes). É o que podemos constatar hoje, por exemplo, com a debilitação relativa de algumas condições sócio-institucionais que garantiram, no passado, no período de crescimento do capitalismo japonês a moldura do *toyotismo* original (2005, p.56).

⁹ Termo utilizado por Alves (2005) em sua obra intitulada: **O novo e precário Mundo do Trabalho: Reestruturação Produtiva e crise do sindicalismo.**

Essas mutações no mundo do trabalho, conformadas em flexibilidade trazem uma aparência de satisfação trabalhista forte, mormente entre os trabalhadores das indústrias modernas e centrais, quando se considera o incentivo à qualificação e participação nas decisões da empresa. No entanto, essa realidade controversa e conflituosa esconde que através desses novos incrementos administrativos o trabalhador cede sua capacidade reivindicatória aos sindicatos de fábrica, relegando ao passado a utopia de emancipação humana, através da luta organizada pela classe operária.

Essas organizações corporativas disformes que se consolidam pelo mundo capitalista são resultado de sua intenção de fragilizar os movimentos trabalhistas, afastando-se de qualquer possibilidade de vir a ser classe para si. São separados geográfica e ideologicamente; suas qualificações e valorações são incompatíveis: um operário europeu em plena indústria reestruturada tem interesses políticos sociais e econômicos particulares e diferenciados de um africano, um coreano ou latino americano. Tais diferenças redundam na constituição de uma classe heterogênea, cujos indivíduos não se vêem como portadores de uma única realidade são empregados e subjugados ao capital, cada vez mais distanciados, ideológica e politicamente. Essa realidade ainda vem sendo uma máxima na sociedade capitalista. Os efeitos da flexibilização do trabalho, perda da segurança no trabalho achatamento de salários, perda de vínculos formais e desemprego atingem a totalidade dos trabalhadores do mundo, uma vez que o objetivo da gestão flexível é sustentar ou aumentar os níveis de lucratividade, mantendo o menor número de empregos formais possíveis, evidentemente que em alguns países em menor grau que outros. Segundo Harvey,

A mudança mais radical tem seguido a direção do aumento da subcontratação (70 por cento das firmas britânicas pesquisadas pelo National Economic Developed Coucil [conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico] relataram um aumento da subcontratação entre 1982 e 1985) ou do trabalho temporário – em vez do trabalho em tempo parcial [...] A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins (2009, p. 144).

Separando e heterogeneizando a classe trabalhadora, fragmentando-a em espaços domiciliares, pequenas indústrias terceirizadas e informais, dificulta-se a possibilidade da articulação dos trabalhadores em uma única luta. Além disso, essa simbiose de sistemas e processos de trabalho distintos, moderno e tradicional se imbricam com o objetivo de gerar maior dominação e lucro. É o caso dos trabalhos informais e subcontratados, pois cada vez mais vem aumentando o número de demissões de trabalhadores formais em prol dessa forma de utilização da força de trabalho. A flexibilização do trabalho no *toyotismo* não implica a extinção de métodos antigos, como bem analisa Tavares (2004, p.84), “[...] a história mostra que alguns fenômenos tidos como novos reproduzem velhas práticas, sob um novo invólucro, as quais são ora retomadas, ora rejeitadas, a depender do estágio de desenvolvimento econômico, que determina se aquela forma lhe é ou não oportuna”.

O trabalhador passa a desenvolver sua atividade em casa ou em espaços que não é mais a fábrica. A produção passa a ser efetuada em cooperativas de trabalho e a ser pago pela quantidade de mercadoria produzida: o trabalhador se auto - explorando, em função de aumentar a produção para “vendê-la” ao capitalista que, por seu lado, não tem nenhuma responsabilidade sobre o trabalhador. Esses trabalhadores que aparentemente estão sem patrão estão diretamente articulados ao capital. Ao produzir ou comercializar, o tempo de trabalho é também determinante, mesmo não sofrendo a vigilância direta de quem o contrata, este tem a obrigação de produzir a quantidade prevista pelo contratante, se quiser garantir sua sobrevivência (TAVARES, 2004).

Essas formas escamoteadas de exploração são características do neoprodutivismo capitalista que vem se gestando na sociedade pós-crise estrutural de 1970 e que atingiu inexoravelmente a classe trabalhadora.

De acordo com Harvey (2009), a subcontratação organizada sob a oportunidade de geração de pequenos negócios em alguns casos permite que sistemas mais antiquados, como o trabalho doméstico, artesanal, familiar e paternalistas renasçam e floresçam, não mais como apêndices do sistema, mas como peças chaves centrais do sistema. Sinaliza o autor:

O rápido crescimento de economias ‘negra’, ‘informais’ ou ‘subterrânea’ também tem sido documentado em todo o mundo capitalista avançado levando alguns a detectar uma crescente convergência entre sistemas de

trabalho 'terceiromundistas' e capitalistas avançados [...] a ascensão de novas formas de organização industrial e o retorno de formas antigas [...] representam coisas bem diferentes em diferentes lugares. Às vezes indicam o surgimento de novas estratégias de sobrevivência para os desempregados ou pessoas totalmente discriminadas (IDEM, IBIDEM, p.145).

O trabalho precarizado, parcial e terceirizado são expressões também do trabalho informal, que vêm sendo a máxima da sociedade capitalista, e a razão principal da existência deles são as inúmeras formas de apropriação de mais valia que os informais possibilitam ao capitalista. A desresponsabilização dos direitos previdenciários e a subsunção do trabalho daqueles que o mercado formal e moderno regurgitou é o ponto nodal da nova estratégia de acumulação capitalista, através de trabalho informal, fenômeno que tomou relevância com a reestruturação produtiva do capital.

O mais violento reflexo das mudanças pós-crise de 1970 foi, segundo Antunes (2002), o desemprego estrutural, que hoje atinge o mundo em escala global e desenvolve uma contradição: onde arrefece o número de trabalhadores fabris aumenta desmedidamente o número dos trabalhadores desprotegidos, informais, subproletariados, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Há, nesse processo, diz o autor, a incorporação do trabalho feminino e redução do trabalho de jovens e dos mais velhos, significando um desenvolver da complexificação, heterogeneidade e fragmentação da classe trabalhadora. Ainda conforme Antunes (ibidem) o processo de desarticulação social se deu em todo o mundo (países de economia avançada e também as atrasadas). Na Itália, a diminuição do trabalho do operariado fabril diminuiu; pouco mais de um milhão de postos de trabalho foram eliminados, havendo uma redução da ocupação dos trabalhadores na indústria de 40%, em 1980, para pouco mais de 30%, em 1990 (STUPPINI apud ANTUNES, 2002). Como podemos verificar nesses dados, o desemprego aumentou assustadoramente nos últimos anos e deixou de atemorizar apenas os países em desenvolvimento econômico; sua escala agora são os países centrais.

Os reordenamentos socioeconômicos impostos pelo capitalismo à sociedade afetaram drasticamente a classe trabalhadora, mormente quando diz respeito à sua organização como apontamos anteriormente. Trata-se de impulsionar a

fragmentação de classe, cujos principais exemplos, segundo Alves (2005), são a proliferação da subproletarização tardia e do desemprego estrutural. De acordo com o mesmo autor, decorrente dessas transformações surge um novo (e precário) mundo do trabalho e é a partir desse momento que emerge a crise do sindicalismo e das formas de organização do trabalhador. A sociedade moderna vive uma crise estrutural com múltiplos desdobramentos sócio-históricos. “Há uma crise dos intelectuais orgânicos da classe, sindicatos e partidos socialistas, capazes de desenvolver a consciência necessária de classe” (ALVES, 2005, p. 65).

A classe trabalhadora vem se metamorfoseando e diminuindo, pela razão do *toyotismo* requerer para sua produção um número reduzido de trabalhadores em detrimento ao trabalho morto, pois para operacionalizar uma máquina, basta um trabalhador, e antes eram necessárias dezenas de operários. Essa vem sendo a realidade de várias empresas pelo mundo capitalista desenvolvido.

Vem ocorrendo nos grandes centros de economia global a desindustrialização: a produção é transferida para países onde a força de trabalho é farta e “despolitizada”, assim os capitais mantêm as “vantagens” que não teriam onde ainda resistem os trabalhadores industriais dos países ricos. A colaboração e participação dos trabalhadores nas decisões da empresa capitalista devem ser bem qualificadas, portanto é investindo em capacitações e cursos que visam ao enriquecimento tecno-operativo do trabalhador, que paulatinamente vem se afastando do chão de fábricas tradicionais na grande indústria para participar do corpo técnico administrativo, que se possibilitam vantagens, ou seja, salários indiretos, bonificações que intentam conquistar “corações e mentes” dos trabalhadores. Nesta perspectiva há a quebra de sentimento de classe permitindo que o trabalhador individualize suas queixas e anseios, desconsolidando a organização e o sindicalismo de classe.

Quanto ao controle da força de trabalho tornam-se mais sutis os mecanismos para adaptação do comportamento produtivo aos novos métodos de produção buscando obter consenso e adesão às metas de qualidade e produtividade. A natureza da relação salarial afasta-se do processo de negociação coletiva, para concretizar-se na estratégia da individualização dos salários e na negociação direta empresa-trabalhador, isolando os sindicatos (CEZAR, 1999, p.172).

A principal metodologia que deu contornos ao *toyotismo* e foi responsável por uma certa estabilidade na economia mundial foi a redução do emprego e este desencadeia um processo global de desemprego estrutural, movido pela concorrência e competição capitalista. Pois quem conseguiu produzir mais com reduzidos gastos se mantém na corrida; os mais fortes se sustentam e prevalecem em detrimento aos outros. Nesse sentido, segundo Gounet: “O capitalismo apóia-se fundamentalmente sobre essa violência: os mais fortes conquistam fatias do mercado, os demais são ameaçados pela falência” (2002, p.80).

Mesmo com a financeirização da economia e o maciço investimento em microeletrônica, alta tecnologia, robôs substituindo homens e mulheres, a produção da riqueza continua nascendo da exploração do trabalho humano. Reconhecendo essa verdade, o capital empreende uma série de ações para alcançar as fragilidades do trabalhador e corrompê-las. As empresas de base *toyotistas* vêm cada vez mais investindo em estratégias que têm por objetivo encaminhar, “resolver” e antecipar as necessidades dos trabalhadores, através de canais de participação, desempoderando a organização e representação dos trabalhadores (CEZAR, 1999). Segundo essa autora, há uma intenção velada quando se faz referência à concessão de alguns “benefícios” ao operário pelo patrão:

O envolvimento dos trabalhadores nas empresas é estimulado negociado e/ou controlado, por meio de um arsenal de recursos humanos, em que estão enumerados ganhos como estabilidade, benefícios e incentivos. A luta por melhoria salarial é gradativamente, substituída pela negociação cooperativa (CEZAR, 1999, p.173).

Contra todas essas investidas do capital fica difícil para a classe trabalhadora entender o enredo do qual fazem parte. É bem mais patente as “benfeitorias” promovidas pelo patrão, pois além dessas, há todo o empreendimento ideológico e educativo promovido pelos setores de recursos humanos. Busca-se integrar o trabalhador à fábrica, que passa a ser extensão de sua vida particular. A gestão administrativa flexível tem por base a utilização de uma força estratégia de recursos humanos. Relacionados a estes estão os programas de qualidade total e produtividade.

O trabalhador sofre uma alienação dupla, pois além de não saber o que e quando vai produzir, é incutida nele a ideia de que o aumento da produção viabiliza

ganhos para todos, capital e trabalho. Um equívoco que é corroborado pelos “benefícios” indiretos oferecidos aos trabalhadores: o sistema de bonificação e prêmios para o operário que mais dedicar-se no processo de trabalho. A esse operário é dedicado também o título de operário da semana, com direito à exposição da imagem na corporação, com o título de colaborador destaque da semana. Essa é uma forma de fazer com que o trabalhador se sinta parte integrante da empresa e colabore para a manutenção e reprodução de sua exploração. A participação e o compromisso aparecem como os vetores das novas modalidades de gestão (IDEM, IBIDEM).

Com a reestruturação produtiva o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de mercadoria é diminuído, o número de trabalhadores necessário a uma produção também é minimizado, mas os índices de produção continuam altos, o que permite a dedução de que a indústria moderna e flexível não mais depende da força de trabalho para produção de riqueza; o mercado se reproduz sozinho.

Engana-se quem crê num mercado que se reproduz por si mesmo. A riqueza continua sendo gerada pelo trabalho, ou seja, na produção, único momento do qual se extrai mais valia. Mas as formas de subsunção do trabalho ao capital estão em constante mutação. O trabalhador da linha de montagem *fordista* era o guardião que auxiliava a máquina e executava comandos repetitivos. Com o neoprodutivismo, o trabalho vivo foi diminuído, mas não extinto nesse processo, além de o trabalhador participar da produção ele passa a pensar em todo processo produtivo, sendo utilizado nesse momento, pelo capital, além da sua força de trabalho a sua subjetividade e intelectualidade. Neste sentido, o operário se sente parte da produção direta e não alheio a ela; é o que podemos considerar como novo estranhamento. “Apesar da redução numérica da classe operária no núcleo central da produção do capital, o seu papel de ‘guardião’ da máquina – e não apenas suporte, tal com na grande indústria – demonstra a centralidade insuprimível da força de trabalho [...]” (ALVES, 2005, p.74).

A subsunção real do trabalho ao capital é construída sob a forma de uma alienação e estranhamentos inquestionáveis. Se antes, na grande indústria, o capital se apropriava do fazer e da força do trabalhador, agora a espoliação tornou-se mais patente, o capital se apodera do corpo e do espírito dos proletariados. As formas de

açambarcamento do corpo e da alma do trabalhador e o processo de reificação deste constroem uma identidade reconhecida por Antunes e Alves como novo estranhamento. Como afirma Alves:

O operário polivalente do *toyotismo* permanece ainda à mercê do processo de valorização. Ainda que os novos operários polivalentes possuam alto grau de autonomia, de soberania sobre o trabalho, tornando-se 'guardiãs' da máquina, mantendo-se ao lado do sistema de máquinas e não submetidos a ela (como na grande indústria), eles ainda permanecem ligados a um trabalho 'estranhado', pois a lógica do capital os impede de controlar o processo produtivo, no sentido geral de estabelecer e autodeterminar os objetivos de suas atividades produtivas (o que surge, por meio de seus resultados contingentes, como uma irracionalidade social que contrasta com a racionalidade intrafirma) (2005, p.73).

Diante desse novo paradigma de gestão capitalista, Alves (2005) considera que o processo de fragmentação de classe vem sendo o mais flagrante. É a nova moldura que apresenta o mundo do trabalho, composto de uma subproletarização tardia (trabalhadores informais), de um lado, e do desemprego estrutural de outro. Esses aspectos se mostram como o grande “calcanhar de Aquiles” da classe trabalhadora.

Os desempregados são transformados em excluídos do mercado, sem nenhuma possibilidade de se inserir ou de se (re)inserir no mercado formal. Dir-se-ia que são descartáveis da produção formal, mas não na geração de lucro e mais valia para o capital, pois são responsáveis pela manutenção de novos ordenamentos capitalistas, na condição de trabalhadores informais, que a reestruturação produtiva vem ajudando a potencializar.

As empresas flexíveis desregulamentam as garantias salariais e trabalhistas, em muitos casos ajudados pelos sindicatos, compram o trabalho de indivíduos fragilizados, que vendem sua força de trabalho por qualquer preço, pelo temor do desemprego e da instabilidade que dele decorre. É mais lucrativo para o capital essa transação; além disso, se o trabalhador desenvolve a “livre iniciativa” de produzir e arregimentar para si várias funções (polivalência), consegue garantir o seu espaço, mas restringe o emprego de um companheiro seu. A fábrica flexível *toyotista* se move pelo mínimo de trabalho humano empregado em favor de grandes lucros e estoques mínimos (*just in time*). Destarte, “toda fábrica deve combater o desperdício de mão-de-obra: se uma equipe de nove homens, por exemplo, consegue trabalhar

com oito é melhor para a produtividade” (GOUNET, 2002, p.101). Assim reza o *toyotismo* e seu metabolismo orgânico de mantenedor do capitalismo hodierno.

A classe metamorfoseada pela reestruturação produtiva não é composta somente pelos trabalhadores que atuam nas empresas *toyotistas* centrais. Toda a classe trabalhadora foi atingida, porém os maiores impactos da reestruturação produtiva recaem sobre o contingente de trabalhadores descartados do mercado formal e tornados trabalhadores parciais, temporários, subcontratados, denominados subproletarizados tardios por Alves (2005). Estes trabalham precariamente sem nenhum direito ou segurança previdenciária, atendem às determinações do capital, pois vendem sua força de trabalho a pequenas empresas ou se atrelam a uma cooperativa, quando não se auto-explora no ambiente doméstico.

Esses trabalhadores não estão fora do sistema e nem conformam a outra parte de uma organização dual para o capital, que distinguiria os que produzem formalmente e atendem diretamente ao capital de seus opostos, os que produzem informalmente. O capitalismo inclui todos, trabalhadores formais e informais, empregados, desempregados, subempregados etc. Cada um assume uma função dentro do sistema. Este precisa igualmente dos mais qualificados pensantes e executantes e dos trabalhadores parciais, subproletarizados de regiões do globo em desenvolvimento. A esse respeito, Alves elucida:

A rigor a idéia de uma 'sociedade dual' é errônea, visto que, no caso do novo complexo do trabalho, a 'dualidade' entre 'centro' e 'periferia' de produção do capital ou 'privilegiados' e 'precarizados' do trabalho oculta uma contradição real: sob a lógica do capital os altos salários precisam dos baixos salários (2005, p.80).

Segundo o mesmo autor, o descortinamento do subproletariado tardio é tão grave quanto o desemprego estrutural. A administração neoprodutivista promoveria uma dissimulação de uma forma de exclusão social que interpõe a quantidade e a qualidade do trabalho; é como se as condições precárias e injustas de trabalho não fossem tão desumanas como a falta dele. “[...] Se oculta, portanto, o problema da subproletarização tardia com um dos maiores problemas do mundo do trabalho no limiar do séc. XXI” (ALVES, op.cit.).

Considerando que o sistema de produção flexível é um método utilizado pelo capital para lhe assegurar vida longa e abundante, sob quaisquer conseqüências pensemos nesta discussão que Antunes desenvolve, para compreendermos a relação da gestão flexível com a ampliação e aprofundamento do trabalho precário.

Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência inter-capitais, mais nefastas são suas conseqüências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização sem paralelos em toda era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital [...] Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase de reestruturação produtiva do capital (2003, p.34).

O agravamento de questões ambientais e sociais decorrentes da desmesurada corrida incessante por domínio e amplificação do capital vem acarretando problemáticas que, a nosso ver, não têm mais como retroagirem. São agressões ao ambiente e à natureza, ao ar que sorvemos, à água que bebemos e ao alimento que pomos à mesa (problema que também tem relação direta com questões de classe, pois apenas os que detêm poder aquisitivo alto é que podem ter acesso ao alimento orgânico, que “supomos” esta longe da contaminação dos “agroindustriais”, altamente danosos à saúde humana, resvalando no consumo cada vez mais constante de medicamentos). Verifica-se que a produção destrutiva atinge organismos naturais, que estão diretamente vinculados à sobrevivência da vida neste planeta.

Nunca a sociedade chegou tão próxima à sua destruição e nunca foi tão injusta, pois apenas uns poucos decidem entre a manutenção de condições razoáveis de sobrevivência humana e entre a expansão de seu próprio lucro. Obviamente, se o capital se questionasse sobre as conseqüências de tais ações ao planeta, estaria admitindo que seu sistema não é um ideal de sociedade e cederia ao postulado de hegemonia universal. Mészáros afirma:

[...] não é surpresa que este sistema de reprodução social tenha de confinar a qualquer custo seus esforços remediadores à modificação parcial estruturalmente compatível dos efeitos e conseqüências de seu modo de funcionamento, aceitando sem qualquer questionamento sua base causal – até mesmo nas crises mais sérias (Apud PANIAGO, 2007, p. 62).

Nessa perspectiva entendemos por que diante de tantas conseqüências sociais são desenvolvidos apenas lenitivos e não antídotos para a resolução da problemática seja ela objetiva ou subjetiva.

Dentre as muitas mazelas produzidas pela sociedade capitalista, encontra-se a contínua e incomensurável quantidade de lixo, descartáveis produzidos pelo consumo exacerbado, o que é acarretado pela “obsolescência planejada” do modo atual de organização da produção capitalista, voltada para a descartabilidade de mercadorias.

Chega a ser até uma incongruência falar de consumo acirrado, quando há tantas pessoas sem condições sequer de alimentar-se. Mas essas pessoas estão justamente dando condição para que esse consumo exista. Ou seja, do desenvolvimento capitalista resulta riqueza e miséria extremas. Vivendo sob condições desumanas, sem emprego e na informalidade, homens, mulheres, crianças e idosos catam materiais descartáveis para angariar alguma renda e manterem-se vivos. O lixo descartado pela sociedade do capital vai atender e manter a sobrevivência de trabalhadores que deixaram de interessar ao capitalismo e cuja expulsão do mercado significa o cancelamento do direito à vida.

O lixo, um dos causadores da poluição ambiental, vai ser útil à reprodução do próprio sistema, seja como fonte geradora de maior lucratividade, via comercialização de insumos recicláveis, ou como formas de sobrevivência de grande parcela da população hoje. A auto-sobrevivência desses sujeitos é condição para fragilizar e impedir a formação de organizações e movimentos da classe trabalhadora, além de colaborem para a manutenção do exército industrial de reserva. A força de trabalho empreendida nessa atividade é paga informal e miseravelmente.

É uma população em situação de rua, que não é empregada nem do capital nem do Estado. Constitui uma espécie de empreendedores do lixo. Quando “organizados” em associações e cooperativas ou quando trabalham sozinhos e com familiares, são trabalhadores “autônomos”. Seus achados na coleta vão ser vendidos à indústria, por preços irrisórios, sem que se leve em consideração o tempo despendido e a natureza de trabalho, bem como a total ausência de direitos

trabalhistas e sociais. Esse tema é central desta pesquisa, portanto voltaremos a ele nos capítulos posteriores.

Nessa mesma perspectiva, Antunes enriquece a discussão, apoiado na teoria de Mészáros. Diz ele que esse é um momento em que, para dar vazão à extensa produção, o capitalismo vai criar “a taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias”, que vem sendo um modelo falacioso da “qualidade total” apregoado pelo paradigma da produção *toyotista*. A esse respeito, o autor afirma que:

[...] a falácia da ‘qualidade total’, tão difundida no ‘mundo empresarial moderno’, na empresa enxuta da era da reestruturação produtiva, torna-se evidente: quanto mais ‘qualidade total’ os produtos devem ter, menos deve ser o tempo de vida útil dos produtos, visando aumentar a velocidade do circuito produtivo e desse modo ampliar a velocidade da produção de valores de troca, faz com que a ‘qualidade total’ seja, na maior parte das vezes, o invólucro, a aparência ou o aprimoramento do supérfluo, uma vez que os produtos devem durar pouco a ter uma reposição ágil no mercado (IDEM, 2003, p.50).

É claramente observável como o capitalismo contemporâneo usa de estratégias, aproveitando e reaproveitando até as mercadorias descartadas para atender às demandas incessantes por lucro, absorvendo e se apropriando da força de trabalho até de trabalhadores que sobrevivem de atividades informais, extremamente precarizados e à margem da proteção social. Vê-se que o capitalismo, incontrolável e insaciável, encontra meios de suplantar suas crises explorando até quem está fora do mercado formal.

Trabalhar em condições dignas de vida e ter acesso às necessidades básicas é o mínimo por que podem reivindicar os trabalhadores na ordem capitalista. Afinal, o seu cotidiano reproduz o sistema, às vezes, da forma mais degradante, como ocorre com os trabalhadores informais, que retiram do lixo a possibilidade de se manterem vivos. No entanto, o que se apregoa é o reverso disso.

O Estado e os instrumentos burgueses de reprodução ideológica a todo tempo utilizam o trabalho precário, desregulado, informal, sob a égide da autogestão e do empreendedorismo. Tais discursos são aqui questionados, tendo em vista desvendar “os fios (in)visíveis” que tecem a produção contemporânea. É nesse sentido que nos propomos a interrogar as relações que se entrecruzam no trabalho

do catador de lixo. Pretende-se apreender a função social desses trabalhadores na sua relação com o Estado e o capital. Importa saber quem ganha nessa relação. Enfim, objetiva-se desvelar as relações desiguais que ocorrem nos núcleos de coleta seletiva e aterro sanitário da cidade de João Pessoa, PB.

CAPITULO 2

O CATADOR DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS E SUAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

2.1 O TRABALHO INFORMAL DA ECONOMIA FLEXÍVEL

Precipuamente apontamos o que a linguagem comum descreve como informal trata-se do que é “destituído de formalidade; que não apresenta formas definidas, próprio de quem é informal”. Confirma-se o que convencionalmente o senso comum entende por informalidade. Informal é o que não é formal. É algo dissociado, desmembrado, que não faz parte do mesmo universo, da mesma totalidade. No que se refere ao trabalho, essa interpretação assume contornos discutíveis e consequentes.

Entendemos formalidade e informalidade compondo um mesmo e único universo, sendo que a primeira é condição garantida aos trabalhadores regularmente contratados, conforme um sistema de leis criadas pelo Estado, que lhes garante proteção social enquanto a segunda, sofre a total ausência desses benefícios. A informalidade é um conceito muito amplo e envolve inúmeras atividades. Mas o que de fato importa na condição do trabalho informal é a fragilidade a que estão submetidos todos os trabalhadores que ingressam no mercado de trabalho nessa condição.

Sempre existiu trabalho informal, especialmente nos países periféricos, mas essa forma de trabalho que se expande sob o signo da flexibilidade já não se restringe às pequenas unidades produtivas que funcionavam sem relação com a produção capitalista, como queria a OIT (1972). A reestruturação produtiva do capital, ao priorizar a flexibilidade como uma das políticas macroeconômicas que orientam a organização da produção, propicia processos de terceirização, pelos quais muitas atividades saem do interior das empresas para ser desenvolvidas na informalidade. Dado o grande volume de desemprego, resta a muitos trabalhadores aceitar as condições impostas pelo capital. Com isso, diminui o custo variável da produção, aumenta o capital constante e expande-se o trabalho informal, com graves consequências para os trabalhadores.

Realçadas essas questões, percebemos que, a princípio, o que distingue o formal do informal são as normas jurídicas instituídas pelo Estado, pelas quais se estabelecem direitos trabalhistas para os trabalhadores formais. No *toyotismo*, diferente do que acontecia no *fordismo*, as relações de trabalho já não se pautam na “rigidez” dos contratos formais. A ideia de segurança no emprego pertence ao passado. Agora, cada trabalhador é responsabilizado pelo seu (des)emprego, cabendo ser empreendedor e criar condições de empregabilidade.

Com isso, o trabalho informal assume características novas, diferentes daquelas definidas pela OIT (1972). As atividades informais já não se restringem às práticas de fundo de quintal, exercidas de forma independente sem articulações com a produção capitalista. Ao contrário, a cooperação capitalista articula formal e informal e ambos participam do processo de acumulação capitalista. O sistema capitalista hoje se alimenta tanto do trabalho formal quanto do informal, sejam trabalhadores produtivos ou improdutivos. Ambos são complementares ao capital (TAVARES, 2004). Segundo essa autora,

No atual nível de desenvolvimento capitalista não há escapatória possível para o trabalhador. Qualquer que seja a sua forma de inserção na produção, está sujeito, direta e indiretamente, as exigências da competição, da produtividade crescente, da acumulação e da extração de sobretrabalho (IDEM, IBIDEM, p. 145).

O estudo sobre a informalidade enquanto setor econômico surge na academia entre as décadas de 1970 e 1980, com as análises da Organização Internacional do Trabalho - OIT - às novas práticas de trabalho desenvolvidas no Quênia, em 1972. Algumas formulações teóricas, umas mais progressistas¹⁰ outras mais conservadoras¹¹ dão conta do que se interpreta sobre o fenômeno. Após esse

¹⁰ A teoria da subordinação foi formulada por Souza (1999). Segundo ele, a economia é um continuum de formas de organização da produção, em que o “setor informal” não é uma forma isolada, mas sim uma forma de produção integrada e subordinada à produção capitalista (Apud TAVARES, 2004, p.36).

¹¹ Trata-se de uma missão de estudos, que analisou o problema do emprego urbano no Quênia, com vistas a um diagnóstico e à proposição de políticas para atenuação do desemprego e do subemprego naquela e em outras economias subdesenvolvidas. A noção de “setor informal” foi utilizada pela primeira vez no relatório resultante dessa Missão. Mas deve-se ressaltar que Keith Hart já havia utilizado o adjetivo “informal” num trabalho pioneiro sobre emprego e renda urbana em Gana, em 1971, embora o tenha aplicado à oportunidade de renda, e não de setor. Assim, a concepção básica

momento, arrefecem as discussões no âmbito acadêmico, em contraposição às novas determinações do mercado mundial, que tendem a compreender o informal como sinônimo de flexível (TAVARES, 2004), portanto funcional, ao desenvolvimento capitalista. Diante da crise e da diminuição do volume de empregos, a discussão se desloca da contradição capital-trabalho para “incluídos” e “excluídos”, ou seja, desloca-se da economia para a política. O discurso corrente desagregou-se do caráter econômico para fincar raízes na questão sociopolítica, demandando políticas públicas de “inclusão”. Conforme Maranhão:

Ao resumir a heterogeneidade das teses dos ‘teóricos da exclusão’, mesmo correndo o risco de generalizações, poderíamos dizer que o que une seu pensamento é a defesa de uma espécie de ‘neo contratualismo’. Para eles, a transição de uma sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial ou pós-salarial rompeu o ‘contrato social’ que vigorou na época do *Estado de Bem-Estar* e isso gerou uma crise filosófica do Estado, que, por sua vez, tem como consequência a desagregação dos princípios de solidariedade e coesão social (2008, p. 95).

Nessa perspectiva, a contradição capital-trabalho é coisa do passado. Teria desaparecido a clássica divisão entre explorados e exploradores. Ainda conforme o mesmo autor, para os chamados “teóricos da exclusão”, “estaríamos vivenciando o aparecimento de uma nova cisão, aquela que opõe de forma abstrata e genérica, incluídos e excluídos” (Idem, p.96). Contudo, o desemprego e a precariedade do trabalho informal são fatos concretos que atingem apenas indivíduos de uma classe social, a dos trabalhadores. E não se trata de um acontecimento eventual, mas de um fenômeno inerente à produção capitalista, que se amplia no *toyotismo*, por causa do estágio de desenvolvimento do capital.

Malgrado as várias acepções e inconstâncias estatísticas, é sabido que hoje os trabalhadores informais estão em todos os espaços, não apenas nos interstícios da formalidade, mas em todos os segmentos econômicos e nos mais diversos países. Enfim, a acumulação flexível comporta um trabalho informal de novas feições, cuja dependência e precarização fazem parte da produção capitalista.

Nosso estudo parte da concepção de trabalho informal oferecida por Tavares, que esclarece:

de “setor informal” foi estabelecida em *Employment, Incomes and Equality: a Strategy for increasing Productive Employment in Kenya*, Genebra, 1972 (TAVARES, 2004).

[...] trata-se do emprego desprotegido, sem vínculo formal, mais diretamente vinculado à produção capitalista. Trata-se de formas de trabalho que foram praticadas pela sociedade pré-industrial e são agora retomadas pela empresa, que tende a deixar de ser lugar por excelência da chamada relação salarial moderna (2004, p. 52).

Imbricadas ou diluídas na noção geral de informalidade, existem atividades de estrita sobrevivência, que são exercidas por trabalhadores desempregados e pobres em forma de serviços ou venda e revenda de mercadorias, de forma independente. Mas também existem atividades que se articulam à produção capitalista. São essas que merecem ser investigadas. Nesse sentido, temos como hipótese que os catadores de recicláveis exercem um trabalho informal diretamente articulado à produção capitalista, na medida em que os materiais coletados se constituem matéria-prima para a produção de mercadorias. O Estado, por sua vez, ao apoiar atividades dessa natureza, contribui para disfarçar os altos níveis de desemprego e para disseminar a ideia de autonomia tão cara aos que defendem a flexibilidade da economia, geralmente fazendo crer que o trabalho informal é opção dos trabalhadores e não imposição do sistema.

2.1.1 Breves notas sobre os conceitos de trabalho informal

Para melhor compreender o universo diverso no qual se move o conceito de trabalho informal, iremos apresentar algumas perspectivas.

Na concepção legalista de trabalho informal construído na década de 1981, o mote central para definir trabalho formal ou informal é o seu pertencimento a atividades legais ou ilegais. Esse enfoque restringe a expansão do “setor informal” a atividades que cumprem ou não as legislações trabalhistas, fiscais e previdenciárias (SOARES, 2008).

Essa perspectiva está intimamente relacionada à emergência e ao declínio do Estado de Bem Estar Social, nos principais países do mundo. Esses países desenvolveram políticas que afetaram a gestão das empresas, obrigando as mesmas a tomarem medidas que desenvolveriam um consumo em massa para uma produção excessiva de mercadorias, o que demandou investimentos em ações sociais e previdenciárias, implicando aumento de tributação às empresas e queda dos lucros, fato que os impeliu a passar da organização formal para informal. Destarte, a desaceleração da atividade econômica, a partir da década de 70 e a

elevação do sistema tecnológico junto aos custos de trabalho são considerados os principais fatores responsáveis pelo crescimento do trabalho informal (SOARES, 2006).

Para diminuir a grande densidade móvel de trabalhadores do formal ao informal, o Estado contemporâneo tem anunciado a redução da carga tributária e dos gastos com os trabalhadores (flexibilização dos direitos trabalhistas), para obter o retorno desses empreendimentos ao mercado formal. Ou seja, com o aumento dos tributos, os pequenos negócios não suportaram e migraram para a informalidade, aumentando o buraco nas contas do Estado (IDEM, IBIDEM). Uma questão que se apresenta submersa nessa apresentação é o papel central que esse trabalho informal tem para o capital como alargador de lucro e contendedor dos conflitos entre as classes. Assim sendo, não seria interesse do capital que todos os pequenos empreendimentos se tornassem formais, bem como os trabalhadores que desenvolvem atividades informais e precárias se formalizassem, pois assim o capital não teria como extrair mais valor através da compra de seus trabalhos ou de seus produtos ou serviços. A esse respeito, Soares indaga com autoridade:

[...] não será o trabalho informal o caminho encontrado pelas empresas capitalistas para redução dos custos com o pessoal? Mais do que isso, não será ela um meio eficaz na extração da mais-valia absoluta? Não estarão as relações de trabalho, no mercado capitalista, aproximando-se mais da informalidade do que da formalidade? (2006, p.91).

Podemos apreender com essa abordagem que o trabalho informal estaria relacionado a atividades resultantes de uma “opção”, pelo fato de, assim, estarem livres de encargos fiscais, possibilitando o acréscimo de alguns anos a mais de sobrevivência da pequena empresa no circuito mercadológico. Porém, concretamente, não se trata de opção, mas sim de uma imposição do sistema. No tocante ao mercado de trabalho, não podemos negar que as modificações do período pós anos 70 afetaram a todos indistintamente, mas o trabalhador foi o principal atingido: expulso do mercado formal, passa a se organizar em espaços produtivos, nos quais o máximo garantido é a reprodução social.

Por meio de atividades degradantes, exercidas individualmente ou com auxílio de familiares, que muitas vezes animaliza o ser humano, o capital não brutaliza apenas os que estão diretamente sob o seu jugo, mas e principalmente os

que não se ligam diretamente a ele como os trabalhadores não formalizados no mercado. O trabalhador informal, além de estar em situação de vulnerabilidade, pois sua renda não lhe garante o atendimento às necessidades básicas: moradia, alimentação, educação, saúde e direitos previdenciários, enfim, direitos sociais que são inalienáveis a qualquer pessoa, sua condição de trabalhador informal, a depender da relação que o trabalho tenha com o capital, ainda pode possibilitar ao capital obter lucros, no caso dos catadores de lixo, mediante as condições indignas de trabalho e de vida. Dizemos indignas, porque sobreviver dos restos descartados pelos outros membros da sociedade, em meio a dejetos, putrefações e fetidez é a condição mais bárbara que se pode reconhecer em pleno séc. XXI. Contudo, a venda dos materiais coletados vai ser supervalorizada quando cumprir seu círculo produtivo: mercado, consumo, descarte, coleta (catador). Entre a indústria e os catadores há a figura do atravessador, que revende os materiais à indústria. Esses materiais, por sua vez, tornam-se matéria-prima para novas mercadorias, que vão retornar ao mercado.

No tocante ao modelo hegemônico de entendimento do trabalho informal, este atribui aos sindicatos e aos governos as distorções no mercado de trabalho, uma vez que interferem nos fatores da produção, tornando os investimentos em trabalho morto mais lucrativos para o capital. O problema do desemprego e da expansão das atividades informais estaria relacionado a questões externas, e não à lógica de funcionamento do capitalismo (SOARES, 2006). Esse mesmo autor afirma que nos últimos anos essa perspectiva sofreu alguns progressos, tendo como principal expoente a economista Cacciamali. A autora, apesar de não se desvincular dessa visão liberal/oiteana, revela alguns avanços em seu debate, a respeito das estratégias usadas pelo mercado para usufruir do trabalho e da ideologia do informal (CACCIAMALI, 2008). Contudo, a autora ainda defende a ideia de que o “setor” informal está desvinculado do “setor” formal. Mesmo apresentando análises mais profundas do que a perspectiva legalista, ela não refuta a predominância do desvinculo jurídico das relações informais.

Embora a abordagem oiteana permaneça hegemônica desde os anos 1970, esse ideário não obscurece que os abalos sofridos pela economia atingiram o mercado de trabalho diretamente, sendo refletida em diferentes formas de trabalho precarizado e informal.

A perspectiva hegemônica percebe a informalidade como um caso de Estado. Portanto, seria necessário investir em políticas econômicas e sociais que disponham de fiscalizações, financiamentos, assalariamentos e punições para os que burlam a lei. E no que se refere aos trabalhos informais de subsistência, as ações deveriam incluir projetos pautados no empreendedorismo, na perspectiva da assistência social.

A aparente diferenciação entre as perspectivas legalistas e hegemônicas não as distingue uma da outra. Na realidade, ambas partem do mesmo princípio: a disfunção do capital, ocasionada por uma ingerência do Estado em relação aos excessos de impostos, que teria obrigado empresas a demitirem e a se inserirem no mercado informal, assim como, também, os trabalhadores sem perspectiva de emprego. A solução apontada pelas duas vertentes seria baixar os impostos e esperar que o mercado abarcasse novamente os “excluídos”.

Pretendemos, com essas incipientes aproximações, concluir pela perspectiva marxista, que se faz representar por pesquisadores como Tavares (2004), Soares (2006), referências que nos conduziram ao logo deste trabalho.

Nesta explanação, são destacadas algumas particularidades dessa vertente. A primeira e principal é pautar-se na categoria totalidade, pois para se apreender e analisar a realidade, é preciso compreender os fenômenos em sua inteireza. Para os marxistas, como Tavares (Idem) e Soares (Idem), o grande número de trabalhadores desempregados que se formou a partir da década de 70 nos países periféricos decorre de espantosas quantias de dinheiro transferidas das empresas dos países em desenvolvimento para os desenvolvidos como possibilidade de minimizar a crise. Esses países, por sua vez, iniciam o processo de investimento em tecnologia ampliando a composição orgânica do capital que favoreceu o desemprego em escala.

O desenvolvimento do capitalismo e também de suas crises desencadeiam um processo de busca desenfreada por novas formas de lucro. É a partir desse momento que há um “processo de introdução de formas de produção novas no arcaico e de atrasadas no moderno” (SOARES, 2006, p.95).

O trabalho informal, na grande maioria das vezes, parece ser fundamental para manter o *status quo* e preservar a divisão de classes que consubstancia o capitalismo. Mesmo as atividades informais que só garantem a sobrevivência cumprem a função de adiar a possibilidade de uma mudança na ordem social. No caso dos catadores, a esperança de melhores dias em lugar de fortalecer a classe a que pertencem os fragiliza, pois à medida que esperam melhorar de vida, crescer na sua atividade, iludem-se com a ideia de sucesso e autonomia. Ao mesmo tempo em que nutrem o fetiche do fim do desemprego e creem que todos são empresários em potencial, a contradição é escamoteada e o desejo de transformação da sociedade é postergado.

Confrontando as teorias com a realidade, a matriz marxista é a única, a nosso ver, que consegue explicar as contradições inerentes a essa modalidade de exploração que expressa o trabalho informal. A teoria marxista é a única que analisa os fenômenos que corroboraram para informalidade endogenamente, ou seja, a partir das leis econômicas que regem o sistema e entendendo que estas só serão extintas quando houver outra organização social. Enquanto perdurar a contradição capital-trabalho existirão, continuamente, formas de produção precárias e indignas que farão o sistema se reordenar. A esse respeito, Soares ratifica:

A visão de autores de inspiração marxista sobre o trabalho informal, apresenta maior coerência quando se contrasta essas teses com a realidade, pelos seguintes motivos: primeiro porque luz da teoria marxista estes aqueles autores perceberão que a informalidade não seria passageira como afirmavam os neoclássicos, na sua primeira versão em que apontavam para a industrialização como solução para o desemprego e, por conseguinte, redução do informal; segundo, concluirão que a expansão do trabalho informal não se dava apenas porque este estaria subordinado à dinâmica capitalista, mas, principalmente porque as atividades classificadas de informais são produto da dinâmica capitalista e estão inseridas na produção moderna (setor protegido organizado, etc.); terceiro já na década de 1970, constataram a funcionalidade deste[...] (2006, p.99).

O trabalho visto por esse sentido nos é apresentado como um mecanismo do sistema capitalista para não se deixar ruir pela lei tendencial da queda da taxa de lucro. Na visão do trabalhador, é uma possibilidade de não perecer diante de suas necessidades mais urgentes. Mesmo sendo uma atividade de subsistência milhares de trabalhadores se entregam a atividades informais, como a de catador de materiais recicláveis, porque estão desempregados, não têm outra alternativa de

sobrevivência. Isso é o que demonstram os 73% dos entrevistados de nossa pesquisa.

Desse modo, fica evidente a função estratégica de o mercado utilizar-se da força de trabalho já fragilizada do trabalhador informal para adquirir mais lucro. Nesse sentido, o trabalho desprotegido e fragilizado do trabalhador informal não tem previsão de ser extinto nos marcos desse sistema, pois, por um lado, o capitalismo se mantém principalmente do excedente criado pelo trabalho – inclusive do trabalho informal – e, por outro, dado o estágio de desenvolvimento atual, a muitos trabalhadores só resta sobreviver via informalidade.

A perspectiva marxista aponta que só é possível trabalho no seu sentido ontológico, se este for emancipado, não existindo realização e liberdade humanas pelo trabalho se este for abstrato e alienado. O que estamos querendo afirmar é que o discurso que analisa o trabalho informal não tem a intenção de fazer apologia à formalização de todos os trabalhadores como se fosse uma dádiva, mas apresentar como a vileza do capital vem usurpando a alma até dos que estão fora dos muros das fábricas, dos que já não têm nada a não ser seu trabalho.

Como Marx e Engels, defendemos que somente em uma sociedade justa e longe da exploração é possível construir condições sociais para que a sociabilidade seja igual para todos, em que o livre desenvolvimento de cada um seja condição para o livre desenvolvimento de todos (MARX; ENGELS, 2001).

2.1.2 O fetiche do empreendedorismo e o descomprometimento do Estado com a classe trabalhadora

Neste trabalho nos pautamos a analisar o trabalho informal dos catadores de recicláveis, que, inseridos na informalidade pelo desemprego e ausência de direitos como saúde e educação, conforme aponta estudo de Melo (2006), fixam-se em associações, muitas delas total ou parcialmente atreladas ao Estado. Presumem os trabalhadores que o Estado tem maior poder de barganha na negociação com as indústrias, assim evitando os obstáculos gerados, muitas vezes, por atravessadores. Mas, considerando que a atividade do catador de recicláveis interessa diretamente à indústria, temos nos perguntado se não seria mais justo o Estado lutar pela formalização do trabalho. Observamos que quando uma atividade assume a forma

de pequena ou microempresa, passar da informalidade à formalidade é um discurso recorrente. Os catadores, no entanto, como a pobreza em geral, parece não ser parte da economia, sendo, portanto, inseridos entre aqueles para os quais o trabalho informal é entendido como política.

[...] atividades que se encontram nessa categoria se expandem e são recomendadas por organismos financeiros internacionais como uma ação política temporária, até que o ajuste promovido pela reestruturação produtiva apresente os frutos esperados (TAVARES, 2004, p.153).

Cabe perguntar: por que a produção, cuja matéria-prima é o material reciclável, insere-se na economia e a atividade do catador se insere na política de assistência aos pobres? Não dá para negar que o trabalho dos catadores de materiais recicláveis faz parte da produção capitalista.

Um dos embates teóricos travados no âmbito da informalidade é sobre a noção de setorialidade. Essa é a perspectiva adotada pelos teóricos da Organização Internacional do Trabalho – OIT – expressa no Relatório do Quênia, documento que define a economia dividida em dois setores: formal e informal. O referido relatório tinha como principal objetivo avaliar os efeitos do desemprego e da renda no Quênia e em outros países atrasados.

A abordagem moderna tradicional é reelaborada no relatório do Quênia (OIT, 1972) pelo qual a dicotomia não se explica mais entre a renda do capital e do trabalho, mas entre trabalhadores pobres e ricos das áreas urbana e rural. A concepção oitiana introduz a tipologia formal-informal, enfatizando ao problema dos trabalhadores submetidos a um nível de renda insuficiente à satisfação de suas necessidades (TAVARES, 2004, p. 30).

Uma das características marcantes do conceito de “setor informal” na perspectiva dos teóricos que seguem a linha da OIT é que sua teoria não vai a causa, à raiz causadora da informalidade. Para esses estudiosos, o processo ocorre à margem da contradição entre capital-trabalho.

Atualmente, apesar do aumento da informalidade e da sua funcionalidade ao capital, geralmente tenta-se obscurecer o trabalho informal, através de novas denominações atribuídas a essa modalidade de exploração que consubstancia a era flexível. Os termos mais comuns são empreendedorismo e empregabilidade. Diluída nessa ideia, encontra-se justificativa para o fim da contradição entre capital-trabalho.

Brota das iniciativas individuais a figura do pequeno empreendedor “patrão de si mesmo”, ideologia liberal, consolidada na academia e massificada pelo Estado e por suas políticas públicas. Essa tem convencido muitos trabalhadores informais a assumirem o discurso do capital. Corriqueiramente, os catadores de matérias recicláveis de núcleos de coleta seletiva de João Pessoa, defendem a ideia de serem empreendedores e autônomos. Esse conceito pretende dissolver a sociedade de classes em um mundo de iguais, onde todos podem ser patrões. Trata-se da capacidade de auferir renda, de forma “autônoma”, ficando a cargo do trabalhador manter a si e a sua família com a renda de seu “empreendimento”. Caso isso não ocorra, a culpa é de sua incapacidade de administrar o próprio negócio, e não do sistema. Destarte, nega-se o valor do trabalho como produtor da riqueza.

Segundo Cacciamali (1999), a empregabilidade é uma alternativa à miséria empreendida por aqueles que têm dificuldades de ingresso no mercado de trabalho e com renda familiar baixa, insuficiente para subsistência. Para a mesma autora, “esse grupo caracteriza-se pelo fato de compreender indivíduos que são simultaneamente patrões e empregados de si mesmos, podendo engajar familiares ou assalariados nesse processo” (Idem, p. 382).

Uma das fragilidades nessa teoria é apresentar os trabalhadores informais como empresários em potencial, obscurecendo a realidade do sistema capitalista, que num mercado cada vez mais concorrencial tende a eliminar os espaços para sobrevivência de pequenas economias individuais. O capital utiliza-se das formas mais primitivas de produção para amplificar seus lucros. Nestas se incluem dos trabalhos domiciliares aos de rua, além de outras formas exteriores à fábrica. O capital, como bem afirma Tavares, “não compartilha poder, tentativas assim ou são destruídas ou cooptadas pelo sistema” (2004. p. 74).

Os trabalhadores informais podem atender ao sistema de forma direta e indireta. Esses trabalhadores embora sem nenhuma das garantias do trabalho formal (direitos trabalhistas), podem produzir mais-valia para o capitalista, em ambientes externos à fábrica, da mesma forma que o trabalhador formal. Igualmente, alguns informais cumprem atividades de realização da mais-valia contida nas mercadorias. A esse respeito, afirma Tavares:

[...] há uma forma de trabalho que valoriza o capital, a qual coexiste com outra que mesmo não o valorizando, lhe é necessária. Falávamos da inter-relação do trabalho produtivo com o improdutivo, duas formas que se complementam, a primeira na esfera da produção, e a segunda na esfera da circulação (2004, p. 99).

Entende-se que a concepção de informalidade por nós adotada garante a possibilidade de apreender os nexos existentes na relação entre os catadores de recicláveis, as indústrias que utilizam os materiais coletados e o Estado. A atividade dos catadores, a exemplo de outros trabalhos informais, expressa a emergência do sistema capitalista de produção, seus re-ordenamentos, enxugamentos, atrofias e hipertrofias, sofridas pelo capital e suas instituições, enquanto tramas capazes de conceder maior fôlego ao capital.

Nesse processo, o Estado aparentemente se coloca em defesa dos interesses dos catadores, até porque eles são o termo mais débil da relação. Para o senso comum, mas não só, é o trabalho que precisa do capital, e não o capital que precisa de trabalho. Sendo assim, os catadores de recicláveis é que estão sendo ajudados, na medida em que o Município lhes fornece os instrumentos de trabalho e ainda participa diretamente da venda dos materiais coletados.

Em entrevista com o então superintendente da Autarquia Especial de Limpeza Urbana – EMLUR obteve-se uma compreensão de como o Estado se relaciona com os núcleos de coleta seletiva. Os materiais recicláveis coletados pelos catadores dos cinco núcleos de coleta seletiva e aterro sanitário, segundo o superintendente, são vendidos a intermediados e/ou atravessadores porque dentre muitos fatores a indústria não aceita a compra de materiais em pequenas quantidades. Dessa forma, só o atravessador consegue realizar a venda. Mas o que a realidade apresentou não foi apenas isso. Tornou-se patente nas observações sistemáticas e nas conversas e entrevistas com os catadores que a venda a atravessadores é incentivada pela própria presidência da associação, pois são eles que pagam o salário da diretoria: presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. A EMLUR, na figura dos coordenadores/diretores, recebe bonificações em dinheiro para viabilizar alguns negócios entre associações e atravessadores.

Os catadores em sua maioria (90%) não acreditam que poderiam vender seus materiais diretamente à indústria porque não possui “capital de giro” que possa os

manter enquanto esperam o pagamento. A EMLUR enquanto ente “mediador” por sua vez nunca se posicionou no sentido de viabilizar contatos e parcerias para que os catadores se desprendam da figura do atravessador. Mesmo tendo todo o aparato para isso e a atividade dos catadores dos núcleos e aterro sanitário gerando hoje em torno de 400 toneladas de recicláveis por mês, ainda não conseguem negociar diretamente com a fonte (indústria). O Estado estabelece uma relação de tutela, favor e subserviência. A associação foi criada pela prefeitura e por ela é gerida, não havendo por parte desta nenhuma intenção de garantir independência ou autonomia à ASTRAMARE.

Quanto a projetos pensados na perspectiva de fomentar “potenciais produtivos” dos catadores, tendo em vista melhorar sua renda, o superintendente da EMLUR afirma ter inúmeros projetos que visam o social e a empregabilidade dos catadores, que segundo ele não são trabalhadores informais. Trabalho informal, para ele, diz respeito aos que desenvolvem seu trabalho nas ruas, individualmente. Portanto, para os catadores que “não são informais” pensam-se projetos de parcerias com supermercados e com a comunidade em geral.

Esses projetos estão sendo planejados da seguinte forma: os supermercados doariam sacolas com sua logomarca para os catadores realizarem seu trabalho de coleta, porta a porta, fazendo o marketing social daquela empresa. Além desse “incentivo”, os catadores entregariam panfletos promocionais do supermercado nas casas onde fossem coletar os recicláveis. Em troca lhes seriam “concedidas” cestas básicas. Já na comunidade onde os catadores fazem suas rotas, estes entregariam folhetins, oferecendo os seus trabalhos “acessórios” para fins de semana, ou seja, desenvolveriam atividades de pintura de parede, capina, jardinagem (atividades em que já têm experiência), entre outras. Todos esses “incentivos” promoveriam maior renda para o catador, respaldados pela sociedade e pelo Estado. Na visão do gestor da EMLUR isto seria uma grande oportunidade para os catadores poderem ampliar sua renda, através do auxílio da sociedade e dos comerciantes.

Da forma como foi planejado o projeto, os catadores ampliariam o seu trabalho atendendo agora diretamente ao capital, ou seja, nem sequer venderiam seu trabalho (de entregador de panfletos promocionais), apenas o doariam em troca de cesta básica. Com isso, o capitalista poupava o custo do marketing social. Assim,

sem nenhum esforço, a prefeitura estaria livre dos conflitos com catadores, enquanto o trabalho de coleta seletiva continuava sendo feito sem lhes custar nada e ainda destacando a Prefeitura como amiga da natureza.

Além de alguns equívocos com relação ao catador, estes ainda são vítimas de preconceitos. É possível supor que a EMLUR parte da premissa que os catadores são pessoas sem escolaridade, e que não inspiram confiança, que se envolvem com drogas lícitas e ilícitas e são violentos, dessa forma sua “autonomia” deve ser limitada pelo Estado. Este “os protege deles próprios”, é o que entende o superintendente da Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana – EMLUR. A ideia é representativa da visão que o Estado tem da pobreza e que traz à luz o que está obscuro nas relações, entre trabalho informal o Capital e Estado, pois a condição deste último é fiscalizar e controlar o trabalho daqueles que de todas as formas se encontra sem nenhuma segurança social, aviltado e explorado pelo sistema capitalista.

De acordo com o superintendente, a venda dos materiais recicláveis à indústria é dificultada pelas inúmeras diferenças que existem entre o catador e os gestores da indústria. Assim, em lugar de se fomentar a “autonomia”, concepção defendida pelo Estado burguês, contraditoriamente o município tutela a relação há 09 anos. Na fala do superintendente, os catadores têm que obedecer às normas da EMLUR, pois é este que dá apoio estrutural e, portanto, os catadores devem fazer valer o acordo entre sociedade e associação.

Em relação à independência dos núcleos de coleta seletiva da EMLUR, o superintendente é enfático, revelando que essa independência é inviável, pois a EMLUR não vai investir em algo que não possa fiscalizar. Tudo que entra e sai dos núcleos de coleta seletiva e aterro sanitário é fiscalizado pelos agentes. A relação aparenta uma forma de assalariamento controlada pelo Estado, que promove a subalternidade e a opressão do catador, em nome do sistema produtivo vigente. A esse respeito pensa Engels: “O Estado representativo moderno é um instrumento para explorar a mão-de-obra assalariada [e, atualmente, a não assalariada] pelo capital” (Apud HARVEY, 2006, p.80).

Fica claro a partir dessa aproximação com a realidade que a relação capital-trabalho, no que se refere aos catadores de recicláveis, reafirma o pensamento

marxista sobre o Estado moderno, que este é um comitê para os negócios da burguesia (MARX; ENGELS, 2001, p.27).

Para melhor entendermos como se realiza esse processo de exploração indireta dos catadores de materiais recicláveis, apresentaremos a partir do próximo item uma discussão sobre catadores/recicláveis e a indústria.

2.2 O CATADOR E A INDÚSTRIA DA RECICLAGEM

A questão do lixo vem se tornando um problema mundial, mormente quando já se anunciou a crise ambiental e os efeitos por ela trazidos. Surgem dessa problemática várias questões, dentre elas o que fazer com o lixo descartado pela sociedade.

Estudiosos de várias especialidades vêm pensando em soluções para minorar os impactos ambientais em nosso planeta. No entanto, o sistema de produção capitalista cria barreiras a certas medidas, por considerar o alto custo financeiro que o tratamento do lixo impõe e porque as soluções propostas afetam diretamente determinados processos produtivos. A “saída” encontrada, pelo menos no que tange ao lixo, foi a reciclagem. Trata-se de uma forma lucrativa utilizada pelo capital para dar um destino “salutar” ao lixo e poder garantir uma melhor qualidade de vida à sociedade moderna, que consome em velocidade e abundância extrema. Ledo engano achar que o modelo de produção capitalista viu na reciclagem apenas o fator “melhor qualidade de vida” para a sociedade. O capital usurpa da natureza sua riqueza sem nenhum retorno benéfico, pois seu principal objetivo é enriquecimento e o lucro.

A reciclagem nasce para o capital com a finalidade do lucro: a mercadoria que é consumida e descartada nas formas de plástico, papel, vidro, metal, alumínio etc., é reutilizada e reaproveitada ao retornar à indústria como matéria prima reciclável para ser transformada numa nova mercadoria que vai propiciar extração de mais-valia e garantia de lucro para a produção capitalista. O uso da força de trabalho do catador garante ganhos ao capital e o legitima, na medida em que desse processo são propagados a geração de emprego e renda e a preservação do meio-ambiente.

Não se alude ao processo que origina a destruição do meio ambiente e que gera o desemprego.

Reciclar é mais do que preservar, é obter maior ganho do que foi investido, salientando que não são todos os materiais que interessam à indústria para a reciclagem, isso porque cada matéria-prima necessita de um dispêndio de substâncias para a transformação em material reciclado. Logo, os materiais que demandam maior gasto não interessam às indústrias, e na melhor das hipóteses vão para os aterros sanitários.

A reciclagem vista como possibilidade de recuperação lucrativa dos resíduos sólidos para o circuito do consumo das mercadorias, nos conduz a uma desmistificação com relação aos ganhos ambientais por ela proporcionados, já que, seu principal estímulo é a obtenção do lucro e não a preservação ambiental, que para a sociedade sob a égide do capital, é uma situação contraditória, pois como preservar e estimular o consumo ao mesmo tempo? (LEAL et al, 2002, p. 179).

Ante esse fenômeno da reciclagem é que surge a figura do catador de recicláveis. De modo informal e precarizado esse trabalhador realiza sua atividade de forma torpe e muitas vezes desumana com cargas horárias extensas, sob condições de tempo adversas. Sujeitos e impelidos pela necessidade, levam consigo, na labuta diária, os filhos menores, para ajudarem na complementação da sua produção diária e/ou noturna. Sem esse trabalhador não existiria a reciclagem.

O catador é explorado duplamente, pelo capital e pelo Estado. Inserido na informalidade, tem que vender seus achados a preços irrisórios, enquanto o atravessador repassa a mercadoria com um valor adicionado à indústria que, por sua vez, transforma a mercadoria descartada em um novo produto comercializável e com um sobrevalor agregado. Entrecruzam-se o valor de uso e o valor de troca: a mercadoria reciclada que antes já foi valor de uso, adquirida pela troca, volta a ser valor de uso pela interferência mágica de tornar-se novamente valor de troca e retornado ao mercado.

As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso ou de corpos de mercadorias, como ferro, linho, trigo etc. Essa é a sua forma natural com que estamos habituados. Elas só são mercadorias, entretanto, devido à sua duplicidade, objetos de uso e simultaneamente portadores de valor. Elas aparecem, por isso como mercadoria ou possuem a forma de mercadoria apenas na medida em que possuem forma dupla, forma natural e forma de valor (MARX, 1988, p. 53).

Os materiais recicláveis só interessam ao capital porque carregam a possibilidade de tornar-se valor de uso enquanto suporte do valor de troca. Sem que disso tenha consciência, o catador co-participa do processo de limpeza urbana e também do processo de produção capitalista. No entanto, não é reconhecido nem como empregado do Estado nem do capital. No máximo, os catadores são reunidos em associação pelo Estado para servirem ao capital. O que sabem eles sobre essa organização social? E sobre seus direitos sociais, sua vinculação ou (des)vinculação ao mercado informal/formal?

O fenômeno da reciclagem proporcionou um aumento do contingente populacional que vive da cata do lixo. No ano de 2001, estimava-se que 500 mil pessoas catavam lixo no Brasil, segundo Mota (2002, p.10). Hoje, informações da Cáritas brasileira e do Movimento Nacional dos Catadores- MNC dão conta que 800.000 mil pessoas catam recicláveis no Brasil. Na cidade de João Pessoa encontravam-se 4.479 catadores, segundo estatística realizada pela Associação Comunitária de Educação Popular – ACEP e pelo Movimento dos Agentes Recicladores – MAR, em 2007.

A indústria do lixo cresce e com ela a exploração dos trabalhadores que dele vivem. Os catadores estão na ponta desse processo de reciclagem, que começa na rua e termina na fábrica. De acordo com Mota (Op. Cit.), há uma espoliação desses trabalhadores que na informalidade “obedecem” às regras do mercado e do Estado, mesmo não estando vinculados diretamente a estes. “O trabalhador de rua materializa na sua atividade um trabalho duplamente explorado, pelas empresas de reciclagem e pelo próprio Estado” (MOTA, 2002, p, 14). O Estado através das instituições urbanas públicas, sob o discurso da preservação ambiental ou da política social, media esse processo de produção de mercadorias [...] Ao fazê-lo também essas instituições se apropriam do trabalho do catador de lixo, integrando-os aos serviços de limpeza urbana (Idem, ibidem).

Na concepção de Mota (2002), as medidas utilizadas pelo capital para conter a crise e o desgaste ambiental, ocasionado pelo crescimento desordenado e brutal do mercado internacional, são questionáveis, pois não pensam em minimizar a ação causadora, e sim em utilizar o efeito para adquirir maior lucro.

Por entendermos que a crise ambiental é determinada pela natureza da produção capitalista, consideramos que as medidas voltadas para seu enfrentamento longe de estabelecer limites à produção destrutiva, revelam a tendência de transformá-la numa destruição produtiva [...] a administração de suas sequelas consolidam novas estratégias de acumulação (MÉSZAROS apud MOTA, 2002, p.11).

O capital reestruturado não obtém lucro e mais valia apenas dos sujeitos inseridos formalmente no mercado. O mercado moderno explora até os que estão “fora” do ciclo formalmente produtivo, como é o caso dos catadores e de muitos outros. O mercado capitalista é devastador, destrutivo e, à medida que visa à expansão exacerbada, destrói e acirra com efeito arrasador o equilíbrio existente no metabolismo homem x natureza (MOTA, *et al*, 2004).

A ânsia desenfreada pelo lucro exauriu da natureza suas forças, provocando um medo eminente de um dia esses recursos naturais não serem mais acessíveis. Teria sido esse um fator de aceleração do uso de recicláveis na indústria dos reciclados? De repente, o capital teria passado a se preocupar com o futuro do planeta? Ou, confirmando a sua velha lógica, usar os recicláveis é garantia de maiores níveis de acumulação? O que faz a Coca Cola estampar os rótulos de seus refrigerantes anunciando que 53,5% das embalagens de PET são recicláveis? O que parece é que, para o mercado, reciclar significa, além de ganhar concorrencialmente, também adquirir créditos no quesito qualidade na gestão socioambiental. Assim, os capitais investidos são valorizados, ao mesmo tempo em que o sistema se legitima pela “responsabilidade social”.

Nesse contexto, em que, por um lado, o meio ambiente pede socorro e, por outro, a indústria se interessa pelos materiais recicláveis, surgem os catadores. Essa população tem crescido gradativamente nas grandes, médias e pequenas cidades, formando assim um novo contingente de pessoas que, catando recicláveis nas ruas, para serem transformados em novas mercadorias para o capital, consegue, embora de forma precária, comprar as mercadorias que se constituem valores de uso necessários à sua sobrevivência.

Não há dúvida de que o fenômeno da reciclagem é um processo que vem garantindo ao trabalhador, sem qualquer outra possibilidade de trabalho, uma alternativa de sobrevivência e, às vezes, até ajudando na renda da família. Mas

esses poucos recursos não significam nada, se comparados ao lucro adquirido pelo capital através da reciclagem. Concordamos com Leal *et. al* (2002), que entende a reciclagem como apropriação do trabalho não pago do catador, sendo a razão e existência da indústria da reciclagem. Esta usurpa também o trabalho já incorporado na matéria-prima, o material reciclável coletado nas ruas, em domicílio ou nos lixões.

Nosso campo empírico de estudo foram os núcleos de coleta seletiva da cidade de João Pessoa. Nessa capital, existem cinco núcleos de coleta seletiva e um aterro sanitário, onde também funciona um núcleo de seleção de recicláveis. Quatro núcleos e o aterro sanitário foram criados na gestão do Prefeito Cícero Lucena (2000/2004) e o último núcleo na gestão do atual prefeito Ricardo Coutinho (2005/2008)¹². Nas três primeiras experiências, os catadores são organizados em uma associação denominada de Associação de Trabalhadores Catadores de Material Reciclável – ASTRAMARE – e a última se organiza na Associação Acordo Verde, além do núcleo que está situado no aterro sanitário. Esses núcleos estão divididos por bairro. A ASTRAMARE tem 195 associados, assim distribuídos: no bairro do Bessa (10 associados), no Roger (03 associados), no bairro do Cabo Branco (12 associados) e no Bairro dos Estados (10 associados); no Aterro Sanitário, bairro das Indústrias (160 associados); e no Acordo Verde, bairro de Mangabeira (21 associados). Ao todo, 216 catadores associados constituíram o universo desta pesquisa.

As experiências de coleta seletiva foram iniciadas no país desde a década de 1990 e segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT da USP – em parceria com uma organização não governamental – CEMPRE –, foram identificados 82 programas de coleta seletiva nos municípios do país. Esses programas se concentravam nos Estados de São Paulo (26 programas), Rio Grande do Sul (12), Paraná (8), Minas Gerais (8), Santa Catarina (7), Bahia (4), Pernambuco (4), Rio de Janeiro (4), Espírito Santo (2), Paraíba (2), Acre (1), Brasília (1), Goiás (1), Mato Grosso do Sul (1), Pará (1). (GONÇALVES, 2003, p. 30)

O Estado, através de suas instituições, defende que a degradação, insalubridade e exploração da atividade do catador podem ser solucionadas com a

¹² Dada a reeleição, o referido prefeito tem mandato até 2012.

criação de cooperativas e/ou associações, aspectos que contestamos ao longo deste trabalho, pois o que nos apresentou a realidade foi que pouca mudança houve na vida dos catadores que a partir da extinção do lixão passaram a integrar a Associação de trabalhadores de materiais recicláveis – ASTRAMARE. Eles passaram de catadores individuais a subordinados à Autarquia Municipal de Limpeza urbana – EMLUR.

O crescimento de cooperativas e associações nessa área tem sido intenso, mas ainda são poucas as investigações nesse campo. Pesquisas apontam que no ano de 2005 foram criadas cerca de 500 mil cooperativas. Destas, 60 mil foram de catadores de lixo e 90% dos materiais recicláveis no Brasil são recuperados pelos catadores (BRASIL, 2008).

Dados desse mesmo ano apontam que entre quase 2.400 organizações que atuam na reciclagem e no comércio de dejetos metálicos, a maioria é constituída por empresas pequenas ou microempresas. Em 2006 foram recolhidas no país cerca de 10,3 bilhões de latas de alumínio. Cerca de 96% das embalagens desse tipo são recicladas no Brasil. O estudo aponta também que o país tem altas taxas de reciclagem em outros produtos: são recicladas 49% das latas de aço, 48% dos plásticos PETS, 46% das embalagens de vidro, 39% dos pneus e 33% do papel. (Idem, *ibidem*).

A coleta de latas de alumínio movimentava no Brasil R\$ 850 milhões por ano e envolve - da coleta à administração - cerca de 2.000 empresas. A ABAL – Associação Brasileira de Alumínio - estima que cerca de 150 mil pessoas vivam exclusivamente da coleta de latas de alumínio, em mais de 6.000 pontos de compra de sucata em todo o país [...] O Brasil reciclou em 2002, 87% de todas as latas de alumínio consumidas. Ou seja, foram reaproveitadas cerca de 9 bilhões de unidades, o que corresponde a 121,1 mil toneladas de latas. (ABAL *apud* GONÇALVES, 2003, p. 83).

Os dados são claros e apontam o quanto é importante a atividade do catador no processo da reciclagem. O que fica obscurecido é o que há por trás dessa atividade, que, não há dúvida, é demandada pela indústria.

Indubitavelmente a reciclagem proporciona ganhos positivos para o meio ambiente, fator que gera interesse da comunidade em geral e da academia, provocando a maioria das discussões teóricas referentes ao tema. No entanto, há muitos outros aspectos a serem desvelados nessa discussão.

O lixo com pretensões à reciclagem vem sendo um dos *marketings* que o capital criou para anunciar que respeita e promove o exercício de um meio ambiente sadio. No entanto, o motor desse negócio é o lucro. E pela natureza da atividade, são exatamente indivíduos a quem não resta mais nenhuma alternativa de ingresso no mercado de trabalho, que vão ser explorados informalmente pelo capital. O capital ganha com a cata de recicláveis, com a redução do custo que teria com energia, água e a matéria-prima (*in natura*), bem como com as fontes naturais e substanciais na criação de suas mercadorias.

A título de informação sobre a economia que a reciclagem proporciona à indústria, tem-se: na reciclagem de alumínio usa-se apenas 5% da energia utilizada para produzir a partir da bauxita, matéria prima original; o aço, quando produzido a partir da sucata, da economia de 70% há uma redução do consumo de água de 76% e reduz a poluição do ar em menos 85%, o papel feito com material reciclado reduz em 74% os poluentes liberados no ar e em 35% os que são despejados na água, além de reduzir a necessidade de derrubar árvores; na reciclagem do vidro economiza-se aproximadamente 70% da energia incorporada ao produto original, nos plásticos a economia para o capital é de 86% em comparação com a produção a partir do petróleo. (VILHENA apud GONÇALVES, 2003, p.83).

A reciclagem da qual a indústria capitalista participa como se estivesse interessado na preservação ambiental não invalida o mau uso que algumas indústrias fazem do meio ambiente. Portanto, o modo de produção capitalista não visa extinguir as causas do problema ambiental, quando muito seus efeitos. E na “solução” destes, o capital consegue adquirir bônus diversos, inclusive com o “selo verde” e a alcunha de “amigo da natureza”.

O sistema capitalista de produção traz em seu seio a contradição capital-trabalho, que move a sociedade para o subterrâneo da desumanização ou da regressão social. Esse sistema foi ontologicamente criticado por Karl Marx, no século XIX e seus estudos permitem analisar a sociedade capitalista até os dias atuais. Na contemporaneidade, seus conflitos se cristalizam de forma mais perversa e contraditória, à medida que grande parte dos trabalhadores tem sido expulsa do mercado formal de trabalho, para serem mais duramente explorados, agora informalmente. Eles dão origem a uma categoria de trabalhadores informais, que

participam do processo de acumulação capitalista (TAVARES, 2004). Somos a favor da hipótese de que os catadores de resíduos recicláveis estão entre os trabalhadores que constituem essa “nova informalidade”¹³. Estes, desprovidos de quaisquer meios para a mera sobrevivência buscam resíduos da produção capitalista, objetos que, depois de passarem pelo lixo, são novamente devolvidos à população, em forma de mercadoria. A opção por essa atividade reside no fato de requerer apenas braços e pernas fortes para o seu exercício e uma capacidade mínima de observação, para distinguir, entre as muitas coisas que são jogadas no lixo, os recicláveis que interessam à produção capitalista.

Já não se tem qualquer dúvida quanto ao interesse da indústria pelos recicláveis, uma vez que estes substituem determinadas matérias-primas, com as seguintes vantagens: podem ser adquiridos por um custo mais baixo e, ainda permitem ao capital propagar o seu protagonismo no chamado desenvolvimento sustentável e gerar emprego para uma população sem quaisquer chances de ingresso no mercado de trabalho, revelando a face da responsabilidade social da produção capitalista, que tenta se legitimar como a organização por excelência da história da humanidade. Tais vantagens, porém, dão lugar a muitos questionamentos.

Poderíamos perguntar o que se entende por desenvolvimento sustentável, cuja resposta dependeria da matriz teórica que se adota para a análise desse fenômeno. Contudo, embora o tema perpassasse a discussão, a nossa pergunta envolve especificamente os sujeitos catadores de recicláveis e suas relações com o Estado e com o capital. Perguntou-se, portanto: se os recicláveis constituem matéria-prima para a produção industrial, por que o trabalho dos catadores de recicláveis se inscreve na informalidade? Por que o Município em lugar de intermediar a coleta e a venda dos recicláveis não cria condições para que os catadores sejam trabalhadores formais, empregados da indústria? O que significa para os catadores estarem reunidos em associação? Eles têm alguma noção de pertencimento a tal associação? Por que depois de anos a associação continua vinculada ao Município? Como fica o discurso da autonomia tão propalado na atual era da flexibilização? Quem são os catadores de recicláveis? Qual a sua trajetória

¹³ Objeto de estudo de Tavares, em *Os fios (in)visíveis da produção capitalista*, 2004.

profissional? Por que catar recicláveis tornou-se a sua única opção de sobrevivência? Existe alguma lei natural que determine a divisão de classes e a divisão do trabalho? E, se em lugar de reverenciar o capital por gerar emprego/renda para os catadores de recicláveis, observássemos a responsabilidade desse sistema com aqueles trabalhadores? Cria-se emprego/renda para os catadores de recicláveis ou aproveita-se a condição de miséria daqueles indivíduos para diminuir custos de produção e aumentar lucros? Se, supostamente, a indústria gera emprego para os catadores, por que eles não são empregados? A quem serve a intermediação feita pelo Município, aos catadores ou à indústria?

Priorizamos conhecer a relação entre Estado e capital, na qual o catador é o principal sujeito. Sem este o fenômeno da reciclagem não existiria, bem como não haveria o catador se não houvesse o desemprego estrutural. Presume-se que ninguém escolheria ser catador se pudesse desenvolver outra atividade. Daí, nos parece de extrema relevância para a academia e, sobretudo para o Serviço Social que sejam analisados os componentes socioeconômicos e políticos das relações que consubstanciam a produção e a reprodução do capital, principalmente no que se refere a uma atividade tão degradante como a dos catadores de recicláveis.

É, no mínimo, contraditório, que numa era em que a microeletrônica se tornou acessível aos diversos segmentos econômicos e sociais, muitos seres humanos sobrevivam de um trabalho sujo, que consiste em movimentos de olhos, braços, pernas, coluna, repetidas vezes, em busca de objetos espalhados aleatoriamente pelo chão, lixeiras e esteiras rolantes. Como não vemos nada que se possa aplaudir numa atividade tão precária, queremos com este trabalho, conhecer e informar, tendo em vista, se não a transformação social, ao menos a formulação de políticas públicas que atinjam catadores e outras modalidades de trabalho informal.

2.3 O ESTADO E SUA RELAÇÃO COM O CAPITAL

Desde os primórdios do Estado moderno a sociedade civil demandou uma regulação, pois o impacto que o modo de produção capitalista em emergência estava causando necessitava que um organismo acima da sociedade existisse, para criar mecanismos de contenção e distribuição públicas, para minimizar a pobreza e

os conflitos sociais que ameaçavam a estrutura do capitalismo. Esse organismo era o Estado, que se utilizou de força e poder indiscriminado para condicionar o trabalho ao capital. Assim, expulsaram, usurparam, agrediram, prenderam trabalhadores que viviam de suas terras, para criar espaço e contingente de mão-de-obra para serem explorados por um capitalista que detinha agora o que outrora pertencia ao trabalhador, os meios de produção: terra, força e instrumentos de trabalho. Não é de agora que o Estado se tornou agente principal para o funcionamento da sociedade capitalista. Ele sempre esteve presente; apenas suas formas e modos de funcionamento mudaram conforme o capitalismo amadurecia (HARVEY, 2005).

A barbarização e violência que sofreu a população camponesa e artesã em fins do século XVII, foi orquestrada e legalizada pelo Estado absolutista inglês. A partir desse momento se instituíam as casas de trabalho ou casas dos pobres, obrigando o trabalhador, que fora usurpado de seus meios de produção, a trabalhar pela alimentação.

[...] o regime das workhouses, isto é, das casas dos pobres, cuja organização interna desencoraja os miseráveis de buscar nelas a fuga contra a morte pela fome. Nas workhouses, a assistência é engenhosamente entrelaçada com a vingança da burguesia contra o pobre que apela a sua caridade (MARX, 2010, p.53).

As leis trabalhistas foram criadas em função da subordinação do trabalho ao capital, gerando definitivamente a parceria entre capital e Estado. A incipiente indústria não dava vazão à demanda por trabalho, expandia-se a pobreza provocada pelo número crescente de pessoas à procura de trabalho e, assim, passaram a peregrinar pelas ruas centenas de homens, crianças, velhos e mulheres maltrapilhos e famintos, amedrontando a burguesia com sua face da fome, sendo tratados como caso de polícia. Esses foram isolados e posteriormente utilizados como força de trabalho semiescrava, para manter a ordem vigente “[...] o parlamento inglês agrega[va] a ideia de que o pauperismo é a miséria da qual os próprios trabalhadores são culpados e ao qual, portanto não se deve prevenir como uma degradação, mas antes reprimir e punir como um delito” (IDEM, IBIDEM, p.54).

A lucratividade capitalista não poderia chegar até onde chegou se não existisse a mediação estatal, pois a individualidade burguesa não permite um controle e distribuição dos recursos necessários. Sua essência particular não permite agir

coletivamente, criando a infraestrutura (estradas, portos, hidrovias, aeroportos) necessária à produção e circulação de mercadorias, além de ações sociais mínimas que tenham em vista adequar o trabalhador à sua condição, de modo a enxergar no sistema capitalista a única alternativa de sua sociabilidade. Nesse sentido Harvey, confirma:

[...] o Estado, inevitavelmente, envolve-se na administração de crises e age contra tendências de queda da margem de lucro. Em todos esses aspectos, a intervenção do Estado é necessária, pois um sistema com base no interesse próprio e na competição não é capaz de expressar o interesse de classe coletivo (2005, p.85).

Neste item demonstraremos como o Estado, a partir de sua constituição, serve como instrumento de legitimação da classe hegemônica. Para tanto, seremos respaldados por teorias de bases marxistas de análise do Estado moderno. Assim, além de obras do próprio Marx, nos apoiamos em teóricos como: Harvey (2005), Galvão (1984), Tonet (2010), que interpretaram o Estado à luz do pensamento de Marx e Engels, presente nas suas obras. Conforme Harvey (2005), era intenção de Marx escrever um tratado específico sobre o Estado, mas nunca começou o projeto. Suas compreensões sobre o Estado estão sementeas em todas as suas obras, e com a participação de Engels pode-se obter um entendimento da teoria marxista do Estado. (Idem, ibidem).

Inicialmente Marx dá uma definição do que se pode compreender por Estado:

Que se compreenda por Estado a máquina governamental, ou o Estado enquanto constitui, em consequência da divisão do trabalho, um organismo próprio, separado da sociedade, indicam-nos estas palavras: “O partido Operário Alemão exige como fundamento econômico do Estado um imposto de renda único e progressivo, etc.” Os impostos são a base econômica da máquina governamental e nada mais (2001, p.125).

A partir da definição acima, apresentaremos uma interpretação interessante do Estado oferecida por Galvão (1984). Esse autor, à luz de Marx, revela que o Estado é um dos aspectos de mais difícil compreensão nesse teórico, pois não teria sentido para ele uma preocupação exclusiva com a teoria política quando seu objetivo teórico principal era a economia política, origem de toda a organização da sociedade moderna. A política não dá conta de responder aos conflitos da realidade, tampouco de promover a liberdade humana, de arrancar os trabalhadores da condição de

subordinação e subserviência ao modo de produção vigente, ou seja, a verdadeira emancipação do homem não é nem pode ser uma emancipação política. (Idem, ibidem). A esse respeito, ratifica ainda o autor:

O que vamos encontrar no jovem Marx é uma crítica radical de toda a vida política, e particularmente do Estado. Se no feudalismo o social e o político estão fundidos, o processo histórico da constituição do Estado moderno é precisamente o da separação entre aquelas duas esferas. E, finalmente, a emancipação humana é a eliminação do político pelo social, ou, em outras palavras, se dá quando as forças sociais não assumirem a forma de forças políticas (GALVÃO, 1984, p.65).

A vida e a sociedade só podem ser explicadas a partir da economia, logo a política não teria esse papel, como atribuem alguns teóricos da política clássica. Marx, segundo o autor, admitiu que uma teoria política não teria sentido devido ao seu papel subalterno, irrelevante para o entendimento da questão social.

Marx identificaria na sociedade civil as raízes do Estado, ou seja, as formas de Estado não poderiam ser constituídas endogenamente por elas mesmas; para compreender este seria necessário analisar o movimento da sociedade civil e a partir deste construir uma teoria “[...] se o Estado é uma abstração da sociedade, o objetivo da teoria não pode ser o Estado mais a sociedade civil” (Idem, p.68).

É nessa sociedade que se criam as relações de valor e propriedade, é nesta sociedade que também estão sendo criados os meios para sua extinção. A teoria política não teria o poder de criar instrumentos de trabalho e luta; ela vem depois das relações materiais da sociedade. O Estado e a política não criam nada (Idem, ibidem). São as relações econômicas que dominam a sociedade, e assim sendo criam também as condições para a constituição e a manutenção do Estado. É nessa perspectiva que o autor, citando Marx, confirma seu argumento:

A vida material dos indivíduos, que de maneira alguma depende de sua ‘vontade’, seu modo de produção e a forma de intercambio, que se condicionam mutuamente, constituem a base real do Estado, e se mantêm como tais em todas as fases em que continuam sendo necessárias a divisão do trabalho e a propriedade privada, com absoluta independência da vontade dos indivíduos. E estas relações reais, longe de serem criadas pelo Estado, são pelo contrario o poder criador dele (MARX apud GALVÃO, 1984, p. 74).

A ordem social que vigora não obedece a nenhuma determinação jurídico-política, antes ela a cria. A lei da produção capitalista é regida pela lei do valor, não por quaisquer das políticas burguesas.

Para o materialismo histórico marxista, pontua Galvão, o conjunto das relações econômicas forma a estrutura econômica da política, “o Estado moderno é a organização criada pela sociedade burguesa para defender as condições exteriores gerais do modo de produção capitalista” (ENGELS apud GALVÃO, 1984, p. 75).

Para Marx o Estado está acima da sociedade para organizá-la. A partir da necessidade do sistema, ele se coloca como garantidor das condições exteriores da produção, como expressão jurídico-política, uma vez que o modo capitalista de produção pressupõe liberdade de barreiras, de movimento de mercadorias, que só podem ser garantidas com o Estado fora da produção (Idem, ibidem). Se não conseguir realizar suas funções, o Estado deve ser reformulado, ou então o capitalismo deve substituí-lo por outro modelo de organização da vida cotidiana e da produção material (HARVEY, 2005).

[...] o Estado protetor da propriedade privada é um Estado capitalista consequente: ele não apenas realiza esta missão, mas também todas as determinações da propriedade privada. Deixa que a sociedade se regule a si mesma, permitindo a livre atuação das leis da economia mercantil (GALVÃO, 1984, p.109).

A sociedade capitalista, portanto, é marcada pela contradição, uma vez que quem produz a riqueza não a detém. A propriedade privada dos meios de produção e da riqueza só pode ser mantida se houver ordenamento jurídico-político que a sustente e esta é representada pelo Estado. A hegemonia do sistema é possibilitada pelos instrumentos ideológicos de dominação realizados pelo Estado, através de suas ideias e de seu corpo jurídico, legislativo e executivo (modelo de democracia burguesa). As leis são criadas como se fossem pensadas para atender a vontade e a necessidade geral das classes, no entanto elas obedecem apenas a um fundamento: a reprodução da classe burguesa, apoiada pela classe trabalhadora fetichizada pelo Estado.

[...] essas ideias dominantes têm de ganhar aceitação como representantes do ‘interesse comum’, precisam ser apresentadas como idealizações

abstratas, como verdades eternamente universais. Assim, essas ideias devem ser apresentadas como se tivessem uma existência autônoma. As noções de 'justiça', 'direito', 'liberdade' são apresentadas como se tivessem um significado independente de qualquer interesse de classe específico (HARVEY, 2005, p. 80).

As ideias dominantes apregoadas nas escolas, nos meios de comunicação têm a função de acomodar, massificar e reforçar a ideologia de que todos fazem parte de uma única classe, de uma "sociedade civil", que tem os mesmos e únicos interesses.

A relação social capitalista (burguesia e proletariado) se encontra no nível da economia determinado pela lei do valor, mas sua manutenção se dá pelo Estado. Nesse sentido confirma Harvey:

[...] os interesses de classe são capazes de ser transformados num 'interesse geral ilusório', pois a classe dirigente pode, com sucesso, universalizar suas ideias como 'ideias dominantes'. Provavelmente, esse será o caso que resulta do processo real de dominação de classe (2005, p.80).

O Estado e o capital, a esfera política e a econômica não se confundem, pois cada um deles desempenha funções sociais diferentes: Ao capital cabe a reprodução das relações privadas de produção, originadas via trabalho assalariado e alienado, e o Estado acima da sociedade regula, controla e coopta o trabalho para que se reponha constantemente a ordem e o progresso capitalista. O Estado está acima do capital, precisamente garantindo que o capital explore e continue a explorar a classe oprimida (GALVÃO, 1984 p. 110).

No que concerne ao Estado como representante do poder burguês o supracitado autor traz que este é uma das composições do fetichismo da mercadoria, pois é corporificado como uma entidade que representa ambas as classes, distribuindo riquezas produzidas pelos trabalhadores. No entanto, o Estado cria as condições jurídicas necessárias para que a mercadoria e suas imediatas determinações possam realizar o seu movimento.

[...] o Estado capitalista deve ser definido a partir da forma celular da sociedade burguesa, isto é da mercadoria. Em outras palavras, o Estado é uma supra-estrutura da mercadoria. É a mercadoria que define o Estado do modo de produção capitalista. A teoria da mercadoria não é para Marx uma

pura teoria econômica, mas é também o fator metodológico que vai permitir definir todos os órgãos da sociedade burguesa (GALVÃO, 1984, p.144).

Nessa perspectiva, o mesmo autor define a função do Estado na sociedade capitalista em quatro pontos: 1) O Estado garante as condições externas da produção capitalista; 2) O movimento da produção capitalista é anárquico, não há autoridade que o presida, manifestando-se como uma lei natural; 4) A teoria do capitalismo é econômica; 4) Com base nesse entendimento, não pode haver uma teoria política (Op. Cit.).

Podemos observar na análise deste trabalho que o Estado travestido de vontade geral do povo obedece “à vontade não geral”, mas do poder dominante, donde surge a impossibilidade do pensamento e/ou ação política terem poder de transformar a realidade.

A produção capitalista regida pelo lucro e pela acumulação constante precisa garantir que sua propriedade seja preservada. É nesse sentido que o Estado também “protege” os bens privados burgueses contra os próprios burgueses. O domínio da propriedade e do capital são garantidos pela força da legalidade, que compreende o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, “[...] os aspectos ‘anárquicos’ e destrutivos da competição capitalista têm de ser regulados, e os conflitos de interesse entre frações do capital precisam ser arbitrados para o ‘bem comum’ do capital como um todo” (Harvey, 2005, p. 85), assim como a eliminação das barreiras de limitação do capital e a garantia de que os acordos tanto entre capitais como entre capital e trabalho sejam cumpridos. A esse respeito esclarece o mesmo autor:

A produção e troca capitalista são inerentemente ‘anárquicas’. Os indivíduos todos em busca de seus interesses privados, não podem levar em consideração ‘o interesse comum’, mesmo o da classe capitalista, em suas ações. Portanto o Estado capitalista também tem de funcionar como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos da produção, da circulação e da troca (HARHEY, 2005, p.85).

Além do exposto, ainda é atribuído ao Estado à função de conter as crises econômicas através de sua mediação. O ônus da crise é sentido e absorvido pelos trabalhadores, que, queiram ou não, pagam por ela, uma vez que o Estado é mantido pelos recursos advindos da produção social, ou melhor, da mais valia do

trabalho e esta é utilizada contra quem a produziu. A riqueza produzida pelo trabalhador é que mantém o Estado que o controla, “[...] da mesma maneira que o trabalhador, mediante o trabalho, cria capital como instrumento para sua própria dominação, os seres humanos criam, na forma do Estado, um instrumento para sua própria dominação” (IDEM, IBIDEM, p. 80).

Trabalho e capital vêm se enfrentando desde que se constituíram enquanto classe. Na maioria desses conflitos estava presente o Estado, cedendo direitos sociais em prol da estabilização das crises e do retorno aos momentos de grande acumulação capitalista. Até mesmo as políticas e benefícios sociais reconhecidos como conquistas históricas do trabalho (diminuição da jornada de trabalho, aumento de salários e do poder de compra etc.), foram realizados estrategicamente pelo Estado, que através dessas ações adquire confiabilidade e legitima o capital. Mas, na verdade quem se beneficia com o Estado burguês são os detentores do capital. Em nenhum momento da história houve eventos que demonstrasse o contrário. Nesse sentido, Engels defende que historicamente, o Estado teve a função de oprimir. Assim é que, nessa sociedade, sob uma aparência de benfeitor dos oprimidos, o mesmo se encarrega de manter a contradição capitalista.

[...] é, normalmente, o Estado da classe economicamente dirigente, que por seus recursos, torna-se também a classe politicamente dirigente e, assim, obtém novos meios de controlar e explorar as classes oprimidas. O Estado antigo era antes de mais nada, o Estado dos senhores de escravos para controlar os escravos, assim como o Estado feudal era o órgão da nobreza para oprimir os servos camponeses, e o Estado representativo moderno é o instrumento para explorar a mão de obra assalariada pelo capital (ENGELS apud HARVEY, 2005, p.80).

Como se pode inferir, não é possível entender conquistas sociais como a possibilidade de alcançar autonomia, liberdade ou emancipação humana via Estado. Marxistas, como Tonet (2000), Harvey (2005) e Galvão (1984), entendem as ações do Estado como estratégias para conquistar a adesão do trabalhador para o projeto de classe hegemônico. A verdadeira emancipação do trabalho só será possível quando pela luta de classes outra sociedade for erguida, uma sociedade cuja organização não tenha a primazia da propriedade privada, com a extinção do Estado regulador. Não é possível, segundo Marx (2000), nenhuma revolução política que tenha a finalidade de transformar a ordem social, pois ela existindo, o Estado se extingue. Neste sentido, os movimentos políticos não se interessam por nenhuma

mudança. Confirmando esse pressuposto, “[...] não houve até hoje nenhuma revolução política com alma social, nem mesmo a soviética, porque todas elas se realizam onde a alma social não tinha a possibilidade de ser eixo organizador” (TONET, 2010, p.34).

Não existe Estado que lute pelos oprimidos, na perspectiva de direitos iguais. A disseminação dos discursos pautados em cidadania e inclusão acaba por fortalecer a exploração capitalista. São ideologias ocas, pelas quais se propaga uma igualdade apenas formal, e o modo de produção capitalista se exime de também produzir pobreza. Não pode haver direitos iguais numa ordem social que não partilha poder e onde a maioria da população vende a força de trabalho sob condições adversas para manter-se vivo. Numa sociedade em que a maioria não usufrui de serviços básicos tais como: saúde, educação, cultura e lazer falar em igualdade é uma quimera. Sobretudo por que o Estado não detém o poder da economia e sua condição é política e esta não tem força contrária ao sistema. “O Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho” (HARVEY, 2005, p.84).

Ao expor seu estudo sobre o poder emancipador que a classe trabalhadora tem em sua essência, Marx desenvolve a tese de que essa classe tem uma vocação plenamente universal de transformação total da realidade posta. Essa superação dos males sociais não seria parcial, como querem os teóricos que optam pela política. Assim, diz Marx (2000), que enquanto os trabalhadores forem influenciados pelo intelecto político, o resultado alcançado de sua luta será equivocado. Partindo dessa premissa, quando os teóricos, que se diz de esquerda, propõem a substituição desse Estado por outro, enquanto solução para extinguir os males sociais, na verdade estão desorientando e desnorteando a classe trabalhadora, já que o máximo que pode acontecer com uma mudança de Estado é mudar seus dirigentes. Os teóricos acreditam que o problema pode estar em qualquer lugar, menos na gênese de sua constituição enquanto Estado. Sobre isso, Marx afirma: “nenhum ser vivo acredita que os defeitos de sua vida tenham a sua raiz no princípio de sua vida, mas, ao contrário, em circunstâncias externas à sua vida” (2010, p.61).

O Estado não pode mudar a condição histórica de exploração de uma classe sobre outra, pois esta é condição fundamental para a manutenção das relações

capitalistas de produção e, na condição de instrumento de reprodução dessa classe, é impraticável que por ele seja eliminada a questão social, visto que esta faz parte de sua essência. Ainda segundo Marx, “[...] em nenhum momento, a essência do Estado foi alterada; ele permaneceu sempre um instrumento de dominação do capital sobre o trabalho. Não pode existir ‘Estado proletário’” (TONET, 2010, p. 24).

Os males sociais no Estado burguês são objeto de reforma, não de revolução, pois, se assim fosse, seriam meios de extinção do modo capitalista de produção. Marx (2010) reconhece que a democracia representada pela emancipação política é uma forma de liberdade superior à do antigo regime de produção, mas ainda é mínima, limitada a uma forma de escravidão: “a existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis” (Idem, p.59), uma vez que prevalece intocado o cerne da contradição social. O trabalhador não pode ser plenamente livre se ainda permanece assalariado, constituindo, portanto, a base do modo de produção capitalista.

As instituições do Estado têm como atribuição entrecortar todos os movimentos da sociedade civil, principalmente no que se refere à classe trabalhadora. Observe-se que, quando esta está na indústria, ou seja, quando são trabalhadores formais, o Estado se apresenta como mediador, evitando conflitos diretos com o capitalista, “concedendo” às vezes, benefícios sociais, outras criando um aparato jurídico para que as relações de exploração se movam legalmente. Também é sua função “evitar” o extrapolamento da exploração, razão pela qual “fiscaliza” as irregularidades e/ou ilegalidades na relação capital trabalho. Mas, em geral, mesmo quando o teor das leis favorece o trabalhador, outras leis propiciam que a lei do valor se expresse, não deixando dúvida quanto à dominação. No caso do trabalho informal, o Estado é visto como o próprio capital quando o trabalhador informal não enxerga o seu oponente diretamente, o capitalista; este reivindica, protesta e luta contra o Estado, que faz jus a sua condição de representante do poder. Como é um Estado “democrático”, contraditoriamente usa a força, coage e reprime com todos os instrumentos que tem à disposição, para permanecer no poder e alcançar os objetivos do sistema de produção capitalista.

Com a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis – ASTRAMARE – da cidade de João Pessoa não é diferente a relação dos trabalhadores com o

Estado. Os arranjos dessa relação permitem afirmar que o capitalista se fez representar pela prefeitura, pois é esta que dita o regime de trabalho pelo qual os catadores são explorados, em função da indústria que vai utilizar os materiais recicláveis. Enquanto isso, o capital fica com o melhor papel dessa relação, uma vez que, além de reduzir os custos da sua produção, ainda usa a função socioambiental da atividade do catador para se promover enquanto instituição que “zela” e “preserva” o meio ambiente.

Afora os aspectos materiais, observa-se que a disputa política de gestão impregna também as mentes e os discursos dos catadores, entre quem melhor “administrou” a coleta seletiva da cidade, quem doou cestas básicas e fardamentos aos catadores e quem não doou. Logo se vê que os trabalhadores nem de longe se dão conta da exploração. Não está em questão se uma ou outra administração municipal concedeu mais ou menos atenção aos catadores. Ambas se colocam contra o trabalho, à medida que promovem a miséria, a precarização e a desumanização desse trabalhador, seja nas ruas da cidade, empurrando seu carrinho, seja no aterro sanitário, separando os recicláveis em meio a todo o lixo da cidade. Embora na informalidade, não temos dúvida que o seu trabalho amplia o lucro do capitalista e que a Prefeitura Municipal atua como um dos protagonistas principais da exploração e esses trabalhadores. E não há nesse órgão nenhum interesse em alterar a realidade dos catadores. Como bem o disse Marx, “o Estado jamais encontrar [ia] na organização da sociedade o fundamento dos males sociais [...] Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário, acha-se ao leme do Estado” (2010, p. 59).

Vê-se que as bases materiais existentes nessa sociedade exigem a presença de um Estado e ele só será extinto quando se ruírem essas estruturas, através da organização social do trabalho. Enquanto essa transformação não ocorre, parece procedente reivindicar que, nos marcos do capitalismo, os catadores de materiais recicláveis sejam inseridos no mercado de trabalho formal, tanto para obterem a proteção social a que ainda têm direito os que são efetivamente empregados do capital, como também para que possam enfrentar diretamente o seu opositor, o capitalista, sem os aparentes favores do Estado, aqui representado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa.

No que se refere à organização do trabalho do catador de materiais recicláveis da ASTRAMARE, esta como o próprio nome o indica, dá-se em forma de associação. No entanto, apesar de, em tese, ser uma associação dos catadores, esta foi pensada e estruturada e ainda é organizada pela Prefeitura, sendo questionável a autonomia dos trabalhadores. O controle da associação não é do trabalhador que a compõe, esta “organização [...] do trabalho comum” ‘resulta’ da ‘ajuda do Estado’, ajuda que o Estado fornece às cooperativas de produção que ele próprio e não o trabalhador, ‘cria’”(MARX, 2001, p.119).

O trabalhador informal, catador de materiais recicláveis, está de tal forma atado ao Estado, que não enxerga nenhuma possibilidade de sobreviver longe dele. Essa dependência faz com que a associação e/ou cooperativa deixe de ser espaço histórico de luta e possibilidade transformadora, para ser palco de exploração e manutenção do *status quo*. Ora. Não se pode esperar mais que isso de uma associação à qual os associados não têm pertencimento, uma vez que ali foram reunidos para atender uma demanda que só aparentemente é deles. Mais uma vez, Marx é elucidativo: “no que diz respeito às sociedades cooperativas atuais, estas só têm valor enquanto são criações independentes, realizadas pelos trabalhadores, e não são protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses” (Idem, p. 120).

CAPÍTULO 3

RELAÇÕES DE TRABALHO DO CATADOR DE RECICLÁVEIS EM JOÃO PESSOA

Iniciamos este capítulo explicitando como foi realizada a pesquisa que ora apresentamos. Em outros momentos já demonstramos que o método crítico dialético marxista é a vertente teórica na qual nos respaldamos, para analisar o objeto em questão – **O Trabalho informal dos catadores de materiais recicláveis: Relações de exploração e subordinação ao capital e Estado**. Este tem como sujeito os Catadores de materiais recicláveis que compõem os núcleos de coleta seletiva da cidade de João Pessoa. Ao todo foram 06 núcleos, 05 de coleta seletiva mais o aterro sanitário, esse último funcionado como núcleo de triagem de resíduos sólidos no aterro sanitário.

A pesquisa foi realizada entre os meses de fevereiro a abril no ano de 2010 nos próprios núcleos de coleta seletiva, no aterro sanitário e nas residências dos catadores na comunidade do “S”, no bairro do Baixo Roger. Foram realizadas entrevistas semidiretivas que obedeceram a um roteiro flexível com gravações em fitas magnéticas. As abordagens aos catadores acompanharam um termo de consentimento livre e esclarecido, que expressa à seriedade e o comprometimento da pesquisadora quanto ao trato das informações obtidas, resguardando as identidades dos sujeitos pesquisados. Além das entrevistas, foram realizadas análise documental e observações sistemáticas com anotações em diário de campo, junto aos núcleos de coleta seletiva do bairro do Bessa, um dos primeiros núcleos criados pós-fim do lixão do Roger, e o de Mangabeira, primeiro e até agora único núcleo da associação Acordo Verde. Também foi realizada entrevista com o superintendente da EMLUR, Coriolano Coutinho, e com a coordenadora do Departamento de Educação Ambiental, Elma Maria Xavier. Optamos por uma composição de, aproximadamente 20% da totalidade de cada núcleo, o que correspondeu ao que se observa na tabela abaixo:

Tabela 1 – Identificação do campo e amostragem dos sujeitos da pesquisa.

Núcleos de coleta seletiva - NCS	Numero de catadores nos núcleos	Numero de Entrevistados
N.C. S – Bessa	10	02
N.C. S – Cabo Branco	13	02
N.C. S – Bairro dos Estados	10	02
N.C. S – Roger	03	01
N.C. S – Aterro Sanitário	160	32
N.C. S - Mangabeira	21	04
Total	216	43

Fonte: Direta, informações do campo e da amostragem dos sujeitos da pesquisa realizada nos anos de 2009/2010.

Esse quadro pode demonstrar que o universo total da pesquisa foi composto por 216 catadores que compõem todos os núcleos de coleta seletiva da cidade e que estão incluídos nas associações ASTRAMARE e Acordo Verde; a primeira é composta por quatro núcleos: Bessa, Cabo Branco, Roger e Aterro Sanitário, que contam um total de 193 catadores vinculados; e a associação Acordo Verde, fundada na gestão do atual prefeito, corresponde a 21 catadores. Convém lembrar que este estudo objetivou conhecer e analisar a organização do trabalho dos catadores de resíduos recicláveis dos núcleos de coleta seletiva do Município de João Pessoa, tendo em vista a apreensão dos nexos econômicos e políticos que consubstanciam a relação entre trabalho, capital e Estado.

A proximidade à realidade dos catadores das associações ASTRAMARE e Acordo Verde trouxe luz a muitos questionamentos que fazíamos sobre a organização do trabalho e a produção desses trabalhadores, no município de João Pessoa. Verificamos que, mesmo se dizendo autônomos, desenvolvem seu trabalho mediante relações que interessam ao núcleo formal da economia e que têm características do trabalho informal. A atividade é exercida de forma precária, garantindo apenas a subsistência, e é diretamente mediada pelo Estado, para atender a fins capitalistas.

Procuramos, a partir de nossos estudos teóricos e aproximações empíricas junto aos catadores, desvendar alguns questionamentos, e estes foram se desvelando a partir do momento em que as entrevistas foram sendo realizadas. Trata-se de problemas como: se a atividade dos catadores de recicláveis interessa diretamente ao capital, por que seu trabalho se inscreve na informalidade? Por que o Município, representado pela EMLUR, em lugar de intermediar a coleta e a venda

dos recicláveis não cria condições para que os catadores sejam trabalhadores formais, empregados da indústria? O que significa para os catadores estar reunidos em associação? Os catadores têm alguma noção de pertencimento a tal associação? Por que depois de anos a associação continua vinculada ao Município? Como fica o discurso da autonomia tão propalado na atual era da flexibilização? Quem são os catadores de recicláveis? Qual a sua trajetória profissional? Por que catar materiais recicláveis tornou-se a sua única opção de sobrevivência? Quem mais se beneficia com a intermediação feita pelo Município, os catadores ou a indústria?

Essas questões nos conduziram a resultados que serão analisados no decorrer deste trabalho. Dentre outros, verificamos: a subordinação e sujeição das associações à prefeitura, a falta de interesse ou o não pertencimento dos catadores à associação; o sentido negativo da atividade; a desarmonia e a desarticulação da associação; o desrespeito da prefeitura aos catadores e o abuso de poder; o desejo de formalização e de conquistar uma velhice tranquila e confortável. Esses aspectos serão apresentados e analisados através das falas dos próprios catadores, os quais serão identificados com a primeira letra do nome, seguida da palavra catador(a) e acompanhada da sigla N.C.S (núcleo de coleta seletiva) seguida do nome do Núcleo do qual fazem parte. Optamos por respeitar as falas dos sujeitos tal qual foram pronunciadas.

3.1 ASTRAMARE e ACORDO VERDE: a experiência associativista dos catadores de resíduos recicláveis

“Nós só estamos lutando pelo direito
da gente de trabalho”

(L, catadora, N.C.S – Aterro Sanitário).

A partir de uma conversa informal, realizada com o coordenador do Movimento dos Agentes Recicladores – MAR – obtivemos algumas informações sobre a origem do lixão do Roger, na cidade de João Pessoa. Já no ano de 1929 existiam pessoas

na cidade que catavam lixo para sobrevivência e comercialização. Iniciavam-se no bairro do Roger os primeiros acúmulos de lixo, em 1930.

O lixão do Roger foi fundado efetivamente pelo então prefeito Apolônio Sales de Miranda (01-12-1955 a 30-11-1959), após reivindicação da população para ter um local de destinação final dos resíduos sólidos na cidade. Nesse sentido, o prefeito decidiu transformar um terreno pertencente à sua família em um lixão. No mandato posterior, o gestor Miranda Freire (01-12-59 a 30-11-63) resolve adquirir mais uma fração de terra e ampliar o lixão (LIMA, 2001).

O lixão do Roger durou em torno de quarenta anos e durante todo esse período “acomodou” em seu entorno centenas de famílias que viviam no/do Lixão do Roger, pessoas que se constituíam fisicamente enquanto humanos e se denegriam nas entranhas do lixão, impostas pelas condições socioeconômicas daquele dado momento histórico.

Na década de 1980 já começava a se desenhar no Brasil a discussão sobre a reciclagem e como motor da nova economia ecológica e responsável, realizou-se na cidade de São Paulo um grande seminário, onde foi debatido a funcionalidade do lixo para a indústria. Nesse evento participaram Instituições do sistema “S” (Senac, Sesi, Sine, Senai, Sebrae) e Banco do Nordeste, dando início a um processo de investimento industrial para transformar os recicláveis em materiais renovados. Surge a proposta de criação do Compromisso Empresarial para a Reciclagem – CEMPRE.

Algumas discussões mais aproximativas sobre coleta seletiva e reciclagem surgem nos anos 90, acompanhadas de anúncios sobre educação ambiental e ONG, movimentos populares (movimento dos catadores nacional e estadual – MAR) e entidades religiosas (Pastorais) voltadas para o atendimento da questão do catador. Nesse mesmo período se realiza em João Pessoa o fórum da reciclagem e, em 24 de dezembro de 1996, sob pressões e protestos de entidades governamentais e Ministério Público, não dos próprios catadores, pois estes encontravam no lixo sua sobrevivência e não almejavam o seu fim, foram retiradas nesse momento cento e trinta e duas famílias que habitavam e trabalhavam dentro do Lixão do Roger e realocados temporariamente em outro espaço, não lhes sendo garantidas condições dignas de vida.

Até hoje, a maioria deles não possui habitação própria nem tampouco emprego. De todos os entrevistados, no total de 43, a grande maioria reside no entorno do antigo lixão do Roger, lugar mais conhecido como favela do “S”, e todos vivem da coleta de resíduos recicláveis na cidade de João Pessoa. A maioria dos pais já era catador, de modo que os filhos nasceram e cresceram trabalhando no lixão. Hoje, com o fim do lixão e surgimento do projeto de coleta seletiva, não é permitido pela prefeitura o trabalho de crianças e adolescentes nos núcleos de coleta seletiva. No entanto, é permitido pelo poder público o trabalho de homens, mulheres e idosos por mais de 12 horas para aumentar a renda que é insuficiente para adquirir bens básicos como o próprio alimento; que muitas vezes chega a ser resgatado do lixo para lhes alimentar, pois o projeto da prefeitura de extinção do lixão não previa que as pessoas que dali dependia precisavam agora encontrar outra forma de sobrevivência e que esta deveria ser via um emprego seguro, moradia, educação, saúde de respeito.

Dados da Associação Comunitária de Educação Popular – ACEP – de 2007, contam o número de 4.479 catadores de materiais recicláveis na cidade de João Pessoa, cadastrados no Movimento dos Agentes Recicladores – MAR – destes, 216 são catadores membros das associações ASTRAMARE e Acordo Verde.

No ano de 2000, na gestão do prefeito Cícero Lucena, inicia-se o projeto piloto de Coleta de Seletiva de resíduos recicláveis, uma parceria entre a Associação e a comunidade. O primeiro núcleo de coleta seletiva foi no bairro de Tambaú, onde funcionou por dois anos e seis meses. Por ser de proprietários herdeiros, o núcleo precisou ser transferido para o bairro do Cabo Branco, onde funciona até hoje.

Depois dessa experiência, surgiram os demais núcleos: Bessa, Bairro dos Estados, galpão do Roger e Aterro Sanitário. No ano de 2005, na administração de Ricardo Coutinho, a questão dos núcleos foi rediscutida e reavaliada, com o propósito de reestruturar os núcleos de coleta seletiva, mas este não avançou nos seus aspectos mais básicos: melhoria nas condições de trabalho e vida dos catadores. Com a finalidade de desenvolver um novo projeto de coleta seletiva, foi criada a associação e núcleo de coleta seletiva Acordo Verde no bairro de Mangabeira.

Nas falas dos sujeitos entrevistados, podemos observar o que significou o fim do lixão e o surgimento das associações ASTRAMARE e Acordo Verde e dos núcleos de coleta seletiva. Quando perguntados por que e quando surgiram os núcleos de coleta seletiva, eles responderam:

[...] antes de acabar o lixão, já estavam fazendo isto aqui. **Quando fechou lá e todo mundo foi espalhado botou aqui [núcleo Bairro dos Estados], botou no Cabo Branco, no Bessa e no Aterro Sanitário** (V, Catador, N.C.S - Bairro dos Estados).

No momento que fechou o lixão do Roger ai fizeram um trabalho para a gente ficar [nos núcleos]. A gente tinha quatro ponto de coleta seletiva, aí o do Roger fechou e o pessoal de lá foram todos transferidos para cá, aterro sanitário, daí tamos hoje aqui. Foi com a ASTRAMARE que surgiu o aterro sanitário, também com o fechamento do lixão do Roger. Quando fechou o lixão do Roger, já tinha feito já o aterro sanitário. Ate hoje tá funcionando, vai fazer sete anos. O projeto é pra ser vinte e cinco anos, mas do jeito que está entrando lixo lá dentro, não chega a vinte e cinco ano não. É muito material perdido lá dentro, e a gente não tem acesso pra tirar nada de lá. Eu acho que vão abrir novas células. É pra ser vinte cinco células, mas do jeito que tá aí, não vai chegar a vinte e cinco anos. Cada ano é uma célula, mas em quatro anos são o quê? Quase quatro células feitas. Já tem seis células feitas, aliás sete, pois já estão cobrindo outra (H, Catador, N.C.S - Aterro sanitário).

Bem, os núcleos de coleta seletiva de João Pessoa surgiram com a finalidade... Talvez até porque o ministério público tenha exigido de fechar o antigo lixão do Roger e outro compromisso da prefeitura de João Pessoa. Na época o prefeito era Cícero Lucena. Era de não deixar os catadores desamparados, ai criou-se os núcleos Cabo Branco, o núcleo do Bessa, o do Bairro dos Estados e aqui a usina de triagem, exatamente com o fechamento do lixão do Roger. Vai fazer quase seis anos (M, Catador e vice-presidente da ASTRAMARE, N.C. S – Aterro Sanitário).

Como podemos observar nas falas dos entrevistados, a fundação dos núcleos de coleta seletiva significou não só um “compromisso” com os catadores, mas com a imagem da própria cidade que detinha o maior Lixão a céu aberto do Estado, o que significava descaso ambiental e a desumanização daqueles que dele sobreviviam. As famílias retiradas do lixo precisavam de trabalho e lhes foi concedida a coleta seletiva porta a porta, junto com a triagem de todo o lixo recolhido na cidade, que é feita no grande galpão e suas esteiras rolantes, no aterro sanitário. O objetivo central dos núcleos antes de dar trabalho aos catadores era desenvolver um projeto já desenvolvido em outros Estados do país, como Curitiba e Belo Horizonte, fazer com que todo o lixo da cidade, ou grande parte dele tivesse um destino correto, sendo direcionado aos núcleos de coleta seletiva. Os que não pudessem ser reutilizados

como matéria-prima seriam depositados nas células que compõem o aterro sanitário.

A construção do Aterro Sanitário Metropolitano de João Pessoa, sua administração e suporte foram concedidos à empresa Rumos Construções Ambientais. Essa empresa garante o “bom” funcionamento das células. A concessão foi garantida por vinte anos. Durante esse tempo deveriam ser construídas vinte e cinco células de compostagem de lixo “orgânico”, cada uma durando um ano. Em quatro anos se tem sete células repletas de lixo, e não só lixo orgânico e biodegradável, essas células estão compostas de tudo aquilo que os catadores não retiram da esteira, pois esse material não tem interesse comercial para a indústria da reciclagem, não é vendável. Logo, os catadores não catam. A EMLUR paga à Rumos cerca de R\$ 20,00 (vinte reais), por cada tonelada de lixo depositada no aterro e R\$ 73,00 (setenta e três reais), também por tonelada, às três empresas que fazem a limpeza urbana. Das mais de 900 toneladas de lixo coletado na cidade, 550 são de lixo orgânico (JORNAL DA PARAÍBA, 23/11/2009).

Todo o lixo coletado na cidade passa pelas mãos dos catadores do aterro sanitário, trabalhando dia e noite para retirar do lixo algo que possa ser reciclado ou sirva de alguma outra maneira no seu cotidiano. É no exercício do seu trabalho que retiram os materiais responsáveis pela degradação ambiental, diminuindo os gastos destinados ao pagamento das empresas de limpeza urbana.

Para desenvolver esse trabalho, os catadores não recebem nenhum subsídio da prefeitura ou da indústria que recebe os materiais. O valor do seu trabalho não está em si, mas no que é originado dele, os materiais recicláveis.

O investimento em Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL – estabelecido pelo Protocolo de Kyoto, visando à diminuição de Gases do Efeito Estufa – GEE –, emitidos para a atmosfera tem sido um dos objetivos da Prefeitura, que adquire por cada tonelada de metano (CH₄) reduzida 21 créditos de carbono, e o aterro deverá até o final deste ano ter queimado o metano correspondente a 300 mil toneladas de carbono, o que equivale a três milhões de dólares. Esse valor se aproxima da Taxa de Coleta de Resíduos – TCR, que gera uma receita de R\$ 6 milhões por ano aos cofres públicos.

Quanto mais os catadores com o seu trabalho diminuem a presença de resíduos sólidos nas células, mais estas passam a acomodar um número maior de resíduos orgânicos, gerando lucro à Rumos e investimentos para a prefeitura.

O discurso da reciclagem como preservação ambiental é um verdadeiro engodo, pois escamoteia a realidade de quem sobrevive dela. Os materiais poluentes passam pela esteira e vão diretamente para as células de compostagem, como por exemplo: as embalagens longa vida, que não são comercializáveis e não são catadas pelos catadores, ou seja, os catadores apenas coletam nas esteiras e nos ambientes domésticos o que pode ser vendido. Logo, não podem coletar tudo o que passa pela esteira ou o que se encontra no lixo das residências (material poluente), porque demanda tempo de trabalho, e o tempo e a quantidade de materiais vendáveis é quem define a sua renda, não a natureza preservada.

O que o Estado quer demonstrar é que faz coleta seletiva, garantindo um meio ambiente saudável, mas é à custa do trabalho precarizado e duplamente explorado dos catadores. Com o fim do lixão e surgimento dos núcleos de coleta seletiva ocorreram muitos conflitos entre os catadores, Estado, indústria e atravessadores, que disputam os valores produzidos por esses primeiros.

Será que a extinção do lixão significou melhoria de vida? Cidadania? Humanização? Desenvolvimento socioambiental? Todas essas falácias foram apregoadas pelo Estado e pela indústria da reciclagem, quando anunciaram o seu fim. Na realidade, o surgimento dos Núcleos de Coleta Seletiva significa um véu por onde se esconde a miséria, à qual são submetidos centenas de trabalhadores, que vivem da cata de materiais recicláveis na cidade de João Pessoa. Lá foram inseridos com a promessa de uma vida melhor e condições de trabalho respeitáveis.

A extinção do lixão e a abertura das coletas provocaram mudanças e escolhas de espaços de trabalho para os catadores e entre essas escolhas estava a de decidir entre os núcleos de coleta seletiva da cidade e o aterro sanitário. Na fala da catadora abaixo pode-se observar que o princípio que a fez decidir pelo aterro foi a possibilidade de ter acesso a todo o lixo da cidade: recicláveis, alimento, roupas e outros itens mais que são descartados. É admirável que numa sociedade onde já se chegou a patamares tecnológicos inimagináveis, como as nanotecnologias e as clonagens de seres vivos, seres humanos precisem se submeter à tão degradante forma de sobrevivência, como recolher restos de alimento no lixo. A catadora explica o que determinou a sua escolha:

Levaram a gente para a gente ir lá escolher onde queria ficar, se na coleta ou no aterro. **Eu preferi o aterro porque lá a gente arruma comida pra levar pra casa** (V catadora, N.C. S – Aterro Sanitário).

O núcleo de triagem do Aterro Sanitário vem funcionando como um tapete do Estado, para encobrir todas as mazelas aparentemente extintas do lixão do Roger. O lixão não acabou ele foi removido para fora da cidade e sofreu alguns retoques, como alteração do nome (Núcleo de triagem), estrutura física (cobertura), esteiras rolantes, fiscais, agentes ambientais fardados (não mais catadores). Contudo, os caminhões que fazem a coleta de lixo urbana, chamados pelos catadores de “guarus”, despejam continuamente, dia e noite, montanhas de detritos, no aterro sanitário, onde vão ser fonte de trabalho e renda dos catadores. Todo esse enredo nos faz observar os instrumentos de alienação social desenvolvidos na sociedade. Os catadores agora desenvolvem suas atividades “protegidos” pelo Estado, que para fomentar a produção para as grandes indústrias, destinou aos catadores os Núcleos de Coleta Seletiva da cidade, o que não advém da venda dos recicláveis adquiridos porta a porta, é obtido via “lixão” do aterro sanitário. Observemos que as falas dos sujeitos pesquisados quando relatam a transição do Lixão para os Núcleos de Coleta Seletiva, trazem expressões como: sofrimento, fome, falta de alternativa, impotência, perda de autonomia:

A gente sofreu muito com o fim do lixão. Lá é muito errado as coisa, a fortuna toda vai pras células e o pior vai pra gente, o que não presta. Com a força do home ninguém pode fazer nada, porque no lixão nós tinha o que era da gente, e no aterro tem dono, é a Rumos. (V catadora, N.C.S - Aterro Sanitário).

O final foi bom por uma parte, de todo jeito a gente trabalhava. Passou anos anunciando o fim do lixão aí na gestão de Cícero a gente saiu. **Hoje a gente tá lá situado, mesmo sofrendo** (J, catadora N.C.S – Aterro Sanitário).

Se os núcleos de coleta seletiva da ASTRAMARE têm suas próprias particularidades, estas se amplificam no Acordo Verde. A associação e o núcleo de coleta seletiva têm sua história constituída distintamente dos outros núcleos da ASTRAMARE, mesmo sendo na mesma cidade e sofrendo as mesmas determinações: os laços com a prefeitura. Sua composição é distinta porque foram formados por catadores de materiais recicláveis de rua ou por pessoas que nunca haviam desenvolvido essa atividade antes, fato que causa mal estar entre os associados da ASTRAMARE, pois alegam que a prefeitura retirou o direito deles de trabalhar no galpão de Mangabeira e os entregou a indivíduos que nunca souberam

o que era um lixão. Na realidade, essa indignação camufla o principal opositor dos catadores da ASTRAMARE, que não é a Acordo Verde, mas sim o atual gestor do município. Na concepção dos associados da ASTRAMARE, todos os benefícios da EMLUR, são concedidos aos membros da Acordo Verde.

Esses conflitos afastam os catadores do mesmo sentido de luta que têm em comum. Passam a desconhecer quem é o seu verdadeiro algoz e perdem-se na luta, quando desencadeiam conflitos entre indivíduos que sofrem as mesmas determinações. Nas falas abaixo podemos observar o relato da Catadora da Associação e Núcleo de coleta seletiva Acordo Verde, quando relata como foi que se constituiu sua Associação:

Dizem que os núcleos de coleta seletiva existem pra aumentar a vida útil do aterro sanitário, pra prolongar a vida do aterro, que quanto mais leva reciclagem mais diminui o tempo da vida útil da terra. Assim a estagiária disse a gente, quando começou a fundação do núcleo aqui [...] Desde a fundação a gente tá aqui. Em 2007 surgiu, foi feito seleção. Eles passaram anunciando que ia inaugurar o galpão aqui, aí ia eu e ela [colega de trabalho] pra venda. Eles entregaram o papel e mandaram a gente vir aqui. Quando a gente chegou aqui, era pra esse negócio de coleta seletiva, só que muitos pensaram que era carteira assinada, aí desistiram. Mas nós se cadastramos. Ai ele selecionou as pessoas [...] Foi lá na EMLUR, quando eles vieram, já vieram com os resultados dizendo quem ia e quem não ia ficar [...] A quantidade de gente só era de vinte e três a vinte e oito pessoas somente. Eles selecionaram as pessoas aí pronto. E muitos que foram escolhidos não vieram não, não quiseram não, desistiram, é porque pensaram uma coisa, né! Aí quando chegou, era uma coisa totalmente diferente. Muitos desistiram. Tinha gente que pensava que era carteira assinada, porque teve uma seleção de botar assim: tesoureiro secretário, um negócio mais organizado (R, catadora, N.C. S - Acordo Verde).

Entre as principais semelhanças que há entre as associações ASTRAMARE e Acordo Verde apresentadas nessa fala, destaca-se o desejo do trabalho formal. Ambas ao se constituírem enquanto associações acreditavam no discurso do Estado quando anunciou o apoio aos núcleos: que garantiria a formalização de um emprego com todos os direitos trabalhistas, mas isso não aconteceu, e como não tinham qualquer outra alternativa, encararam o trabalho informal nos núcleos de coleta seletiva sob o mesmo jugo, mas guardando o mesmo desejo de um dia encontrar um emprego, pois para a maioria dos catadores trabalhar como catador é apenas um meio de vida temporário.

Existe uma diferenciação principal entre as associações: a ASTRAMARE foi formada por ex-catadores do Lixão, que a partir de uma demanda por trabalho foram organizados em associação. Em meio às condições a que foram submetidos, o que se apresentou mais viável foi uma associação (carregada de promessas benfazejas da prefeitura). Já o Acordo Verde foi formado por catadores que sequer conheciam o processo de trabalho de um catador; estes foram convocados nas ruas pela prefeitura. Todas essas características provocam uma disputa entre as associações, o que é claramente percebido na fala de J catador:

[...] ultimamente a EMLUR formou o Acordo Verde, o Acordo Verde é mais da EMLUR do que... não é uma associação formal que nem a ASTRAMARE. A ASTRAMARE tem muitos anos de fundada e agora ultimamente a EMLUR formou o Acordo verde, que inclusive aquele galpão do Acordo Verde era pra ser entregue a ASTRAMARE, porque era pra diminuir a quantidade de pessoas que tinha no aterro sanitário, porque tinha dois galpões de triagem, que era um no lixão do Roger e um no aterro sanitário. O do lixão do Roger fechou, então foi todo mundo para o do aterro sanitário. Então ficou uma quantidade de gente muito grande, e o aterro sanitário não suporta a quantidade de gente, porque juntou dois galpões num só espaço. Então as máquinas não suportavam, a esteira vivia se quebrando direto, pois esse galpão que abriram em Bancários [Mangabeira], que hoje é o Acordo Verde, era pra ter sido entregue a ASTRAMARE, coisa que eles não entregaram, e **formaram uma associação com pessoas que nunca nem sequer conheceram o lixão do Roger, pessoas que era dos Bancários de Timbó, Mangabeira certo, pessoas que não eram nem do lixão e foram beneficiadas com galpão do Acordo Verde. Na época o coordenador geral da ASTRAMARE não era Luiz, ele não convocou o pessoal que era de lá do aterro sanitário para o galpão do Acordo Verde. Então o galpão já estava pronto tudo, e não tinha ninguém pra preencher o galpão. Então a EMLUR, beneficiando umas pessoas de lá, botou pra trabalhar no galpão lá do Acordo Verde, que era pra ser da ASTRAMARE. Mas também foi descuido do ex-coordenador (J, catador, N.C. S - Bessa).**

3.1.1 A relação subordinada da associação à EMLUR

A noção de associativismo advém do interesse de pessoas partilharem, dividirem e se ajudarem nas dificuldades. O associativismo tem como princípio a ideia de que se seus associados se unirem em prol de um interesse comum, através de um trabalho em equipe, atingem os objetivos mais rápidos do que individualmente. Quem partilha desse pressuposto acredita que o associativismo possibilita o crescimento pessoal e profissional, uma vez que são trocadas experiências e habilidades (CIELO; MERCADANTE, *et. all*, 2009).

As associações são formais e são consideradas pessoas jurídicas, devendo ser legalizadas e registradas em cartório, para que possam atuar de forma legal no interesse de seus associados, pelo menos em tese. É necessário, para que passe a existir, a construção de um estatuto sugerido pelos próprios associados.

Segundo o Novo Código Civil Brasileiro (2004) – CCB – associação significa a união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, não devendo existir entre essas pessoas, direitos e obrigações recíprocas. Para se constituir uma associação, o CCB determina que esta deva obedecer a um estatuto contendo:

I – a denominação, os fins e a sede da associação;

II – os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;

III – os direitos e deveres dos associados;

IV – as fontes de recursos para a sua manutenção;

V – o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos.

O patrimônio da associação é constituído por contribuições dos próprios associados ou por doações, ou outras formas, deve ser formalizado por escrito e responder à vontade de seus membros.

Com a intenção de superar obstáculos, fortalecer relações e promover a melhoria individual e coletiva, as pessoas e as empresas que tem objetivos comuns se unem em associações procurando gerar benefícios ou fornecer serviços para os associados. As associações somam serviços, atividades e conhecimentos na busca de um mesmo conjunto de interesses e podem ser formais, legalmente organizadas, ou informais, sem valor legal (CIELO; MERCADANTE, et. al, 2009, p.05).

Nesta sociedade capitalista, comumente as associações são utilizadas pelo capital para subverter a organização do trabalho, alienando os trabalhadores com a promessa de que podem conquistar espaço em um mercado já determinado, que cada vez mais amplia seu domínio e reduz os espaços para outros capitais, não permitindo interferências de pequenos empreendimentos, a não ser para cooptá-los. As associações, em tese, devem ser organizadas através do interesse comum de seus membros, além do que devem caminhar sozinhas sem interferências alheias, ou seja, de quaisquer outras instituições que lhes limitem os movimentos. Estas associações só têm valor enquanto são criações autônomas, realizadas pelos

trabalhadores, e não são protegidas nem pelos governos nem pelos capitalistas (MARX, 2001).

A ASTRAMARE em nada se assemelha desse ideário de associação. Ela foi fundada e ainda é mantida pela prefeitura, que tutela e delibera direta e indiretamente sobre suas decisões. Mesmo sendo “parceira” da associação, a EMLUR não deveria interferir nas suas decisões, uma vez que toda associação é autônoma e, à medida que conhecem o seu trabalho, não caberiam interferências.

A Associação dos Trabalhadores de Material Reciclável – ASTRAMARE – nasceu com a promessa de ter apoio estrutural da Autarquia Especial de Limpeza Urbana – EMLUR pelo termo de convênio nº 003/2005¹⁴. À EMLUR caberia, entre outras obrigações: a) manutenção dos postos de coleta seletiva e dos Núcleos de triagem no Aterro Sanitário e equipamentos para execução do trabalho; b) fiscalização e orientação junto às unidades de coleta seletiva e centrais de triagem para cumprimento de suas obrigações. No entanto, a cláusula que vem sendo mais efetivada é a da fiscalização, desautorização e abuso de poder por parte da EMLUR e seus coordenadores e diretores.

A associação não tem autonomia e nem toma decisão que atenda seus interesses. As doações feitas à associação passam pela administração da EMLUR. Acordos, pagamentos, quaisquer decisões sofrem a interferência da EMLUR. Porém, com relação à manutenção dos equipamentos que estruturam os núcleos, isso vem sendo esquecido pela mesma, fato que provoca conflitos e atritos entre associados e a EMLUR.

Está sendo falho o cumprimento das cláusulas que determinam apoio aos núcleos. Os trabalhadores, por falta de manutenção das máquinas, sofrem privações, uma vez que os mesmos vêm literalmente pagando para trabalhar, pagam o carro de transporte, o conserto das máquinas, principalmente quando se refere ao aterro sanitário, onde o trabalho não se realiza por falta dos instrumentos principais de trabalho, como a Ret (escavadeira que coloca o lixo para cima da rampa, por onde o lixo é puxado para as esteiras), as esteiras rolantes e o ônibus para o transporte. Sem esses meios os trabalhadores não conseguem desenvolver

¹⁴ Ver Anexo A.

seu trabalho que representa sua única fonte de subsistência. Algumas questões foram identificadas quando os catadores relataram o descaso da EMLUR, no cumprimento de seus deveres para com as associações: descumprimento do acordo feito pela prefeitura; indiferença às decisões da associação; desarticulação da associação; alienação do trabalho; obrigatoriedade de vinculação à prefeitura para poder trabalhar; mudança de gestão e falta de apoio à associação; ameaças; consciência de ser explorado; dificuldades no exercício do trabalho; falta de acesso aos documentos da associação e ocultamento de informações relacionadas aos direitos e deveres daquela instituição para com a ASTRAMARE.

Em relação às questões relacionadas ao acordo formal entre EMLUR e ASTRAMARE, o que foi observado é que este não vem sendo efetivado no mínimo que lhe cabe, como, por exemplo, o conserto das máquinas, entrega dos Equipamentos de Proteção Pessoal – EPI’s. Contudo, exige-se que os associados desenvolvam o seu trabalho de coleta nas ruas ou de triagem no Aterro, sem danificar as máquinas e sem criar desarmonia entre o grupo.

Grande parte dos associados pouco sabe sobre o acordo, mas sua realidade os faz reconhecer que as dificuldades encontradas no cotidiano de trabalho são atribuídas ao descaso do Estado e a esse respeito às falas dos catadores esclarecem bem:

O acordo, pelo que eu sei, a EMLUR fica na obrigação de apoiar os postos de coleta seletiva dando o apoio em termo de pagar o aluguel, água luz energia, e conserto dos carrinhos e da a farda três vezes por ano. Pegar os recicláveis é o nosso dever (H catador, N.C.S - Cabo Branco).

A EMLUR, para respaldar sua prática, desenvolve juridicamente o acordo entre associação, prefeitura e comunidade, mas não é dado acesso aos documentos públicos e oficiais nem à própria diretoria da associação. Se antes os associados da ASTRAMRE tinham alguns “benefícios”, hoje eles não existem mais. Então esses benefícios estavam regulamentados no acordo e foram descumpridos ou simplesmente foram ignorados pelo atual gestor. O que realmente se verifica é que mesmo diante das reivindicações de acesso à documentação, a EMLUR toma as decisões em nome da ASTRAMARE. Isso se revela na fala do vice-presidente e de uma catadora da associação ASTRAMARE.

Isso é uma das perguntas que eu mesmo faço. Eu queria acesso a isso [aos documentos], porque assumimos a diretoria há cerca de... menos de um ano, e não conseguimos decifrar direito ainda qual é os direitos, nossos direitos e nossos deveres e quais são os direitos e deveres da EMLUR. Nós não conseguimos. Tentemos já várias vezes com Dr. Coriolano, que é o superintendente da EMLUR. Eu sinceramente, como vice-presidente da associação, não tenho clareza quais são o nossos direitos e os nossos deveres. Já tivemos muitas reuniões com Dr. Coriolano, entendeu? Mas não foi esclarecido, e eu to sabendo o tanto quanto a senhora...Já houve tempo melhores, porque logo no começo tinha todo o apoio possível, inclusive complemento de renda. Chegamos ao ponto aqui de ter cesta básica, quentinha. Já tivemos quentinhas, por que aqui a dificuldade é muito grande de fazer comida. Tem muita gente que passa o dia com um pão. Já tivemos algum apoio que até hoje a prefeitura já falou que isso é inviável, que tá fora de cogitação. E foi melhor. Tem muita coisa que ainda pode ser melhorado (M catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

Sei não, eu desejava muito saber. Eles num passam nada pra gente. Eu acho que tem maracutaia que a gente num sabe nem explicar. Depois que a gente começou a trabalhar na coleta já sumiu tanto dinheiro da gente. (J catadora, N.C.S – Aterro Sanitário).

O modelo de coleta seletiva que o governo federal vem promovendo para ser implantado nas cidades tem o objetivo de ser de baixo custo. Nele seriam incorporados catadores, mas de forma legal, para que pudessem desenvolver o seu trabalho com certa segurança. Na ausência de catadores, a lei de saneamento determina que se incorporem populações desempregadas, gerando assim trabalho e renda.

A base legal para esse modelo seria a Lei 11.445 de 2007, lei de saneamento que altera a lei de licitação, determinando que, para que seja realizada essa inserção, os catadores estejam associados. Dessa forma, poderão ser contratados pelo poder público, de quem receberão remuneração correspondente, como ocorre com os funcionários das empresas de limpeza urbana. A implantação desse programa visa uma transformação no modo de gerenciar os resíduos sólidos. Desenvolvendo a coleta seletiva, esta passa a ser responsabilidade dos catadores organizados em associação ou cooperativa formalizada em contrato pela prefeitura (BRASIL, 2008).

A Lei 11.445 de 2007 (Lei do Saneamento), determina em seu art. 24. É dispensável a licitação: XXVII – na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública (IDEM, IBIDEM, p. 06).

Os catadores associados passam a desenvolver sua atividade formalmente, mapeando e cobrindo a área dentro de prazos e condições estabelecidas pelo poder público local e a associação. A partir desse momento deixam a alcunha e o estigma de catadores e passam a ser agentes de limpeza ambiental, beneficiários de uma política socioeconômica, não só assistencial.

Para que se desenvolva adequadamente a política, a associação deve ter o apoio da gestão pública, principalmente quando se refere à comercialização direta com a indústria de recicláveis, uma vez que esta compra grandes montante, e os núcleos devem ter condições de acomodar volumes grandes para posteriormente serem vendidos às indústrias.

O que podemos observar nessas normas do governo federal para implementação dos núcleos de coleta seletiva é que visam “incluir” a população desempregada em espaços alternativos como as associações, que possibilitam o desenvolvimento de parcerias entre o poder público e o privado, desenvolvendo interesses do último. É importante ressaltar que mesmo o Estado tendo como objetivo desenvolver políticas de geração de renda, sua função é manter uma população relativa sempre disponível, fragilizada e pronta para ser explorada.

O associado catador da ASTRAMARE e da Acordo Verde desenvolve seu trabalho informalmente e a prefeitura não tem a mínima intenção de formalizá-lo como agente ambiental, tal como preconiza o projeto oficial. Os associados dos núcleos da cidade de João Pessoa vivem e trabalham precariamente, tendo direito apenas a um fardamento anual e a um carrinho para transportar seus materiais. No aterro a situação se agrava, pois quando uma das máquinas quebra o trabalho não se realiza e os catadores têm que voltar para casa sem nenhum dinheiro, nem para o transporte, tampouco para a alimentação da família.

A catadora L relata em sua fala o resultado do descaso, o desrespeito da gestão pública. Seu desabafo reflete consciência de sua condição de trabalhadora informal e explorada, que luta contra o Estado e o capital pela subsistência diária, já que os direitos básicos, como emprego, educação e saúde, são negados a ela.

A gente já foi em várias reuniões com Dr. Coriolano lá na EMLUR, e teve dias da gente sair de casa às 10 horas do dia e chegar de uma hora da manhã esperando por ele. Até um dinheiro que a gente passou 1 mês fechado aqui, **um mês fechado aqui passou, porque, porque não tinha condições da gente trabalhar. Nós tivemos que fechar ali na frente. Nós nos reunimos, fechamos ali na frente [entrada do aterro], e eles**

até disseram assim: se a gente fizesse isso de novo, quem ia atrás da gente era a polícia federal. A gente não somos bandidos, não, nós só estamos lutando pelo direito da gente de trabalho? tá entendendo? Chegamos lá, conversamos com eles. Eu fui umas dessas pessoas que foi para reunião. Até uma mulher como eu, uma mãe de família, duzentos reais por mês, 50 reais por semana foi emprestado a gente aqui foi emprestado esse dinheiro e jamais a gente pensou nisso. Quem emprestou foi Dr. Coriolano o senhor da EMLUR. E eu to dizendo aqui e eu não tenho medo de dizer na cara dele não. Quem tiver medo, diga, porque eu não tenho medo dele não. Caiu um dinheiro na conta parece que foi 32 mil reais, caiu na ASTRAMARE e foi todo repassado pra EMLUR, por quê? Porque alegaram que aquele dinheiro que tinha sido cedido pra gente pelo período que a gente passou parado aqui tinha sido emprestado e não tinha doado, porque a burocracia era muita. Ele tinham que repassar esse dinheiro, mas não tem nada a ver, a gente não tem nada a ver. Agora se ele chegasse assim, dissesse: olha, gente esse dinheiro que eu estou repassando para vocês é um dinheiro emprestado, todo dinheiro que cair na ASTRAMARE vai ser revogado para EMLUR, aí eu ficava satisfeita [...] (L catadora, N.C.S – Aterro Sanitário).

A associação deveria ser a possibilidade de os catadores se fortalecerem, pelo acesso ao mercado e pelo apoio efetivo do Estado, mas a forma como ingressam no mercado de trabalho, além de não garantir uma renda compatível com a sua função social, ainda são membros de uma associação, à qual não têm nenhuma noção de pertencimento.

3.1.2 A (i) legitimidade da associação entre seus associados

Existem três instâncias necessárias ao funcionamento de uma associação: a assembleia geral, a diretoria administrativa e o conselho fiscal. Quem responde pela gestão da associação e põe em prática as decisões dos membros associados é a diretoria administrativa, composta pelos seguintes membros: 1) Presidente – é o principal representante dos associados, maior responsável pela gestão da associação; 2) Vice-presidente – auxilia o presidente na execução das decisões tomadas em assembleia e na busca por atender às necessidades dos associados; 3) Secretário – cuida da documentação da associação, faz as atas das reuniões, e agiliza os demais processos administrativos, colaborando e promovendo suporte para as tomadas de decisões; 4) Tesoureiro – é o responsável pelo controle financeiro, preocupando-se em manter a contabilidade organizada e prestando contas frequentemente dos saldos e movimentações efetuados (CIELO; MERCADANTE, 2009).

A qualidade de associado é intransferível. Os associados devem ter direitos iguais, de acordo com a legislação, mas o estatuto está livre para instituir categorias exclusivas, caso os associados necessitem. A exclusão do associado só é permitida caso haja descumprimento do que está posto nas normas do estatuto. A nenhum membro da associação deve-se impedir o exercício de sua função ou direito conferido.

Os catadores associados da ASTRAMARE entendem a formação da associação como algo positivo e necessário com o fim do lixão, porém afirmam seus limites: os principais são a não socialização das informações das vendas e das doações para a associação e também a desorganização.

A diretoria, como é chamada pelos catadores a coordenação da ASTRAMARE é composta por presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. Não existe conselho fiscal, as doações não são gerenciadas nem fiscalizadas pela associação; a assembléia geral depois de sua formação nunca mais aconteceu, não porque não seja necessária, mas sim por desarticulação e desinteresse dos associados, que desacreditam totalmente na associação.

Quanto aos diretores da associação, nenhum trabalha na triagem ou coleta de materiais recicláveis, seus salários vêm de outras fontes. As doações feitas à ASTRAMARE não ficam em caixa (conta da associação), é direcionada ao galpão situado no Roger (doação dos japoneses), que funcionava como setor de triagem do antigo Lixão do Roger e que agora funciona como núcleo “isolado”, contando apenas com 03 catadores.

Os associados não se sentem beneficiados com as doações feitas à ASTRAMARE, pois estas, quando não são desviadas pela EMLUR, são ocultadas pela gerência da própria associação, que as destina ao núcleo Roger, sem o consentimento dos demais. O uso de instrumentos coletivos de trabalho para produção, como a caminhonete que é da associação e faz o resgate de materiais em instituições e/ou empresas doadoras deveria, conforme se verifica na fala do catador ser usufruto da associação e de seus associados, não apenas de um grupo específico de pessoas;

[...] tem uma sala lá [no núcleo Roger] que é pra reunião e a outra é pra botar o material que vem do **shopping; é dividido lá mesmo o material com quem vai buscar e separar. O vice-presidente no carro da associação,**

a F4000, vai pegar estas doações [...] Ele disse que o lucro é pouco de mais e num dá pra dividir, assim que ele começou a tirar material do shopping. Pelo que eu soube, essa doação era pra assim...quando vendesse ia guardando, porque podia a pessoa adoecer a ia lá e ajudava. O ônibus quebrava, ele ia lá e comprava as peças, mas nada disso ele fez (S catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

Informações não socializadas entre os associados desembocam em questões que fragilizam as relações entre associados e a diretoria, além do próprio sentido de associação: a ajuda mútua, confiança e reciprocidade.

O sentimento de indignação, descrédito e desconfiança é compartilhado pelo catador A, quando se refere à organização da ASTRAMARE, dos seus primórdios até os dias atuais:

A fundação da ASTRAMARE foi antes de acabar o lixão. Quando foi fundamentar a ASTRAMARE, o lixão ainda passou funcionando mais de dois anos, só que no começo tudo dava certo, porque eles fazia tudo certo. Hoje num dá certo, porque eles faz tudo errado, da maneira errada, da maneira incorreta, porque se fizesse correto, dava tudo certo, dava melhor que o lixão. A maneira correta é trabalhar correto, e eles trabalham errado, eles trabalham remando pra trás; em vez de remar pra frente, eles rema pra trás. A maneira certa, por exemplo, o Japão veio... num tem esse galpão aí? E falou que era pra pegar a coleta da rua e levar pra li e vender pra dividir pra associação. Hoje o que é que acontece? Hoje ela tá sendo feita e vendida pra gente que tá dentro que num tem nada a ver com a associação e tá sendo dividido entre eles. Os próprios associados num tem direito a nada que entra ali; tudo que entra é dividido entre eles mesmos, que é um negócio errado (A, catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

As questões organizacionais interferem diretamente na inter-relação dos associados, pois muitas das decisões tomadas na associação não são acordadas por todos. Um ponto que causa mal estar entre os associados é o fato de os atravessadores serem responsáveis pelo pagamento dos salários da diretoria e esta submete todos os associados. Na fala do catador A, o pagamento feito à diretoria é injusto e exagerado. O que deve ser analisado a esse respeito também é que uma vez refém do comprador, a associação ou sua presidência perdem a já quase nula autonomia, no que tange aos preços, condições de pagamento, representatividade e correlação de forças.

O que podemos observar também na fala a seguir é que um problema redundava em outro: se a associação nunca teve articulação política e financeira para vender seus materiais, por desinteresse do Estado, isso possibilita a interferência dos

atravessadores na compra dos materiais, impedindo a ASTRAMARE de exercer a sua autonomia na venda e na gestão da associação. Todas essas questões desencadeiam no catador um sentimento de estar sendo injustiçado. Ele percebe que terá de trabalhar dia e noite para adquirir o que a presidência da associação adquire, mediante o pagamento de um salário advindo dos atravessadores, como revela A em sua fala:

Outro problema [...] que está errado lá no aterro sanitário... **Se a gente é catador, aí no meu ponto de vista eu acho que o comprador não deveria pagar pra comprar, não, ele ia pagar a mercadoria que ele comprasse, né isso? Lá não, além dele comprar a mercadoria, pagar a você que está vendendo a mercadoria, ele ainda tem que pagar à turma da associação e o dinheiro ser pra eles, que o dinheiro num serve pra associação, não, serve pra eles presidente, secretário, esses negócio de associação. Quando dá num sábado e no domingo, eles têm dinheiro pra torrar com cerveja, e o associado que trabalha lá dentro num tem dinheiro nem pra comprar um pedaço de carne pra botar na mesa. O que acontece demais é isso. Aí eles têm trabalhado da maneira errada. Aí pra conseguir isso, a gente tem que trabalhar de dia à noite[...]** (A, catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

A autonomia da associação é limitada direta e indiretamente pela EMLUR e pelas indústrias de reciclagem e atravessadores. Os materiais são vendidos a preços insignificantes a atravessadores que revendem a toneladas para a indústria. O lucro que a reciclagem rende não alcança os trabalhadores da ponta da reciclagem: os catadores. O sujeito A, ainda em seu discurso, observa a riqueza que é produzida pela reciclagem e que não alcança os catadores:

Deixe dizer: o problema é muito dinheiro por semana, é muito dinheiro que esses comprador paga lá, é muito dinheiro, e esse dinheiro ninguém sabe pra onde vai não. É muito dinheiro que dava pra ajeitar o ônibus, a f4000, mas é um conluio entre a associação e a EMLUR, porque no começo, quando começou, que abriu o aterro sanitário, eu tava lá logo no começo, o pessoal da Rumos deixou bem claro, foi o dono mesmo, num foi nem o diretor, foi o dono mesmo, fez uma reunião com a gente lá e disse: Olhe, minha gente, daqui pra frente vai ser melhor pra vocês, do quer vocês trabalhar no lixão. Vocês aqui tão seguros. Vocês aqui têm vinte cinco anos garantido, que foi um contrato assinado por Brasília. Vocês... num tem homem no mundo que tirem vocês daqui Tá assinado o contrato. A tendência é melhorar pra vocês. Isso aconteceu só nos primeiros seis mês (A, catador, N.C.S, Aterro Sanitário).

O respeito que os associados desenvolve por sua associação esta relacionada a forma como seus membros se relacionam entre si e de como foi pensada e administrada esta associação desde sua fundação. Ao longo deste trabalho

podemos verificar como foram organizadas as associações de coleta seletiva em João Pessoa, para poder compreender agora como esta interferiu no sentimento de pertencimento dos associados da ASTRAMARE e Acordo Verde.

Vários pontos foram sendo observados nas falas dos entrevistados no tocante à gestão e à legitimidade dos supostos benfeitores: a EMLUR representa a sede da ASTRMARE; desconhece-se a própria sede da associação; ausência de pertencimento à associação; não reconhecimento e desconfiança na gestão da presidência da associação.

A associação ASTRAMARE e Acordo Verde já tiveram, ao longo de sua história, várias representações. Seu primeiro presidente oficial, desde 2005, chamava-se Jean e sua administração durou quatro anos. Depois deste, a gestão da ASTRAMARE foi conquistada, com sufrágio universal, por Luiz Silva.

Segundo os catadores da ASTRAMARE, Jean foi um presidente que perseguiu, explorou, humilhou e ameaçou os catadores, junto com o atravessador colocado por ele. Sua administração foi tirânica e atemorizou os associados durante quatro anos. Segundo um dos entrevistados, as ameaças eram constantes; sempre que alguém reclamava dos seus desmandos, era ameaçado de morte. Os associados não têm boas lembranças desse período e recordam com alívio a época que passou. Vejamos a fala de S a esse respeito:

Lá [no aterro] tinha um comprador que humilhava a gente. Ele comprava barato, e dizia na cara: aqui eu to pagando meio a meio. Nós passamos quatro anos nesse negócio, não denunciávamos com medo... Ele dizia direto: quem eu souber que tem gente querendo me botar pra fora eu mando matar. Aí nós se amedrontava por causa disso, aí tinha que se humilhar a ele por causa disso, mas graças a Deus que ele saiu [...] (S, catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

Os catadores viviam em regime de semi-escavidão, trabalhavam mais para o atravessador e para o presidente do que para si próprios. A gestão de Jean foi tida como ameaçadora, ditatorial e permeada de práticas ilícitas.

Muito do que a associação havia adquirido através de doações, no período de sua fundação, foi usurpado por aquele primeiro presidente, que vendeu uma caminhonete, alegando benefícios para a associação, mas extraviou todo o dinheiro.

Esses acontecimentos despertaram nos associados um estado constante de desconfiança e insegurança, como verificamos na fala de A:

[...] teve um presidente que durou dois mandatos, num fez nada que se aproveitasse, o que fez foi vender um caminhão, uma Mercedes trucada. Pegaram, venderam, torraram o dinheiro todim, num serviu pra associação (A, catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

A renda dos catadores, adquirida via catação de materiais recicláveis tanto nos núcleos como no aterro, é ínfima. 49% dos entrevistados recebem de 50 a 100 reais por semana, seguidos de 21% que recebem menos de 50 reais por semana. É claro que não dá para garantir as necessidades mais urgentes, como revelam 79% dos entrevistados. No entanto, na gestão do presidente anterior da ASTRAMARE, a renda dos catadores não ultrapassava 15 reais semanais, fato que ampliou a precariedade das condições de vida dos catadores e desconfiança com relação à representatividade da associação, como é demonstrado na fala do catador S.

[...] o pessoal também num confia na diretoria que antigamente era muito roubo. A gente só trabalhava pra ele, A diretoria e o comprador tudo era uma coisa só. Antigamente se alguém fizesse uma coisa errada, ia pra rua. [...] roubo tinha muito, roubo. Antigamente a gente trabalhava, ganhava quinze reais por semana. Quem ganhava dinheiro era o coordenador, quem era sócio não ganhava nada. Hoje, sim, a gente tem um coordenador e cada um trabalha pra si, a gente trabalhava, vendia por semana. Tinha semana que ganhava quinze, vinte e hoje não tem dia que a gente chega a ganhar quarenta real por semana. Melhorou muito essa parte aí de vender todo dia. (S, Catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

A partir de 2009, a associação passou a ter como presidente Luís da Silva. Todos os associados entrevistados afirmaram conhecer o atual presidente. Sua gestão vem sendo aprovada pela maioria dos associados (85%), embora muitos destes (75%) não soubessem dizer se existia uma sede e onde se situa. Esse desconhecimento é expressivo da relação dos associados com a associação. Muitos associados relataram que as reuniões ocorrem na EMLUR, onde se encontra a sede, no entanto, a sede oficial é no antigo galpão do Roger. As falas de alguns entrevistados confirmam esse desconhecimento sobre a sede, configurando também a não participação deles nas reuniões.

Luiz é o presidente da associação e ela num tem sede, não Quando tem reunião, é lá na EMLUR, e de lá eles passam para a gente (J, catadora, N.C.S - Aterro).

A sede é aqui no galpão [...] Sempre **quando é reunião assim, vai pra EMLUR, é mais na EMLUR. Eles chamam todo mundo, mas muitos não vai** (A catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

A ingerência e o abuso de poder, exercidos pela antiga presidência provocou um misto de insegurança, mas também de esperança, o que gerou a eleição do atual gestor da ASTRAMARE: um voto de “confiança”. Os entrevistados confirmam esse argumento em suas falas:

[...] essa diretoria de hoje corre atrás pelo menos isso eles fizeram, que dizer, **eu não to achando essa diretoria ruim que nem a última, que tava, que era Jean, junto com o atravessador, que era Renato.** (J, catador, N.C.S - Bessa)

[...] ainda é sorte que **graças as Deus tem um presidente que é Luiz. Se num fosse ele primeiramente Deus, segundo ele, a gente tava lá entregue às baratas. Ele batalha pro lado, batalha pro outro.** Assim mesmo tem muita gente que num agradece [...] (J, catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

Os problemas atribuídos à associação estão relacionados não apenas ao seu histórico conturbado, mas e principalmente à sua autonomia limitada. A associação é mantida pela EMLUR, e esta toma a maior parte das decisões, desde as mínimas, como quem entra e quem sai da associação, até a deliberação sobre doações direcionadas à ASTRAMARE. Essa falta de autonomia desemboca em conflitos entre associados, que desrespeitam as normas da associação por falta de credibilidade e de confiança.

Mesmo tendo uma sede, a maioria das reuniões se realiza na EMLUR, estrategicamente, para que o número de associados que venha a participar seja mínimo, fragilizando a participação e decisão dos associados. O catador não se sente representado pela EMLUR, vende seu trabalho dentro da associação a atravessadores, que, sendo os mesmos que pagam os salários da presidência da associação, fragilizam a relação associado-diretoria, ou seja, a própria associação. Nas reuniões a prefeitura sempre defende os interesses privados. E, para os associados, ASTRAMARE e Acordo Verde apenas simbolicamente os representam como veremos nas falas dos catadores;

Eu acho assim: pra mim, e vou continuar dizendo novamente que o povo que tá ali não é uma associação. Eu não acho que aquilo que tá ali é uma associação porque se aquilo fosse uma associação mesmo, não dependeria de prefeitura, nem de prefeito num dependeria de ninguém, era só da gente mesmo e pronto, tem associação que num

depende de tá chorando, implorando, pedindo nada a prefeito, não, que nem esse Luiz mesmo. Isso era pra ser de nós mesmos ser unido [...] (M, catadora, N.C.S – Aterro Sanitário).

[...] é tudo bagunçado é a diretoria contra o sócio e o sócio contra a diretoria. O sócio não pode ir contra a diretoria. A meu entender, a diretoria ela tá pra mandar em nós vendo nosso erro, pra reclamar, e o associado deve baixar a cabeça. Mas eles não quer baixar a cabeça, eles não que descer não (S catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

[...] a associação daqui num tem... organização num tem, se tivesse organização... Onde a gente trabalha, todo mundo quer mandar: os catador quer mandar no presidente, num querem se reunir, porque se um ganhar um dinheiro a mais, o outro já fica falando de que o outro não trabalha (A catadora, N.C.S – Aterro Sanitário).

Além da presença ativa da EMLUR dentro das associações, esta ainda vem causando desconfiança e indignação aos associados. Após quatro anos de falcatuas do antigo gestor, os associados agora vêm encontrando na EMLUR diversos indícios de corrupção. Verbas destinadas à ASTRAMARE são desviadas para outras fontes, como relatam diversos catadores:

[...] infelizmente até as doações que vêm em nome da ASTRAMARE, quem tá dizendo é Maria de Lurdes Mateus de Lima, e eu falo em qualquer canto. Até as doações que veio pra ASTRAMARE. Infelizmente tem um senhor, que o nome dele é Ediberto ou Edilberto, não sei qual o nome dele, várias vezes já nos levou, tá entendendo? Nos levou nessas doações, e eu disse a ele: nós da ASTRAMARE temos somente o nome. Se alguém de uma doação, quer dizer, toda doação que vir pra ASTRAMARE tem ser repassado pra EMLUR, principalmente pra sala de Dr. Edilberto. Eu não sei se ele é doutor o que é que ele é, sei que é lá dá EMLUR, e não chega até a gente, eu acho que o presidente da associação tivesse aqui, Luís, ele ia falar o que eu to falando, porque várias vezes nós somos levados pelo Edilberto lá da EMLUR [...] (L, catadora, N.C.S – Aterro Sanitário).

A associação Acordo Verde tem sido usada como “bode expiatório” para justificar os desvios de doações. Segundo os membros dessa associação, nenhuma doação vem sendo direcionada a eles. Certo é que existem desvios, que as doações são destinadas à ASTRAMARE e a Acordo Verde, mas somente os diretores e fiscais dos núcleos da EMLUR se apropriam desses poucos recursos que as associações recebem para se manter.

Esses funcionários fazem uso do poder investido pelo Estado para “mediar”, “viabilizar recursos”, desenvolver programas de “inclusão social”, ações em “benefício” dos trabalhadores de recicláveis, mas ao invés disso acabam por

desenvolver atos ilícitos que desembocam até em ameaças aos catadores. Esses acontecimentos revoltam os associados, que se sentem impotentes, pois, se ocorre entre os seus pares há uma punição, mas como fazer se o causador do prejuízo é um representante do Estado?

A respeito do poder dos representantes do Estado Harvey expõe:

[...] Os funcionários do Estado, portanto precisam 'se apresentar como órgãos da sociedade, situados acima da sociedade [...] Representantes de um poder que os aparta da sociedade, obtêm prestígio por meio de decretos especiais, que os investem de santidade e inviolabilidade peculiares'(2005, p. 81).

O nosso entrevistado ilustra bem essa correlação de forças com o Estado, como se pode ver na sua fala:

[...] nós tivemos discussões dentro da EMLUR com...é, reuniões que tivemos com Coriolano [surpreendente da EMLUR] com Edilberto [Coordenador dos núcleos de coleta seletiva da EMLUR], e já tivemos bate boca, discutimos sobre é... **Doações que era pra ser rateado certinho e tinha muitos erros. Um material que tinha valor: cobre tem mais valor do que o ferro, então uma carga de cobre, certo vamo supor, de quinhentos quilo, né, então a nota ia como ferro, não era como cobre. Então na nota era repassada como ferro. Tem muito erro! [...] alguém de dentro da EMLUR que participa desse projeto tem suas vantagens** [...] Não a EMLUR, não! Mas alguém de dentro da EMLUR. Já da ASTRAMARE até agora... A gente não tem o que dizer dessa nova diretoria (J catador, N.C.S – Bessa).

Não há como não dizer que esse tipo de comportamento por parte dos funcionários da EMLUR é consentido por esta. Não se sabe ao certo se a direção geral conhece esses fatos, pois se até hoje a ASTRAMARE não possui meios de comunicação direta. Se toda forma de correspondência com a Prefeitura é realizada via EMLUR e esta resolve muitas questões sem o diálogo com a instituição de direito; ASTRAMARE, deste modo não se pode afirmar que a prefeitura desconhece totalmente as arbitrariedades cometidas contra as associações de catadores.

Se os funcionários da EMLUR respondem e deliberam sobre quaisquer questões relativas aos núcleos de coleta seletiva, essa instituição não age sem o consentimento da Prefeitura, fato confirmado pelo posicionamento do então superintendente da EMLUR sobre os associados como citamos no capítulo anterior

(página 14), e pela fala de E catador do aterro. A falta de no mínimo um telefone na sede da associação fortifica ainda mais a condição de subordinação da associação à EMLUR. Não é permitido sequer que a voz dos associados seja ouvida, como confirmam os nossos pesquisados sobre as arbitrariedades cometidas contra os associados pela EMLUR:

Veio o dinheiro, aí o prefeito deu cinqüenta real pra gente toda semana, porque aqui tava quebrado, aí tava doando. Quando o dinheiro vei de Brasília num sei da onde, aí a EMLUR pegou o dinheiro num devolveu pra gente sendo que era pra gente, quando a gente foi fazer pergunta a eles, eles deu tudo brabo, comeu o dinheiro e ficou calado. Eu falo mermo. Eu queria até um repórter aqui porque ainda vou pra televisão, vou... (E catadora, N.C.S – Aterro Sanitário).

As doações são feitas vêm em nome da ASTRAMARE, mas só que tem que ser tudo repassado pela EMLUR, porque a gente não tem um meio de comunicação, a gente não tem um telefone, não tem nada. Não tem como a gente se comunicar com o pessoal que faz as doações, tá entendendo? Aí eles ligam pra EMLUR, pra alguém da ASTRAMARE ir lá pegar o material. (L catadora, N.C. S – Aterro Sanitário).

As associações não possuem dinheiro em caixa para viabilizar suas ações e garantir que suas condições de funcionamento não sejam tão precárias. Para que existisse um caixa, seria necessário um pagamento mensal de todos os membros associados ou doações. Uma vez que a renda dos catadores é insuficiente para fazer caixa, resta a segunda alternativa: doações. Contudo, estas não chegam ao seu destino, e, desse modo, os catadores ficam sempre na dependência do assistencialismo, tendo que se humilhar para obtê-lo. Os catadores não ignorariam como as doações deviam ser administradas, se o destino fosse realmente as associações. Vejamos o que diz H:

[...] só sei que são muitas doações. Parece que é faculdade, é exército, é num sei o que, é papel, papel branco, papelão, ferro, são muitas coisas, e no caso, juntando tudo, dá um dinheiro suficiente bem, sabe pra quê? Não pra gente, não, pra nós, pra ser dividido pelos associados não. Pra associação. No caso quando alguém tiver algum problema, a gente não ter que passar várias semanas com o ônibus mendigando lá na EMLUR pra ajeitar o ônibus da gente. É pra isso que são as doações. Quando o ônibus se quebra, a gente vem de alternativo pra cá, num carro, pagando quatro reais de alternativo pra vir. Trabalhamos aqui quando tá bom, quando a gente faz vinte reais a gente leva quinze, quer dizer, quinze não, menos de quinze, porque aqui, pra voltar. o pessoal não dá carona, não, a gente pega uma carona até somente a entrada do aterro lá embaixo, até a BR, porque o pessoal tem medo da polícia federal, aí a gente quando chega lá, tem que pagar o ônibus ou um alternativo de novo, e o dinheiro, quando a gente chega em casa, é somente para comprar de pão, e isso aí é nossa realidade. Aqui tem muitas e outras e outras coisas (H catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

Talvez houvesse alguma mudança na vida dos catadores se a associação tivesse autonomia pelo menos no que concerne as doações. Mas questionamos essa independência uma vez que seu vínculo com o Estado não permite, pois que entra gestão sai gestão e a prefeitura continua subordinando as associações e as gerindo de acordo com seus interesses.

Partimos da premissa de que os catadores associados não se reconhecem como tal porque não foram eles que decidiram pela sua organização e sim o Estado. Sendo assim é compreensível que algo que foi instituído de cima para baixo, verticalmente, não tenha viabilidade de subsistir sem o ajuda de quem o criou.

3.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO E VIDA DOS CATADORES ASSOCIADOS

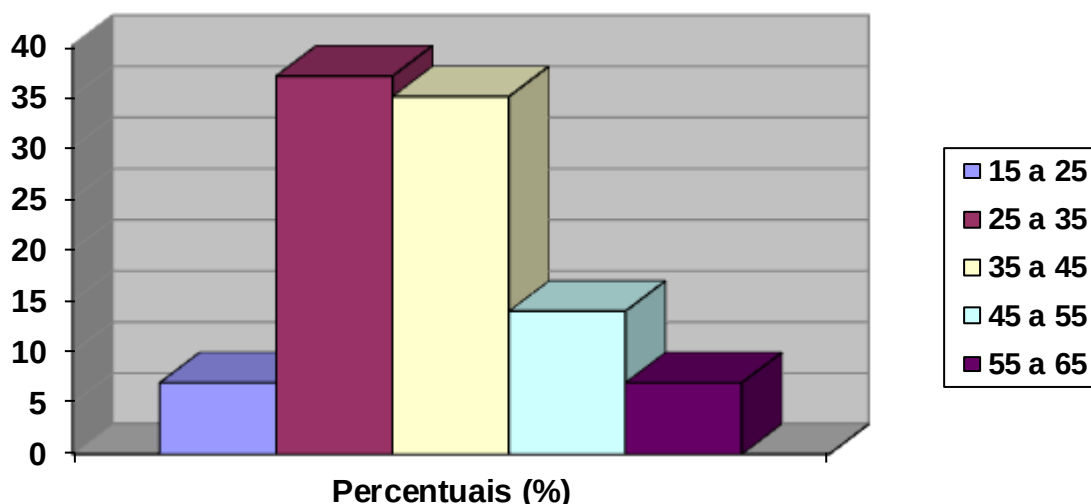
3.2.1 Quem são os catadores de resíduos recicláveis

O perfil socioeconômico dos nossos sujeitos é indicativo de como e por quem são compostas as associações de catadores da cidade de João Pessoa. Os catadores são indivíduos que, desde criança, já trabalhavam para complementar a renda da família trabalhando, junto aos seus genitores ou sozinhos, em atividades, como corte de cana de açúcar, lixão, agricultura, ou trabalho doméstico.

Como já dissemos, foram entrevistados 43 catadores, do total de 216, correspondente a uma amostra de 20% da composição de cada núcleo de coleta seletiva. Compuseram essa amostra sujeitos de diferentes regiões, idades e gêneros. Dentre esses, 60% são compostos pelo gênero masculino, por ser uma atividade que se realiza eminentemente na rua, exigindo na maioria das vezes força física para empilhar e empurrar os carrinhos. Dos cinco núcleos, mais o aterro sanitário, três (Bessa, Bairro dos Estados e Roger) não têm mulheres em seu grupo de trabalho. E no Acordo Verde existe a divisão sexual do trabalho: os homens fazem a rota na rua e às mulheres é destinado o ambiente privado do galpão para separarem os materiais e ensacarem.

Com relação à idade, o gráfico abaixo demonstra bem essa classificação:

Gráfico 1 – Distribuição percentual das faixas de idade dos entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor. Pesquisa de campo realizada em Fev/2010.

Sobre suas idades, como é ilustrativo no (gráfico – 1), 37% possui entre 25 a 35 anos, 35% entre 35 a 45 anos e 7% possuem entre 55 a 65 anos. Muitos idosos compõem o quadro de trabalhadores nos núcleos, crianças e adolescentes não são permitidos, segundo o estatuto da associação. No que se refere à escolaridade, os dados revelam o que acontece nos demais segmentos que desenvolvem trabalho precário: 58% chegaram no máximo à quarta série do ensino fundamental, seguidos de 30% que não são alfabetizados; dentre estes, a presidente da associação Acordo Verde. Apenas 2% relataram possuir o segundo grau completo. No que se diz respeito à naturalidade, os dados apresentam 51% dos catadores como naturais de cidades do interior ou circunvizinhas, seguidos de 49% dos catadores que são nascidos na cidade de João Pessoa. A principal cidade de origem desses catadores é Santa Rita (12%).

Os catadores, mesmo sendo de outras cidades, há muito tempo catam recicláveis no lixão, a grande maioria, desde criança, demonstrando a hereditariedade da miséria. 33% dos entrevistados já catam recicláveis de 20 a 25 anos; seguidos de 23% que catam de 15 a 20 anos. Se cruzarmos com as idades dos entrevistados, constatamos que muitos “nasceram e cresceram” dentro do Lixão do Roger. O que ocorreu com esses catadores ainda ocorre com muitas crianças nesta sociedade, que obriga as famílias a usarem a força de trabalho infantil para complementar a renda, sendo impedidos de estudar e de ter um desenvolvimento

físico e psicológico dignos de qualquer humano. A esse respeito o estudo de Mendes afirma:

A inserção da criança no mundo do trabalho, precocemente, é uma violência ao desenvolvimento educacional da mesma. Este é um problema histórico e que ainda hoje perdura na sociedade. O desemprego estrutural, o aumento do número de trabalhadores informais e o trabalho domiciliar contribuiu para que o trabalho infantil passasse a ser uma maneira das famílias complementarem a renda (2009, p.102).

Os demais entrevistados que estão há menos de 5 anos catando lixo (9%), são majoritariamente membros da associação Acordo Verde ou filhos de antigos catadores do Lixão, que substituíram a vaga de um dos parentes, uma vez que não se vincula à ASTRAMARE quem não tenha sido catador do antigo lixão do Roger.

Quanto ao número de filhos por família, os dados da pesquisa confirmam a estatística geral do Censo, 2010: caiu o número de filhos por família, e esse fator está intimamente relacionado com as condições de sobrevivência cada vez mais difíceis dos trabalhadores, as habitações menores, a renda menor e o tempo destinado ao trabalho cada vez maior. Esse conjunto de fatores vem provocando a diminuição do número de filhos: 47% dos entrevistados têm de 01 a 02 filhos, seguidos de 14% que tem de 02 a 03 filhos e 12% nenhum filho.

Quando perguntamos sobre vínculos empregatícios anteriores, 49% de nossos entrevistados dizem já ter sido trabalhadores formais. Destes, a maioria trabalhou como gari, e os demais 51% nunca tiveram um trabalho formal. Entre as atividades que mais desenvolveram antes de serem catadores, as mais citadas foram: puxador de agave, limpador de mato, pião de boiadeiro, encarregado, empilhador, estudante, doméstica, lavadeira, ajudante de bar, vendedora informal, agricultor, catador de lixão, servente de pedreiro, carregador de feira, dona de casa, cortadora de cana de açúcar, marchante. Uma parte significativa dos catadores é originário do campo.

Quando perguntamos o que os fez se tornarem catadores, 72% relataram que foi o desemprego, a necessidade e a falta de alternativa. Atrás destes vem 9% dos entrevistados que disseram não ter optado pela catação, pois desde criança trabalhavam no lixão com ou sem os pais.

A renda adquirida via catação nos núcleos de coleta seletiva, segundo a totalidade dos catadores, é menor do que no antigo lixão, onde, semanalmente, chegavam a adquirir de 200 a 500 reais. Nos núcleos, esses valores são bem menores, como aponta a tabela a seguir:

Tabela 2 - Renda adquirida através da catação (semanalmente)

Renda (reais R\$)	Número de entrevistados	Percentual
- de 50 R\$	09	21%
De 50 a 100 R\$	21	49%
De 100 a 150 R\$	08	18%
De 150 a 200 R\$	05	12%
Total	43	100%

Fonte: pesquisa de campo realizada em fev./2010.

A grande maioria dos entrevistados, o que corresponde a 49%, recebe por seu trabalho de 50 a 100 R\$ por semana, seguidos de 21% que recebem menos de 50 reais semanais. Esse valor mal garante a sobrevivência de uma única pessoa, menos ainda de uma família. A partir dessa realidade, 79% dos entrevistados declararam, obviamente, que a renda é insuficiente para suprir as necessidades mínimas. Por essa razão, 26% dos entrevistados trabalham de 10 a 20 horas diárias, para poder aumentar a sua renda, através de uma maior produção; 53% obedecem ao regime de emprego “proposto” pela EMLUR de 08 horas diárias, 14% de 05 a 06 horas por dia e 7% de 6 a 7 horas de trabalho por dia.

Esse regime permite que o trabalhador empregue sua força o mais intensamente possível para adquirir maior renda, fazendo com que ele explore a si mesmo para ampliar o lucro capitalista. Essa forma de trabalho é comum entre as atuais modalidades de exploração, pautadas no salário por peça. Neste, o salário é medido não pelo tempo, mas pelo resultado do trabalho: o produto, no caso do catador, os recicláveis coletados. No salário por peça, o trabalho se mede pela quantidade de produtos que se produziu num dado tempo.

A forma de salário por peça é mais adequada ao capitalismo contemporâneo porque desresponsabiliza o capitalista que obtém mais trabalho, melhor qualidade e a salários mais baixos. Para Marx:

Salário por peça é uma forma de salário mais adequada ao modo capitalista de produção. Embora não seja uma forma nova, pois figurava oficialmente, ao lado do salário por tempo, nos estatutos do trabalho ingleses e franceses

do séc. XIV, sua aplicação só adquire maior amplitude no período manufatureiro propriamente dito. Na fase juvenil e tempestuosa da grande indústria, notadamente de 1797 a 1815, serve de meio para prolongar a jornada de trabalho e para rebaixar os salários (1975, p.642).

O trabalhador (catador) nesse modelo de exploração é capaz de trabalhar incessantemente para aumentar sua renda. Considerando que o valor de cada quilo de material custa em torno de R\$ 0,50 (cinquenta centavos), sendo vendido a atravessadores, essa exploração ainda se mostra mais violenta.

Quando perguntados se pensam ou já pensaram em deixar de ser catadores, 91% dizem que sim e os demais, 9%, afirmaram que gostam do que fazem e/ou não têm mais idade para encontrar outro trabalho. Dentre os que responderam sim, apresentaram, dentre outras, as seguintes motivações:

“Eu acho que a EMLUR poderia nos contratar”;

“Já porque é pouco, eu gostaria de ter um emprego carteira assinada, porque se a gente se acidentar, morre de fome”;

“Isso aqui a gente depende da população, a gente não tem renda fixa”;

“Minha vontade é deixar de ser, porque a gente sofre muita discriminação”;

“É um trabalho muito cansativo no sol, quer dizer, todo trabalho cansa, mas este é demais”;

“Se Deus mostrasse um trabalho carteira assinada pra mim e pro meu marido”;

“Porque não tem futuro, a gente fica ali porque não tem saída”;

“Eu penso, mas eu não posso fazer nada. Se eu fosse mais nova”;

“Eu penso em arrumar outra coisa melhor, mas não tem jeito porque minha infância não tinha como estudar, só trabalhar”;

“Há muito estresse e há falta de material que nos faz pensar nas dívidas aí a gente se estressa”;

“Porque catador é bom, mas não tem benefício nenhum”;

“Já, mas as firmas só querem com o segundo grau completo”;

“Já, porque a gente vai passando a idade e não tem futuro nenhum”;

“Lá é manero, mas maltrata muito a gente. Quando é à noite começa às oito e vai até as seis da manhã”;

“Já pensei, por causa da carteira assinada. A gente precisa ter uma segurança, mas o povo diz que a gente é velho”;

“É bom a gente ter uma coisa melhor, porque, se cair doente, a gente se ferra”;

“As condições de lá não tem como me manter melhor”;

“Quem trabalha com carteira de trabalho assinada recebe todos os direitos”;

“Não pensaria se as condições de trabalho fossem boas”;

“O estresse faz a gente querer sair, mas no outro dia o estresse acaba e voltamos para a realidade e deixamos a ilusão. Eu sou meu patrão”;

“Se aparecesse outro serviço, eu trabalhava. Trabalhar fora é bom, porque tem carteira assinada, e aqui eu vou envelhecer e não me aposento”;

“Porque é uma forma de sobreviver, porque em outro lugar teríamos respeito e direito à educação”;

“Já, porque não dá pra viver, lá em casa são oito bocas, e tenho que me virar por fora”;

Essas falas demonstram que a atividade de catador não foi e não é uma escolha, como afirma o estudo de Mendes (2009). Trata-se, como em muitas outras atividades precárias, de uma imposição do Capital. Quando se retira do trabalhador a possibilidade de vender sua força de trabalho, só lhe resta adequar-se ao que se oferece, nesse caso, viver do que a sociedade rejeita, tornando-se catador de materiais recicláveis. É dessa atividade que sobrevive muitas famílias.

3.2.2 O trabalho dos catadores e suas dificuldades

O trabalho dos catadores nas associações e núcleos de coleta seletiva não se realiza de forma idêntica, pois cada núcleo tem coordenadores distintos, sendo a forma de trabalho diferenciada. No núcleo de triagem do aterro sanitário o trabalho é organizado pela presidência da ASTRAMARE e seus associados, sendo realizado em três turnos, dependendo de meios de produção e, principalmente, da força de trabalho dos catadores. Dependem do ônibus para a locomoção, da retro-escavadeira, das esteiras e da energia elétrica que compõem os meios de trabalho necessários para a catação dos resíduos recicláveis. Quando um desses não funciona algo que tem acontecido com frequência, os catadores não trabalham e obviamente, também não recebem, ficando em uma situação crítica.

A grande distância que o aterro tem da cidade¹⁵ dificulta muito o cotidiano de trabalho, pois a precariedade do transporte que faz a locomoção dos trabalhadores faz com que os horários de trabalho sejam alterados, diminuindo a produção diária de cada equipe, conforme se verifica nas falas dos catadores do aterro abaixo:

Quando eu chego aqui, eu vou logo pegar os meus material de trabalho, vou pro banheiro visto o fardamento e espero o horário de começar a trabalhar e começo a trabalhar. Tem um horário pra começar e de terminar, o horário que a gente deve trabalhar era de 07 horas, mas as **vez o ônibus da gente atrasa, defeito de mecânica, aí a gente tem dia que vem um pouco atrasado. Enquanto o ônibus não vem, eu fico pelas esteira trabalhando nos rabos das esteiras. As esteiras só começa a funcionar quando o ônibus chega, porque troca de turno. Enquanto o outro ônibus não chegar ninguém trabalha por que vem outra turma outro horário.** Quem passou a noite vai pra casa. Depois que a gente termina o expediente nas esteiras aí é a limpeza que é pra já entregar pra outra turma limpo, pra dar espaço pra outra turma quando chegar. (I catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

O pessoal chega aqui dez, onze horas da noite pra trabalhar a madrugada porque são os três turnos. Quando dá duas horas da manhã, se furou o pneu acabou ninguém trabalha mais, uma noite tá perdida. Se alguém tiver dinheiro pra retornar pra casa, tá bom, se não tiver, tem que dormir encima do lixo, tem que passar a noite ali em cima do lixo, e não tem do que reclamar, porque não tem condições...A gente não tem um carro aqui, ninguém tem um socorro, tá entendendo? **Não se tem um medicamento. Eu acho que pela maneira que nós trabalhamos, era pra ter pelo menos um socorro médico aqui. Já houve acidente. A gente tem que chegar ali, implorar ali pra o pessoal levar. Já aconteceu da pessoa se cortar. Muitas coisas já aconteceu, tá entendendo? Mas não tem um socorro aqui, não tem nada, nada, não tem nada, o que você imaginar aqui. Nós trabalhamos, é um serviço horrível, mas infelizmente nos dependemos daqui.** (L catadora, N.C.S – Aterro Sanitário).

No que concerne à estrutura física, sobretudo no Aterro, é problemática: constituída por um galpão de estrutura metálica e alvenaria, há um espaço que poderia ser utilizado como escritório, mas neste não existe nenhum material que possa permitir tal entendimento. Há apenas dois sanitários (feminino/masculino), não há vestiário nem armários para guardar os pertences pessoais dos trabalhadores. Estes os amontoam em qualquer lugar do galpão. A lei 8.666 de 2007 (lei de saneamento) determina que haja um Refeitório e que neste devem estar instalados pia, bebedouro, aquecedor de marmitta e/ou fogão. Esse espaço também deve ser

¹⁵ O acesso ao aterro sanitário metropolitano de João Pessoa dá-se pela BR-101, (após o Distrito Industrial de João Pessoa, na saída para Recife), desviando-se à direita logo após a ponte do Rio Mumbaba, por uma estrada terraplenada. A partir desta bifurcação, percorre-se aproximadamente dois quilômetros na direção sudoeste.

convertido em sala de reunião e treinamento quando não está em uso. A lei também prevê a distribuição de redes elétricas, de água e telefonia (BRASIL, 2008). Contudo, as leis na maioria das vezes, não são cumpridas.

Os galpões dos núcleos de coleta seletiva estão muito aquém do que estabelece a lei supracitada e as Normas para organização da coleta seletiva e dos galpões de triagem do governo federal (2008). Muitos núcleos de triagem funcionam em casa alugada, como demonstra abaixo a foto 1, onde a estrutura é minimamente estabelecida para dar apoio somente ao fiscal da EMLUR:



Fonte: Pesquisa de campo 2010. Foto 1-Núcleo de coleta seletiva Bairro dos Estados.

Mesmo se tratando de uma política para pobres, o projeto de coleta seletiva da cidade de João Pessoa não consegue sequer alcançá-lo, viabilizando condições mínimas de trabalho para os catadores. O depoimento de L é bastante rico em detalhes quando apresenta a realidade de seu trabalho no aterro:

Nós pegamos o ônibus lá no Roger, no antigo lixão, mais ou menos umas oito horas da manhã. Eu, no meu caso eu tenho que sair umas sete horas, que eu tenho muitos filhos, aí tenho que sair mais ou menos sete e meia, que eu tenho que deixar almoço feito pra eles, tudo pronto. A gente pega oito horas, nove horas. Tem dias da gente chegar dez horas do dia aqui, porque assim tem vez que o ônibus tá quebrado, tá faltando alguma coisa, tá sem gasolina e é assim, o cotidiano da gente é assim. Nós saímos de casa e ficamos na expectativa, porque a gente nunca sabe se vai trabalhar mesmo, porque as vezes **Luís, o presidente da associação, ele liga: fulano, aí tá tudo bem? A Ret tá boa? A gente trabalha assim,**

porque se eu for falar pra você assim, quando eu me levando de manhã e meu filho me pergunta: mainha, tu vai trabalhar? Vou, mas eu nem sei se vou trabalhar, a resposta que a gente tem que dá aos filhos da gente é isso, porque as vez a gente chega aqui, quando pensa que não, volta pra casa de novo, porque não tem trabalho, não tem Ret ou a esteira tá quebrada, que nem a esteira os meninos tava remendendo, nem sei se acabaram de remendar. Era pra você ter tirado uma foto ali, porque isso é só um perigo, em tempo de se machucarem ali. Se eles não fizerem isso, não trabalha. Eu falei lá na EMLUR pra Dr. Coriolano, ele falou: isso não existe! Existe, sim, que eu trabalho lá e eu vejo. Voltando o assunto... **Depois a gente toma café, que traz de casa, lá embaixo mesmo, a gente almoça lá embaixo, tudo no meio do lixo mesmo, do jeito que a gente trabalha lá a gente come, só lava a mão, aí vamo trabalhar. Tem dia que a gente vai trabalhar onze horas do dia, tem dia que a gente nem trabalha. O pneu tá furado, só vai trabalhar uma hora da tarde. É assim o cotidiano da gente, é assim. Aí vamo pra esteira, aí quando é meio dia em ponto, pode ter começado naquela hora, o operador recolhe a máquina e a gente fica sem trabalhar, aí ele só volta a trabalhar de uma hora e liga a esteira. Aí quando dá três horas, quatro horas desliga a esteira novamente, quer dizer quantas horas a gente trabalhou?** Se a gente começou onze horas do dia! Aí o horário é pouco demais. Nos trabalhamos pouco demais aqui, é por isso que eu falo: como é que lá na EMLUR se consta que a gente ganha mais de um salário mínimo por mês? Não tem condição. Depois que a gente para vai limpar o material, vai separar alumínio, vai separar os materiais que a gente chama de material miúdo, que é melissa, que é Carina, sandália, alumínio pro canto, vidro pro outro, amarra o saco e espera os comprador, pra comprar pra gente vender e ir pra casa. A maioria das pessoa vão pra casa, outras, não; tem pessoas que trabalham aqui que passa a semana aqui. Eu não sei como eles aguentam passar a semana aqui, eu não aguento, não (L catadora, N.C.S – Aterro Sanitário).

As máquinas que auxiliam no processo de trabalho têm que ser constantemente revisadas, pois quebram com muita frequência e, quando estas dão defeito, não há trabalho para os catadores. A retroescavadeira ou RET, como é chamada pelos catadores empurra o lixo para as rampas, sendo puxado pelos trabalhadores da “boca” das esteiras até o seu destino. Existem quatro bocas e quatro esteiras e cada esteira com um coordenador a cada turno, responsável por equipes entre seis a dez pessoas, realizando a separação dos recicláveis e colocando nas sacolas (*Bag's*) grandes, onde são depositados separadamente os materiais (papel, papelão, plástico, pet).

A organização do trabalho é uma simbiose de indústria pré-capitalista, *fordismo* e *toyotismo*, tudo junto. Há grupos de trabalho e, ao mesmo tempo, esteiras rolantes em tempo determinado, mas sem regulação. O trabalho é feito informalmente e é

pago por peça. A mercadoria resultante desse processo tem um valor baixíssimo e as condições de trabalho são totalmente insalubres. A iluminação e o cheiro são ruins e não há água. As pessoas são mal vestidas e calçadas, sujas e sujeitas a ferimentos, cortes ou qualquer outro tipo de infecção. Ficam à mercê da própria sorte e se alimentam até do que encontram no lixo, trabalhando dez, doze e até vinte quatro horas diárias, morando em meio ao lixo, no próprio aterro. Comprovemos essa realidade nestas falas dos sujeitos:

Aqui o carro chega a derrubar ai em cima da plataforma, ai já tem outra máquina que empurra pras esteira e nas esteira tem uma equipe, aí pronto. Pega de 8 e vai até 12 hora em pé direto trabalhando (risos). A realidade é essa, é vinte e quatro horas aqui! Atualmente agora tá trabalhando com doze, quatorzes pessoas, e essas pessoas não podem sair da esteira, se não o material passa, ele não pode passar. O primeiro turno pára de meio dia para o almoço, tem uma hora de descanso aí volta para o trabalho a 1 hora e vai até 3, quatro horas da tarde. **Só pára uma vez e só chega no seu horário. Agora tem uns aí que fica em outro horário, porque trabalha de dia aí pode ficar até o outro horário de outra turma, trabalha dois horário. Tem gente ainda que trabalha três horários, que vai até amanhã de manhã (H catador. N.C.S – Aterro Sanitário).**

Assim que chego visto a farda, vou ajeitar os bag's e fico na esteira oito horas. Depois eu limpo as comidas que eu acho e separo os materiais. Lá é comandado pelos balanceiro, **As vezes vão caminhão com substancia prejudiciais à saúde da gente, lixo hospitalar. A gente é como uns cachorro (V catadora, N.C.S – Aterro Sanitário).**

A presidência da ASTRAMARE não trabalha na triagem do material, fato que incomoda a alguns associados. Cada um desenvolve uma função administrativa dentro ou fora dos núcleos. Seus salários variam entre meio salario e um salario mínimo, que advém dos atravessadores. Luiz (presidente da ASTRAMARE) tem uma relação boa com os associados e lida diretamente com estes na resolução dos problemas; o secretário e tesoureiro os auxiliam nas demais questões, já que não existem finanças para administrar, a não ser a sua própria. O tesoureiro é, também, um dos atravessadores/compradores de material dentro do aterro, e as reuniões ocorrem na EMLUR, não havendo necessidade de secretário. As questões mais importantes são resolvidas pelo presidente e o vice. Vejamos como está dividido o trabalho da diretoria da ASTRAMARE, na fala do vice-presidente:

Na realidade, pessoalmente nós dividimos as tarefas o seguinte! Luís, que é o presidente da associação ele mais interno, porque ele tem vários contatos com o pessoal aqui para ajeitar a esteira, ele

administra a parte da produção e eu, como vice-presidente, fiquei mais encarregado até pelo seguinte: eles acharam que pelo meu nível de escolaridade ser um pouco maior e até cultura mesmo, eles acharam melhor eu fazer esses contatos externos a parte administrativa e burocrática comigo, e como também não tem pessoas qualificadas para dirigir o caminhão, eu faço isso aí também, me desdobro. O início de meu dia é fazer a campanha com os contatos que já pré-agendados. Hoje mesmo eu tenho um contato com a engenharia, contato como o pessoal, se eu não me engano é a COABE, tenho vários contatos pra fazer exatamente por intermédio da associação, aí fico... Nas folgas que tenho, vou resolver os problemas da agenda e depois vou fazer a campanha. Eu acordo cinco, que é pra fazer a campanha, que é pra dar tempo tá de nove horas. Eu termino de fazer a campanha de onze horas da noite, todo o santo dia eu tenho que estar de sete horas da noite no shopping Tambia pra pegar o material reciclável lá. Nove, dez onze horas descarrego pra ir embora dormir (M vice presidente - ASTRAMARE).

O processo de trabalho no Aterro Sanitário se realiza majoritariamente de forma coletiva nas esteiras, e tudo que é vendido se divide igualmente. Mas, como falamos anteriormente, cada núcleo tem sua forma de trabalho e nos núcleos do Bessa e Cabo Branco o trabalho e a venda do material coletado são feitos individualmente. Segundo os catadores, é uma forma mais justa, pois já houve casos no trabalho em que muitos atestavam recorrentemente estarem doente, a semana toda, e ainda assim recebiam, como se fosse parte do trabalho coletivo. Para realizar o trabalho individual, é mapeado o bairro por inteiro e cada associado fica com um número de ruas para cobrir ou para fazer a “rota”, como chamam. Nesse sentido, apresentamos o processo de trabalho de dois catadores, um do núcleo Cabo Branco e outro do Bessa:

Aqui cada um trabalha por si, separa seu material e ele mesmo vende seu material. Tem gente que chega mais cedo que sete, tem gente que chega mais tarde. O horário é você que faz, só não pode deixar o serviço atrasar. Mas aqui, a maioria aqui, a gente chega mais cedo que o horário que antigamente era às 7 e meia. **Agora tem gente que chega às seis às sete, chega muito mais antes que o horário, pra trabalhar mais. Ai pega de manhã, vai pros trecho, cobre os trecho pela parte da manhã, volta, se quiser sair de novo, sai de tarde, tem que fazer outro trecho novamente, de novo, só que em ruas separadas, porque tem os trecho da manhã e tem os da tarde. Cinco horas, se quiser ir embora, pode ir, porque antigamente o horário era quatro e meia que agente largava agora não, agora tem gente que larga às seis.** (H catador, N.C.S - Cabo Branco).

Bem, como é o processo de trabalho, aqui a gente chega, a gente tem a carga horária que começa às oito horas, não pode começar depois das oito; pode começar mais cedo, se chegar cinco horas da manhã.

Chegamos às oito horas, pegamos os carrinhos, vamos para as ruas catamos os lixo, trazemos para dentro dom depósito, fazemos a triagem ou a separação na baía e cada baía tem seu material, plástico, papelão, lata, vidro... alumínios, metais, ferro. Todos têm suas baías. A gente faz a triagem e separa tudo individualmente, porque a gente viu que para fazer um trabalho em conjunto tem que ter um subsídio e apoio financeiro, para que a gente possa fazer nossa organização de pessoas que trabalhem iguais as outras. Se não existir isso, não tem como, porque cada um vai fazer do jeito que acha melhor, aí fica diferente... A gente já tentou em conjunto, mas não deu certo. Aí estamos tentando da forma individual, que está muito bom. As pessoas estão se esforçando mais a trabalhar. Eu trabalho mais até. Aqueles que têm consciência que precisam que suas famílias precisam trabalham, mais; aqueles que não têm consciência ficam por ali. Depois que ta tudo separado, bota na prensa compacta tudinho, amarra, deixa os fardos feitos e depois quando é no sábado, vem um comprador aqui, para comprar todo o material, toda a semana para não ter acúmulo, porque o lixo, sabe como é? A gente tem que guardar dinheiro e a gente não consegue, a gente vai guardar lixo? Não tem nem como! (K catador, N.C.S - Bessa).

No Núcleo e associação Acordo Verde, o trabalho foi organizado pela prefeitura. Os associados apenas se adequaram às normas estabelecidas, quanto a horários, rotas e como abordar os moradores que fazem parte do “acordo”, bem como foram orientados a se dividir em grupos de trabalho e no final dividir a venda igualmente entre os grupos. Nesse núcleo, como já foi dito, existe a divisão sexual do trabalho: os homens fazem as rotas e as mulheres fazem a triagem do material no galpão. Vejamos a foto de um catador da ASTRAMARE abaixo, cumprindo sua rota recolhendo materiais nos domicílios:



Fonte: Pesquisa de Campo, 2010. Foto 2 - Coleta de recicláveis a domicílio por catador da ASTRAMARE, núcleo bairro dos Estados.

Nesse processo, de trabalho eles saem com seu fardamento verde, com a insígnia de *Agente Ambiental*, indicativo de um avanço: deixou de ser catador ao pactuar com a prefeitura. Os catadores dos núcleos da cidade recebem botas, fardas, luvas e carrinhos; passam de casa em casa, na rota correspondente, e deixam uma sacolinha verde, recebendo outra já com o material separado: plástico e papel. Todas as associações recebem esse fardamento, doado pela prefeitura. No entanto, à Acordo Verde é direcionado maior zelo, pelo fato de os associados da ASTRAMARE serem resistentes às normas da gestão atual da prefeitura, segundo relatou a coordenadora do departamento de Educação Ambiental da EMLUR. Nesta fala podemos verificar o modo particular de trabalho da Acordo Verde:

Chego, visto a saia e vou catar, separar, e os home vão pra rota. O processo é esse. Se for preciso e num tiver home no grupo da gente, aí a gente tem que ir também porque a rota não pode ficar sem fazer, não. **Os home vão pra rota e a mulher fica na separação. No início, quando iniciou, não era assim, não; como não tinha gente suficiente, nem era como é agora, a gente tinha que ir pra rota de todo jeito** (R catadora, N.C.S - Acordo Verde).

Desenvolvendo seu trabalho em condições precárias na rua, no aterro sob associação ou não, os catadores tem a função social de manter mesmo na informalidade a ampliação do lucro capitalista através da coleta de materiais recicláveis, matéria prima barata, componente principal de outras mercadorias que retornarão ao mercado com um valor que raras vezes poderá ser consumido pelo catador.

Para realizar o seu trabalho, os catadores enfrentam muitas dificuldades, desde transporte, renda, até acesso à água, principalmente os do Aterro Sanitário, que em todos os momentos demonstram sua revolta pelas condições de trabalho desumanas a que são submetidos.

A renda dos catadores impede até o uso de um transporte para chegar ao trabalho. Essa questão adquire maior proporção quando nos reportamos ao Aterro Sanitário, que se localiza a 19 km do centro comercial do município de João Pessoa, distância que só pode ser percorrida por ônibus. Este é “concedido” pela prefeitura, mas se encontra em péssimas condições de uso e manutenção, sendo constantes

quebras e falhas que impossibilitam a produção, podendo ocasionar até acidentes, portanto, pondo em risco a vida dos trabalhadores.

Quanto aos demais núcleos, estes têm em comum reclamar dos baixos rendimentos e da ausência de ajuda de custo e alimentação, pois, como majoritariamente os núcleos de coleta seletiva da ASTRAMARE se compõem por moradores do bairro do Roger, não é possível para estes se deslocarem para casa mais de duas vezes. Como tinham acesso ao almoço na outra gestão da prefeitura, os associados consideram esse corte como uma perda e/ou retrocesso. Vejamos o que os catadores falam sobre suas dificuldades, principalmente a ausência de uma ajuda na alimentação:

[...] nós fomos lá, pedimos pra ele [superintendente da EMLUR] tudo. Já conversamos com eles tudo, pra ver se voltava nosso almoço, porque a gente tendo o almoço aqui, a gente fica mais à vontade, não importava a hora... A gente tinha a hora do almoço, então podia ficar até mais tarde 18h. Mas a gente entremo em contato com eles, falamos com eles e eles falaram que não tinham condições (J catador, N.C.S – Bessa).

Verificamos nas entrevistas que os associados da Acordo Verde recebem alimentação nos núcleos, desde a sua constituição, fato que ainda provoca mais rivalidade entre as associações.

A gente recebe quentinha, mas cesta básica e um valor pra complementar a renda, não. (R catadora, N.C. S – Acordo Verde).

Entre as dificuldades, as mais citadas foram: a falta de ajuda na alimentação, a precariedade dos transportes, a desarticulação e desunião dos próprios associados, os problemas estruturais e administrativos, que provocam o esmorecimento de uns e contestação de outros. Vejamos o que dizem de suas dificuldades no exercício do seu trabalho os entrevistados S e M:

[...] já faz mais de dois anos que a gente nunca trabalhou uma semana completa trabalha dois dias quebra trator, é falta energia, as esteiras quebra; a minha esteira mesmo tá parada, foi compra a peça em Santa Rita. A peça da esteira da gente a gente mesmo que vai botar, nós que abrimo. Isso num era obrigação da EMLUR fazer? A gente que fez, abrimo uma caixa deste tamanho verde, abrimo e tiremo a peça e o presidente foi comprar em Santa Rita a peça (S catador, N.C.S – Aterro Sanitário)

Há é tantas. [dificuldades], minha filha... Você pode contar aí. Olhe, **tem dia que lá nem água nem para beber. Falta água, tem vez que lá falta energia. Num sei qual o problema por que isso aí cabe aos coordenador que tá lá, porque eu digo: Luiz, Luiz vai lá, mas ele tem que correr também fora, porque acontece, Oi, é trator quebrado, é esteira quebrada**, isso aí tem que ele e seu Mano atrás das peças pra resolver, né? Enquanto isso, tem os coordenador lá. Eu num sei nem dizer se um vice presidente que fica lá só observando as coisas qual é a dele. Se tem um coordenador, eu vou saber ali porque faltou energia, mas não fica tudo acomodado, porque já teve dia de eu chegar lá de manhã pra trabalhar, eu saí de lá de seis horas da noite e num chegou energia, num ganhei nada, nem pra comer. **É falta de energia, é falta de água, é trator se quebrando, é muita coisa ali** (M catadora, N.C. S - Aterro Sanitário).

Os catadores reconhecem a insalubridade e o risco que correm em muitos procedimentos no seu trabalho, bem como não têm ilusões quanto ao apoio do Estado, pois várias reivindicações foram feitas, e não foram ouvidos. Eles temem se acidentarem e não ter como serem amparados. Esse temor é revelado nas falas abaixo:

Rapaz, **eu sei que lá é muito perigoso, que a gente trabalha mais em cima com o trator. A gente tá precisando também é de um ônibus, o ônibus está se quebrando direto**. Aí quando o ônibus se quebra, a gente se quiser ir trabalhar tem que pagar, alugar um alternativo (J catador, N.C.S - Aterro Sanitário).

[...] **num sei se você foi lá e viu as condições do ônibus que tá arriscado o pessoal ir e num voltar mais, porque ali num tem condições de carregar mais gente, não, porque eu acho que a polícia rodoviária já devia ter feito isso e ter parado aquele ônibus que ali num tem condições** de transporte de passageiro, não. É arriscado um carro daquele. No começo botaram um ônibus novo alugado e virou com a gente a gente num morreu porque pulou pela janela, e agora uma sucata daquela carregando [...] (A, catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

São reconhecidas pelos catadores as inúmeras dificuldades que os cercam, contudo a maioria atribui maior parte de seus problemas a ausência de apoio da atual gestão da prefeitura, afirmando em muitas de suas falas que se fosse garantido um vínculo formal, suas realidades melhorariam. A fala do gestor anterior da EMLUR, e da coordenadora do departamento de Educação Ambiental confirma a indisponibilidade da prefeitura em empreender tal propósito.

3.2.3 O catador e os direitos sociais do trabalho

Os direitos trabalhistas para os catadores estão bem distantes da realidade do catador, pois para eles é bastante claro que apenas tem acesso a esses direitos quem paga a previdência, e com a renda que tem na associação, isso é inviável, a não ser que encontre um trabalho formal, o que eles declaram ser difícil, sobretudo para os mais velhos. Aliás, a idade é um fator de medo para os associados. Eles entendem que a idade reduz as possibilidades, principalmente para aqueles em que a insalubridade já causou degeneração física, o tempo corre contra este trabalhador. Por essa razão, a presidência da associação vem reivindicando à EMLUR alguma segurança para o futuro dos trabalhadores idosos da ASTRAMARE. Nesse sentido, o nosso entrevistado propõe formas de inserir os catadores mais idosos em ações que garantam uma tranquilidade quando inativos:

[...] uma das coisas de minhas preocupações, já conversei com Coriolano, porque eu tenho a maior preocupação do mundo com os idosos daqui de dentro. Não sei se você já observou: tem pessoas aí que não tão na idade de se aposentar, uns tão com 62, outros com 58 anos, 60 anos, mas as condições físicas deles são realmente deplorável. Esse pessoal tem que trabalhar oito, dez horas em pé, na esteira foi cedido que eu até sugeri pra gente buscar apoio. O que eu queria? Eu queria criar o núcleo dos idosos. E o que seria? É pegar todas essas doações federais e levar pra um núcleo os materiais já pré- selecionados pra esses idosos só triar e vender, pra eles ter uma vida melhor, entendeu? Infelizmente eu já bati muito com o superintendente da EMLUR em todo canto que eu vô, e não consigo (M catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

Segundo o vice-presidente – que realça a função socioambiental da reciclagem –, os trabalhadores que a desenvolvem deveriam ser reconhecidos pelos poderes públicos, como são os agricultores, que mesmo sem pagarem diretamente a previdência, têm direito a uma aposentadoria. Sendo o catador responsável por um meio ambiente mais “saudável e protegido”, é justo que tenha algum direito, dessa forma, o movimento nacional dos catadores deveria se articular para garantir uma aposentadoria também para eles. Afirma o entrevistado em sua fala:

Bem, o que eu disse foi que é considerado de grande valor pra sociedade: o agricultor, porque tudo depende do alimento, o pescador, porque pesca, Eu acho que o catador de lixo, ele dá uma contribuição absurda pras prefeituras, pra sociedade, pro meio ambiente, pra o social, entendeu? Então por que não lutar pelos mesmos direitos que têm? Por que o direito, quer dizer do agricultor, ele foi cedido, foi retirado da parte da sociedade pra eles sem contribuição, entendeu? Eu até sou contra a ter acesso a benefício social sem contribuir, entendeu? Temos que ter uma contribuição justa, que caiba no bolso das pessoas. O pescador e um agricultor, ele tem direito a uma

assistência legalizada pela previdência, ele tem direito a seguro desemprego, a auxílio maternidade, a seguro acidente, quer dizer, eu considero o catador de lixo na mesma linha, apesar de ter os mesmo direitos, porque já imaginou se todos os catadores do Brasil resolvessem fazer uma greve de quinze dias. Qual prefeitura daria conta de recolher o lixo da grande São Paulo ou daqui mesmo de João Pessoa? O valor seria tão grande que as prefeituras não dariam conta, porque o material que é reciclável é um material muito volumoso (M catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

Assim como com qualquer trabalhador, o catador teme o futuro, pois não sabe o que lhe reserva. O acometimento por uma doença pode fazê-lo parar durante dias, e ele só tem renda se trabalhar. Como apontamos no início deste capítulo, o associado não tem condições de pagar uma cota, de modo a criar um fundo de reserva para atendimento aos próprios associados. Quem adoece fica na penúria, dependendo dos familiares para se recuperar. Essa realidade é reconhecida e temida pelos associados em suas falas. Vejamos o que relata E:

Ah! minha fia, quando a gente sair daqui, a gente não vai ter direito a nada, nem carteira assinada, nem nada, porque tudo pra gente ter direito agora tem que lutar e tem que tudo ser assinado, e a gente vai assinar o que aqui? (E, catadora, N.C.S – Aterro Sanitário).

Se a gente se acidentar lá, tem que arrumar uma bacia e ir lá pro mercado central. Lá num tem seguro de nada não. Quando se vai reunir pra tirar um real de cada um pra dá, a um doente lá Ave Maria, é arriscado até o Galpão cair, fala logo aqueles nomes. Já morreu foi gente lá de fome... Eu adoeci em casa e num tinha direito a nem um comprimido. (A, catadora, N.C.S Aterro Sanitário).

A maioria dos catadores não é alfabetizada ou tem apenas o ensino fundamental. Em muitos momentos tiveram o interesse de cursar o ensino de jovens e adultos. Chegaram a organizar algumas turmas já que foi proposta, no acordo entre ASTRAMARE/EMLUR, a formação educacional de jovens e adultos. No entanto, os associados mal iniciaram, perceberam que não poderiam continuar, pois a carga horária implicava perda de tempo na cata de reciclagens.

A política educacional voltada para o segmento dos catadores é falha e inviabiliza o acesso dos catadores, devido, entre muitas questões, ao trabalho excessivo e cansativo e ao horário determinado para as aulas. Nesse sentido, observemos:

Até que o ano passado a gente queria voltar a estudar. Fomos lá pra reunião lá, mas disseram que não tinha condições, pelo menos nesse núcleo aqui, que eles queriam fazer uma turma dos núcleos, mas não

tinha a quantidade de pessoas ideal pra fazer uma turma, então não deu. Então a gente queria fazer uma turma num horário que desse e combinasse com o horário nosso aqui, porque a gente ia pra lá pra EMLUR, então seria o horário de 17 as 18/19 horas. Então não tinha quantidade de gente para fazer aquela turma naquele horário, aí não deu pra gente (J catador, N.C.S - Bessa).

Outra questão apontada pelos associados é que quando ocorrem decisões sobre projetos e programas voltados para os catadores, estes são verticalizados, nunca demandados pelos próprios associados, como, por exemplo, cursos profissionalizantes de corte e costura, pintor de parede etc., para o entrevistado, cursos ultrapassados. Na realidade, o que ele aponta é o que está na origem das políticas sociais, contenção da miséria com projetos assistencialistas e pobres. Muito lucidamente o sujeito K apresenta a sua visão dessas ações do Estado:

Isso já era pra tá acontecendo, inclusive o poder municipal já organizou vários projetos de alguém para fazer o trabalho de conscientização trabalho a nível profissional para dar aulas técnicas, mas só que foi feito de uma forma que não agradou a população, os associados, porque é o seguinte: veja bem, são trabalhos profissionalizantes para os associados, mas pintor de parede, costureira, esse tipo de coisa que já era pra ter abolido há muito tempo, porque hoje todo mundo sabe pintar uma parede. Quer dizer, esse tipo de trabalho eu acho que não deveria ser considerado como profissionalizante por que visa mais o ontem do que o amanhã. Os cursos profissionalizantes oferecidos deveriam pensar no amanhã, como computação, eletrônica, design, eletricista. Esses cursos deveriam ser oferecidos para que se precisasse de alguém a gente não ter que precisar chamar alguém de fora para consertar alguma coisa: como eletricista, borracheiro, encanador. (K catador, N.C.S - Bessa).

Desenvolver políticas sociais poderia viabilizar uma mudança de vida para os catadores. Qualificação para exercer outras atividades talvez não seja o interesse do Estado. Tampouco qualificação é garantia de emprego. Por outro lado, ficamos em dúvida se é possível encontrar trabalhadores que se submetam a condições tão desumanas nos núcleos de coleta seletiva, mesmo diante de um quadro de crise constante e de desemprego estrutural. Não parece fácil compor os novos núcleos da Acordo Verde, é o que comprova a realidade atual enfrentada pela EMLUR.

Como já anteriormente reiteramos, os catadores da ASTRAMARE são originados do antigo lixão do Roger, e a Acordo Verde é formada por catadores de rua e/ou desempregados. Teriam essas associações proporcionado alguma mudança efetiva às vidas dos catadores?

3.3. OS CATADORES E SUA SUPOSTA AUTONOMIA

Chama a atenção a existência numa mesma instituição – a prefeitura – entendimentos diferentes acerca de uma mesma política e projetos que por ela são realizados. Em conversa informal com a coordenadora do Departamento de Educação Ambiental, a mesma, ao contrário do então superintendente de alguns meses passados, ofereceu informações completamente diferentes. Fica uma interrogação: é ignorância sobre os núcleos de coleta seletiva ou estratégia de escamoteamento da realidade? A primeira nos revelou que desde a inauguração todos os núcleos de coleta seletiva vendem seus materiais diretamente às indústrias, o que não é verdade, pois atestamos em todos os núcleos pesquisados que os materiais são vendidos a atravessadores. Aliás, aí está a diferença: o próprio superintendente confirmou isso em entrevista, como mencionamos no capítulo anterior. O que faz uma coordenadora afirmar tão peremptoriamente um equívoco dessa monta? Interesse em passar uma imagem grandiloquente da Coleta Seletiva e da EMLUR? Nesse sentido, a fala de um entrevistado desfaz quaisquer equívocos:

Hoje a gente tá vendendo a atravessadores, e é justamente aí. A nossa diretoria não trabalha ainda e não tem permitido que nós possamos estar vendendo às fábricas, as indústrias, porque quinze mil toneladas saindo só daqui por mês, somando com os outros núcleos, dava umas cem toneladas por mês. É difícil, é difícil explicar por que não saímos dos atravessadores, porque tem o problema das fábricas; elas preferem comprar a um atravessador de que a um núcleo que bote 15 toneladas por mês, ela prefere comprar quinze toneladas de um atravessador: Ela prefere comprar quinze toneladas por dia, ou vinte ou quarenta toneladas por dia, porque é melhor do que comprar por mês! **Tem uma variação. Também nosso país é rico, rico em águas, em bens, pedras preciosas, rico em ladrões pela sujeirada que tem aí no ministério, ladrão com força, mas porque são engravatados, não podem ser chamados de ladrão, então nós somos ricos nisso aí também, na safadeza também, e você sabe que isso aí é em todos os setores de trabalho não é só no ministério do planalto não! É em todo setor de trabalho, Se é motorista, tem motorista recebendo propina; é reciclagem, tem gente recebendo propina. Então esse tipo de coisa que não foi erradicado no Brasil é que prejudica todo o sistema de trabalho da ASTRAMARE, não só dela, mas de todas as associações que tem pelo Brasil.** Eu tenho um atravessador que eu vendo o material a ele e ele já passa a outro atravessador que esse atravessador já revende pra fábrica, **mas aí o que é que ele faz? Para ele vender para fábrica ele dá um troco para o responsável para receber o material, e se ele recebe o material do atravessador e recebe aquele dinheiro, ele não vai querer receber um material de uma associação que não dá nada, tem esse porem também.** A gente procura mudar de atravessador porque há uma variação de preço. Se ele for se adequando aos valores, a gente não vai mudar não, mas se os valores forem mudando

e ele ficar no mesmo, a gente procura outros compradores (K catador, N.C.S – Bessa).

Os núcleos também vendem a atravessadores distintos, e até no mesmo núcleo há compradores diversos, pois cada catador escolhe a quem vender, diferentemente do Aterro, onde há um acordo entre dois compradores e a presidência da ASTARAMRE. Apenas esses dois compram os materiais. Os associados entendem o quanto o atravessador lucra em cima de seu trabalho, mas diante da realidade em que vivem, sentem-se impotentes para reverter esse quadro. Vejamos o que relata a catadora L a respeito dos atravessadores que compram no aterro:

Um é Heraclito [atravessador] e o outro é Edgard. que ele é o dono do depósito no Roger. Antigamente quem trabalhava com a gente era Renato; era um atravessador, só que ele manipulava todo mundo aqui, mandava e desmandava, mas o pessoal abriu os olhos e jogaram ele pra fora. **O quilo é de quarenta a trinta centavos, com certeza deve ser o dobro que o atravessador vende porque se ele compra a quarenta centavos aqui, jamais ele vai vender a quarenta centavos lá fora, né isso? Que ele vende de tonelada, porque constava na EMLUR também que as toneladas que eram pesadas ali também eram nossas** (L catadora, N.C.S – Aterro Sanitário).

Comprovamos nessa fala o que nos oferece a teoria: o salário por peça dos catadores, transação que dá lugar à intermediação do atravessador, que está entre o catador e a indústria. Isso sem contar com o papel do Estado, que também está entre o trabalho e o capital, como guardião da ordem. Devido a vários aspectos já elencados, a associação não consegue vender à indústria, pela dificuldade em acumular materiais, pois não conseguem esperar um mês para receber por seu trabalho, tempo estipulado pela indústria, e os atravessadores pagam todos os dias, assim que recolhem os materiais, mesmo sendo um valor bem abaixo do mercado. Marx (1975), nesse sentido, apresenta a função do atravessador na comercialização das mercadorias num sistema de salário por peça:

[...] o salário por peça facilita que, entre o capitalista e o trabalhador assalariado, se insiram parasitas que subalugam o trabalho. O ganho dos intermediários decorre da diferença entre o preço do trabalho que o capitalista paga e a parte desse preço que eles entregam ao trabalhador (Idem, p.640).

O estudo de Mendes (2010) confirma a realidade em comum com os núcleos de João Pessoa. A existência de sucateiros ou atravessadores no processo de comercialização dos recicláveis oferece vantagem a estes e à indústria, fato que se pauta na dificuldade de os catadores venderem seus materiais às indústrias, pois estas comprem material por tipo e em grande quantidade, inviabilizando a comercialização entre catadores e indústria, primeiro porque os catadores não possuem espaço de acomodação dos materiais e segundo por não estarem habilitados a realizar tal negociação. Entretanto, isso não quer dizer que sejam incapazes de aprender. Se, de fato, a Prefeitura se preocupa com eles, por que não os ensina? Por que não os ajudam a superar esse limite?

O fato de um dos compradores do aterro ser um associado e tesoureiro da presidência causa desconforto aos catadores, uma vez que sua condição de representante da associação lhe permite tirar proveito dos associados. Vejamos o que diz J a respeito da relação associado/atravessador (secretário).

Edgard e a Heraclito, os **sócio mesmo é quem compra, agora tem um que num é sócio, não, mas ele compra também. Dois atravessador, esse sócio que compra, ele quer pagar com dois, três dias, paga no apuro. Vamu supor: compra na segunda, aí paga na quarta, quinta, o** Edgard paga na hora mais esse outro só com três dias, a nossa esteira vende pra o Eracli. (J catadora, N.C.S – Aterro Sanitário).

Também existe a desconfiança na relação catador/atravessador. Os primeiros sentem-se lesados nas vendas; acreditam que haja irregularidade no peso dos materiais. Daí questionarem como, ao mesmo tempo, um membro do corpo representativo da associação que deveria fiscalizar e apoiar os catadores em suas vendas acaba sendo um dos compradores, podendo praticar irregularidades contra os associados. Observemos a fala de E em relação às irregularidades na hora da pesagem e pagamento dos materiais:

[...] acompanho a pesagem, mas ainda ele rouba. A caneta dele é triste, o peso dá um total e ele bota outro. **Percebo tudo, mas de todo jeito é roubado na pesada. Fazer o que? Todo mundo aqui tá cansado de brigar aqui, e ele faz o mesmo, todo dia faz o mesmo** (E catadora, N.C.S – Aterro Sanitário).

Até que ponto a associação consegue representar seus associados sendo paga pelos atravessadores e organizada pela prefeitura? Percebemos que há várias

fragilidades na constituição da ASTRAMARE, ao ter seus presidentes pagos pelos atravessadores os trabalhadores perdem a capacidade reivindicativa, fiscalizadora e contestadora diante de arbitrariedades cometidas pelos atravessadores. Se antes os associados sofreram a tirania de um presidente e comprador, agora sofrem uma exploração velada pela cooptação da presidência. Os associados sentem incômodo ao falar do salário pago à presidência pelos atravessadores. Vejamos o que diz A:

Agora uma coisa que eu digo a você que eu num concordo e nunca vou concordar é o negócio que o comprador tem que comprar e pagar. Se o dinheiro que ele pagasse pra comprar fosse dividido entre o pessoal do horário, vamo supor, você vende a Eracli e a outra esteira vende a Edgard, se aquele dinheiro que foi pago por semana daqueles dois comprador fosse dividido entre o pessoal, tudo bem, aí era um acordo justo, mas só que não é isso, é dividido esse dinheiro entre a secretária completa. O comprador compra a mercadoria à gente e ainda tem que pagar por fora a secretaria como se fosse um aluguel. **Num sei por que num tem organização. porque eu acho que não deveria ser assim, porque você num tá fazendo já um favor à associação de comprar o material reciclável, como é que você tem que pagar ainda mais por fora? Tinha jeito essa associação, porque a EMLUR num faz, parte de um jeito ou de outro, então a EMLUR deveria pagar a secretario e a presidente, o salário sair da EMLUR. Eles tomavam conta da associação, mas o salário de presidente, secretário, da diretoria da associação quem devia pagar era a EMLUR** (A catador, N.C. S – Aterro Sanitário).

Depois de termos entendido que a comercialização dos recicláveis nos núcleos de coleta seletiva se dá via atravessadores. Apresentaremos como nas associações as vendas e a partilha destes valores são realizadas.

3.3.1 Comercialização e venda dos materiais recicláveis

Os recicláveis são vendidos aos atravessadores pelos próprios catadores. No núcleo de coleta seletiva do Bessa, Bairro dos Estados, e Cabo Branco a venda é feita diretamente ao atravessador escolhido. Há casos de serem vários atravessadores comprando num mesmo núcleo. No núcleo Bessa, existe a liberdade de que cada um venda a quem quiser, é um trabalho individualizado, cada associado separa o seu material e vende para si.

Já no aterro sanitário e na associação e núcleo da Acordo Verde o processo se desenvolve distintamente, o catador trabalha em grupo e vende, excetuando alguns casos, o material que será dividido igualmente pelo grupo. No caso específico do aterro, é indicado um representante de cada grupo de trabalho para se responsabilizar pela pesagem, venda e divisão do dinheiro, que é feita de acordo

com a função de cada associado. Os trabalhadores da “boca” da esteira recebem cinco reais a mais por ser considerado um trabalho mais exaustivo. Vejamos o que revelam as entrevistadas sobre a comercialização dos materiais e sua forma de comercialização, fiscalização e distribuição dos valores:

No caso, são os coordenadores das esteiras [que se responsabilizam pela venda], porque é assim em cada esteira: tem uma pessoa que é como se fosse um coordenador, mas na minha opinião é só ficha, não tem coordenador de nada, porque eu não vejo nem uma criança, todo mundo sabe o que faz. Aí aquele coordenador pega aquele dinheiro e repassa pra pessoa. No meu caso não, porque na esteira que eu trabalho são individuais; na esteira que eu trabalho é assim: nós temos, sim, um coordenador, mas só pra dizer que tem um. Fazemos assim: um dia eu pego no dinheiro, outro dia é o outro, é assim cada dia uma pessoa pega no dinheiro, pra não dá problema, tá entendendo? São três turnos e variados os coordenadores aí você vê, que na minha opinião não precisaria, são quatro esteiras quatro coordenadores, e uma pessoa só tendo cabeça dá para coordenar as quatro esteira num horário só. O coordenador da esteira também tem que trabalhar; se não trabalhar, ele não ganha não! (L catadora, N.C.S – Aterro Sanitário).

É dividido igualmente [os ganhos]. O povo da EMLUR e da ASTRAMARE proíbe outros compradores. Antes, com Renato, a gente morria de trabalhar e não tinha dinheiro a maracutaia era grande, e a gente temia denunciar, porque podia até morrer. (J catadora, N.C. S – Aterro Sanitário).

Depois de vivenciar uma série de questões relacionadas à ASTRAMARE e sua influência sobre as decisões de gestão e comercializações de materiais recicláveis pelos atravessadores, os catadores passaram a observar com mais atenção a pesagem dos materiais e seu pagamento. No entanto, mesmo observando e confirmando uma irregularidade, não se sentem encorajados a protestar, talvez pela previsão de que não encontrariam o respaldo da presidência, pois, como já dissemos, o próprio tesoureiro é o comprador. A fala da entrevistada demonstra resignação perante o comportamento desonesto dos compradores e destina às leis divinas a punição necessária. Observemos a sua fala:

A gente acompanha a pesagem, mas tem balança lá que pesa muito errado. Uma vez um menino viu que tinha coisa errada na balança tanto na de Eraclí como na de Edgard. Aí eu num sei, né, mas sempre eu digo: **tem nada, não, porque a gerente arranja tanto do material, e eu sei que vai borreia. Borreia pra gente quer dizer as vezes vai sujeira, né. Tudo bem, mas se você bota um material limpo, tem nada, não. Se a gente tiver sendo roubado, que eu num vou julgar também que eu no vejo, primeiro lugar eu num sei nem o que é pesar e num entendo nada de pesagem, pouca coisa eu entendo, então se eu tiver sendo roubada, Deus sabe de tudo. Deus num dorme, e quem rouba nunca vai pra frente, sempre eu digo** (M catadora, N.C.S – Aterro Sanitário).

No núcleo Cabo Branco todo o processo de venda e distribuição dos pagamentos é realizada pelo fiscal da EMLUR, que faz a pesagem dos materiais individualmente de cada associado, o que determina um pagamento também individual. Esse processo diminui a legitimidade da associação, uma vez que os compradores não podem barganhar os valores aos próprios produtores da atividade. Confirmando nosso argumento, revela a fala do entrevistado A:

Esse aí, seu Carlin [fiscal da EMLUR] é passado o dinheiro pra ele e ele passa pra gente. Ele nota todo o material..." (A catador N.C.S - Cabo Branco).

Os materiais recicláveis, como qualquer outra mercadoria, têm seus preços estabelecidos pelo mercado e uma vez saturado de tanta mercadoria a tendência é caírem os preços. Na medida em que o número de catadores aumenta, isso se reflete na quantidade de recicláveis (aumentam a jornada de trabalho e/ou inserem parentes na catação) no mercado, e a tendência é baixar os preços destes, como ocorreu com o papelão, em meados de 2009. Os catadores, por sua vez, só tomam ciência dessa realidade no momento da venda dos recicláveis. Observemos o que diz a esse respeito o entrevistado I:

Aqui, de tempos e tempos a gente somos informado, mas de mês e mês o preço vai baixando, e os preços né normal não. **Tem tempos que tá um preço; tem tempos que tá outro. Quando a gente pensa que tá um preço, tá outro, e vai baixando. Tem tempo que a gente é informado da baixa do preço.** Aqui por mês sai muita tonelada, e depende da reciclagem, porque tem o ferro, o papelão, tem o plástico aí só quem acompanha a pesagem é o fiscal da EMLUR, seu Araújo; ele que anota tudim, porque sai muitas toneladas daqui durante o dia (I catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

As relações de trabalho são admitidas nos núcleos de coleta seletiva a partir do mercado e este na maioria das vezes mediada pelo Estado, no tocante ao catador a relação de venda, valores e compradores se mostra claramente determinada, pelo Estado, atravessadores e presidência da associação.

Quem determina o que, quanto e a quem vão ser vendidos os materiais é o comprador, que, por sua vez, considera as determinações do mercado. As

necessidades do mercado, no entanto, são supridas pelo catador, que desenvolve o seu trabalho na ponta do processo. O que não tem serventia para o mercado retorna para o lixo, ou seja, para a natureza. Aqui, vale questionar a lógica da reciclagem: a preservação e/ou conservação ambiental ou a rentabilidade do mercado, reutilizando matéria-prima já transformada para a realização de novas mercadorias? Obviamente é atender ao mercado, uma vez que, quando o material não pode ser reutilizado, ele é descartado novamente e da forma como esse processo se constitui utilizando força de trabalho de catadores. Estes recebem pelo que catam de recicláveis reutilizáveis, não dos materiais danosos ao solo. Por essa razão é que afirmamos que a coleta seletiva é uma falácia, pois visa atender ao mercado, não ao meio ambiente. Observemos a entrevistada abaixo, que expõe um pouco essa realidade, no seu processo de trabalho:

[...] a maioria das coisas que descem na esteira que são material reciclável, eles não compra, tá entendendo? Eles só compram plástico fino plástico grosso, peti, metal, cobre, papelão, isso aí eles compram. Lata eles compram, mas **tem muito material que passa [pela esteira], aquelas caixinha de leite, aquilo ali é material reciclável, aquilo ali faz até telha com aquilo** (L catadora, N.C.S – Aterro Sanitário).

Como vimos, os catadores não vendem diretamente à indústria por várias razões, entre elas a principal é a interferência do Estado, que na sua relação não cria condições para que eles consigam negociar diretamente com a indústria. Desse modo, os catadores fragilizados não conseguem juntar a quantidade necessária que as indústrias demandam, pois não conseguem esperar o pagamento da mesma, que é feito semanas depois. Os catadores são reféns das suas próprias necessidades, disso tirando proveito o atravessador, como assinala a entrevistada:

Na minha opinião quem lucra é o atravessador, nós não. Quem sempre lucrou foi o atravessador, porque quando a gente veio pra cá, veio todo mundo certo que nosso material seria enviado diretamente para fábrica. Nunca aconteceu isso, aconteceu uma vez, uma vez só, no início, e a fabrica passou mais de mês pra pagar o material. Eu não sei nem me basear quantas toneladas de recicláveis saem daqui, mas se você quer tirar uma dúvida, olhe aí o material. Esse material foi o da outra semana, que não foi retirado. É muito material, mas infelizmente quem perde somos nós. Tem semanas de sair duas, três carretas só de plástico grosso é muito dinheiro em jogo (L catadora, N.C.S – Aterro sanitário).

Reconhecendo que seria mais importante e rendoso para os associados vender diretamente à indústria, eles acreditam que a união de todos os núcleos

poderia possibilitar a venda sem intermediários. Mas eles criaram uma dependência da figura da presidência, nos moldes assumidos ao longo da existência da associação.

Sabe por que a gente não pode? Porque eles tão com a gente desde a fundação, né? E quando às vezes, vamo supor, o material num tá pronto, eles esperam até segunda e adiantam o dinheiro, e se a gente mudar de comprador fica difícil, porque aquele comprador num vai ter aquele... e se ele comprar uma duas quinzena e depois num tiver mais o dinheiro pra pagar, a gente aí, a gente é quem perde o comprador, por isso que a gente não pode mudar nem mesmo que pague mais. Mesmo a gente querendo, num pode não (A catador, N.C. S – Cabo Branco)

[...] A mais que exige as toneladas é a aço norte... Ai se juntasse todas as associações pra vender diretamente pra fábrica, dava pra gente tirar esse material tranquilo, os que eles pedem. **Eles pedem tanto; a gente tem que mandar aquele tanto que eles pedir. To precisando de tantas toneladas, então naquele dia que... Se juntasse as associação todinha dava muito bem pra fazer...** (J catadores, N.C. S - Bessa).

O catador associado condiciona-se a vender ao atravessador, porque, de outra forma, a presidência teria que ser paga pelos próprios associados, segundo as normas estabelecidas por eles. No caso da Acordo Verde, os atravessadores não pagam à presidência, mas o fiscal da EMLUR faz questão de mediar essa relação. Não fica claro se os fiscais recebem alguma propina para viabilizar a negociação, uma vez que essa associação é mais da EMLUR do que dos próprios catadores. Vejamos o que diz nosso entrevistado sobre o “acordo” tácito que existe na venda associado/atravessadores:

Eu não posso vender a outro atravessador, é porque esse atravessador ele paga a diretoria, a gente trabalha vende a ele e ele paga a diretoria. (J catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

Na Acordo Verde a relação de compra e venda de materiais recicláveis se dá por coação: a EMLUR é quem determina a quem será vendido o material e por quanto. Nenhum dos catadores se sente livre para decidir sobre os seus interesses, pois mesmo se tratando de uma associação, eles temem ser destituídos da condição de associado. Alguns dirigentes da EMLUR, que estão à frente dos núcleos de coleta seletiva, ameaçam de expulsão da associação os catadores, caso contestem alguma decisão, conforme demonstra a entrevistada R, da Acordo Verde:

A gente não pode contar coisas que acontece aqui dentro, não, por exemplo, doação que vem e a gente não vê, a gente não pode falar de

mais, porque a gente perde o emprego; a gente precisa daqui, se não a gente perde. Já saiu líder entre nós, mas é derrubado, sempre é derrubado, é uma tramoia tão grande aqui. [...] É ele quem decide quem... Mas quem era pra decidir éramos nós, mas a gente não tem esse apoio, porque a gente não pode ir contra ele não, se não ele bota a gente pra fora. A gente num pode falar dessas coisas eradas pra o superintendente da EMLUR, que é a maior burocracia, e quando ele vem aqui, a gente não pode falar, que o coordenador tá aqui, aí a gente não pode falar com ele (R catadora, N.C.S, Acordo Verde).

A precarização do trabalho dos associados ASTRAMARE e Acordo Verde se mostram pela submissão as condições impostas pelo mercado, bem como pela ausência de quaisquer direitos sociais, previdenciários e/ou programas destinados a este segmento pelo Estado, os associados compreendem esta última questão como fundamental para viabilizar um futuro menos sofrido.

3.3.2 A compreensão de autonomia da associação na perspectiva dos associados

Existem duas visões de associação, uma concebida pela EMLUR e seus diretores e outra pelos próprios associados, que, alienados, pouco percebem. Não sabem que a energia da associação está na união de suas vontades em um sentido comum e que a produção de 900 toneladas por mês de recicláveis se dá pela força de seu trabalho. A EMLUR está nessa relação para obter benefício para si e para o Capital, não porque pensa no desenvolvimento socioambiental. Para a Autarquia Especial de Limpeza Urbana, as associações desenvolvem uma ótima parceria, sendo os catadores os principais beneficiados, pois recebem equipamentos para desenvolver o seu trabalho, têm uma estrutura física, “apoio técnico, logístico” e o respeito da sociedade. Segundo a coordenadora do departamento de Educação Ambiental, o catador negar esses “benefícios” deixando os núcleos e passando a catar nas ruas individualmente é uma irracionalidade. É óbvio que sim, considerando que racional é a lógica capitalista e irracional é todo aquele movimento que faz frente à ordem do Estado capitalista.

A EMLUR tem deixado de cumprir muitas das cláusulas estabelecidas no Termo de Convênio estabelecido com a ASTRAMARE, em 2005. Segundo a coordenadora de Educação Ambiental, isso acontece devido aos associados da ASTRAMARE apresentarem resistência maior ao controle da EMLUR. Por essa razão, muitas das máquinas necessárias (principalmente no Aterro Sanitário) para

realização do processo de trabalho, quebram e a prefeitura leva entre quinze a trinta dias para consertá-las, apregoando sempre o discurso de que é o dever da associação, e não da EMLUR, manter os núcleos. Ora, se a prefeitura é o principal responsável por extrair lucro desses trabalhadores para o capitalista, ela ainda julga que é dever da associação pagar para ser explorado, pois quer que os associados retirem de rendas que chegam a 1/3 do salário mínimo, dinheiro para manter o processo de trabalho no aterro sanitário, onde se originam os prêmios que a EMLUR vem recebendo pelo “seu trabalho” de preservação ambiental, que o catador e não a prefeitura faz.

O atravessador, figura que a coordenadora do Departamento de Educação Ambiental afirma já estar extinta, ainda existe e é diretamente beneficiado pelo trabalho dos catadores. Para obter suas negociações com as associações, agencia alguns serviços nos núcleos e no aterro, como pagamento do salário da presidência da associação e conserto de máquinas e equipamentos para que a produção não pare. Os entrevistados relatam a influencia dos atravessadores no processo de trabalho deles. Vejamos a fala de L:

Sei não, **mas a EMLUR num ajuda em nada quando fura um pneu, quem ajuda é o atravessador.** (L, catadora, N.C. S – Aterro Sanitário).

Os entrevistados também demonstram conhecimento da dependência da ASTRAMARE em relação à EMLUR e desta à associação, reconhecendo que as grandes cidades estão investindo em coleta seletiva, porque há um retorno financeiro, ambiental e de *marketing*. Observemos a clareza de K catador:

A nossa associação, ela depende da EMLUR, ela depende de parcerias. A EMLUR, ela tem toda infraestrutura da coleta de lixo de João Pessoa. Tá na mão da EMLUR essa usina de triagem e da EMLUR, entendeu? A EMLUR, ela que... Seleciona os caminhões, tudo tá na mão da EMLUR. **A gente depende da EMLUR pra tudo, porém a EMLUR também depende da gente pra atingir sua cota. Hoje em dia uma prefeitura que se preze, ou seja, o Estado, ele tem que ter no mínimo uma meta de reciclar x por cento do lixo, que dizer, é um absurdo os dejetos jogados na natureza [...]** É isso que eu to dizendo é importante a parceria entre nós com a EMLUR, porque nós precisamos. É uma questão de sobrevivência, é uma questão de inclusão social, e a EMLUR, eu acho que também depende da gente, porque qualquer administrador que se preze quer aumentar sua cota de recicláveis. Deveria se dar um incentivo para que essa meta aumentasse a cada dia (K catador, N.C.S – Bessa).

A lucidez com que o catador retrata a condição recíproca de dependência entre associação/EMLUR, EMLUR/associação não é por acaso. Seu discurso revela o envolvimento de anos no movimento de luta dos trabalhadores por condições melhores de trabalho e vida em João Pessoa. O catador percebe que existe uma relação insidiosa entre catadores, Estado e Capital, talvez o que ele não perceba é que o Estado só deixará de fiscalizá-los, controlá-los e cooptá-los quando não forem mais úteis à manutenção do sistema e, conseqüentemente, dele próprio.

A participação ativa da EMLUR nas associações se dá e se dará sempre enquanto utilizarem ideologicamente o discurso de que é a EMLUR que os mantém e organiza, não havendo possibilidades para eles longe dela. Para essa Autarquia, na fala de uma de suas coordenadoras, não é interessante nem lógico deixar o controle das associações, uma vez que o controle de todos os resíduos sólidos da cidade cabe a ela. Os entrevistados reconhecem a importância da autonomia e acreditam que se o presidente tivesse pulso e articulasse os associados, seria capaz de desenvolver seu trabalho independente. Por outro lado, outros veem essa possibilidade cada vez mais distante e impossível, diante das dificuldades enfrentadas no cotidiano do trabalho.

É porque o presidente que não quer, porque se ele dissesse olhe minha gente, vamo depender só dá gente, num vamo precisar de nada, vamo organizar tudo certinho, ai da certo. Ali no aterro, no meio da mata, tem gente que faz o que quer. **A maioria das mulhe e os home fala; fala quando vai pra uma reunião fica tudo assim...calado. Por que num fala o que tava falando no aterro?** Nós estamos passando por isso, isso e aquilo, mas fala lá, ai, quando vem pra uma reunião, num fala nada (J catadora, N.C.S – Aterro Sanitário).

Num tem futuro não, num tem lógica, não, porque a gente num temos recursos pra manter uma associação dessas, num temos como manter ela não. Tem que ter ajuda de alguma... Benefício de alguma empresa. A EMLUR, em tudo ela ajuda, agora uma associação daquela, no passo que ela tá hoje, ela num tem condição de sobreviver por si própria não, tem não devido o que eu acabei de lhe dizer, que num tem união. Se eu trabalho com você e nós dois num se une, num vai pra frente nunca. Você vai querer comer mais do que eu, eu vou querer comer mais do que você, entendeu? (A catador, N.C. S – Aterro Sanitário).

As associações ASTRAMARE e Acordo Verde nas condições em que foram pensadas e mantidas as relações de dependência, não têm como sobreviver sozinhas, pois mesmo que fosse arrecadada uma parcela mínima de seus sócios

ainda faltaria unidade entre o grupo, o interesse comum e geral, o senso de associação, a união.

Esse despertencimento à associação é um legado da forma como se exercia o trabalho no lixão de forma individual, inseguro e desconfiado. Depois das condições estruturais terem imposto à vida no lixão, sem limites e sem regras estabelecidas, foram novamente impelidos pelas necessidades a viverem associados, sendo agora seu trabalho fonte de lucro de muitas pessoas, menos deles mesmos.

3.4 MUDAM OS GOVERNOS, NÃO A EXPLORAÇÃO

O prefeito que criou a Coleta Seletiva e extinguiu o lixão é endeusado até hoje pelos catadores. O referido prefeito é lembrado pelos “grandes feitos”, como: fornecimento de “quentinhas”, ajuda de custo, conserto de máquinas, cesta básica. Certamente esses “incentivos” faziam com que os catadores se empenhassem mais no seu trabalho e produzissem mais satisfatoriamente para garantir o sucesso do projeto do prefeito, um dos primeiros do Nordeste. Os associados acreditavam e ainda acreditam na boa fé e na sensibilidade daquele prefeito, como podemos observar no relato de M catadora:

[...] Eu posso falar do prefeito? Olhe, porque antigamente, quando era Cícero Lucena, ele apoiava a gente. Quando quebrava uma esteira, ele pegava, ia logo comunicar à EMLUR. O presidente ia lá e ele ajudava a gente, porque lá não tava dando condições de trabalho né num tinha de onde tirar mesmo, aí ele ajeitava uma cesta básica, mandava pra gente, dava uma gratificação de 80 reais por semana, ele dava a gente e ajudava quando a gente tava meio... **Mas esse prefeito de agora só a misericórdia de Jesus no coração dele, que ele num dá nem uma cibalene, home. Ele num dá nada a gente e, quando ele se elegeu, ele disse ali na frente de todo mundo, ele disse: Ôi fique sabendo que eu num vou ajudar nenhum de vocês, porque ali é uma mina de dinheiro. Ele disse na cara da gente, aí eu digo depois eu num vou votar nele não! Mas pra gente mesmo o prefeito bom foi Cícero. Ele ajudou, num faltava nada, até a quentinha, ia cumer de ruma pra lá. Agora esse prefeito de agora num manda quentinha pra gente não. Se a gente quiser, tem que pagar três reais e cinquenta pra cumer. Cícero, ele ajudou a gente mesmo ele arrumou ônibus pra gente, quando o ônibus quebrava vinha o melhor ônibus pra levar a gente, ônibus de luxo, vinha mais som dentro do carro pro pessoal escutar, o ônibus bem de luxo mesmo. Agora o ônibus da gente se quebra, aí se a gente num se reunir e dá um dinheiro pra comprar uma peça uma coisa... Porque a EMLUR num tá dando nada. Ajudando nada tem que ser do bolso da gente** (M catadora, N. C.S – Aterro Sanitário).

Com a nova gestão, veio Ricardo Coutinho¹⁶. Sua visão de empreendedorismo relegou o projeto de coleta seletiva à coordenadoria de Economia Solidária, transformando os catadores em profissionais autônomos que exerciam sua atividade “muito lucrativa” em uma associação que lhes permitiu sair do lixão e da rua para ter uma “qualidade de vida”. A gestão posterior a Cícero Lucena negou todo o assistencialismo que os catadores obtinham antes, não por uma visão socioeconômica e política de negação aos “ismos”, mas sim porque acreditava que nos núcleos de coleta seletiva os catadores já encontravam tudo de que precisavam: muito material reciclável para atender uma insaciável demanda industrial. Cabia agora a eles se organizarem e trabalharem.

Os catadores foram condicionados a um regime que, ao contrário de antes, fê-los trabalhar até 24 horas diárias para adquirir uma renda mínima para atender a família, sendo ainda coagidos a não expor suas reivindicações, pois temiam a extinção de sua única fonte de renda, mediante o fechamento dos núcleos.

Esses trabalhadores, no caso do Aterro, são controlados por uma estrutura que os impede de ter contato com qualquer pessoa que não tenha recebido a permissão direta da EMLUR ou da Rumos para adentrar no espaço (permissão que quando consentida, é muito controlada e fiscalizada). A catadora L relata como são controlados dentro do núcleo de triagem, no aterro sanitário, sem que possam expressar quaisquer protestos.

Olhe, no começo da ASTRAMARE era tudo mil maravilhas, eu não vou mentir, não, era muito bom. Eu trabalhei na rua, já trabalhei na rua, passei mais de quatro meses trabalhando na rua. Vim pra cá porque também eu não tinha condições, de trabalhar na rua, uma porque teria que pagar pra trabalhar no Bessa, teria que pagar transporte, e eu não tinha condições eu ia a pé, porque eu moro lá no Roger, lá no S. Mas era ótimo, no começo daqui era maravilha, meu Deus do céu as coisa aqui vai andar, vai fluir mesmo, **mas só que teve um tempo depois que Cícero saiu da prefeitura, tá entendendo, foi demolindo, foi se destruindo, até fios de eletricidade já roubaram daqui, Várias e várias coisas já aconteceram aqui, tem o pessoal da Rumos aqui, só entra quem eles dê permissão. No caso assim... Se quisesse fazer uma reivindicação, se a gente quiser chamar uma reportagem, não entra não e se tentar é processado, porque nós já fomos ameaçados até de ser processado, isso não existe!** (L catadora, N.C.S – Aterro Sanitário).

¹⁶ Prefeito reeleito em 2008 e governador eleito em 2010.

Podemos perceber, através da realidade vivida por esses catadores e relatada pelos mesmos, que o interesse de ambas as gestões é a mesma: garantir a reprodução da ordem social vigente. Apenas o caminho para garantir seus objetivos é que se diferenciavam: o primeiro conquistava a adesão do catador pelas “benesses” e o segundo adquire esse consentimento via coação, por meio da própria necessidade de o trabalhador manter-se miseravelmente vivo. Tonet (2010, p.22), iluminado por Marx, reflete a esse respeito:

[...] a degradação da vida dos trabalhadores não é um simples defeito de percurso, é o resultado ineliminável da forma das relações sociais de trabalho. Ora, na medida em que o Estado é um instrumento de reprodução dessas relações sociais, é-lhe vedada à possibilidade de tomar medidas que eliminem os problemas sociais.

O relato do catador S confirma qual é a visão do gestor e a verdadeira intenção por trás dos benefícios:

[...] a gente tinha que manter nosso trabalho direito lá, tomar conta do lixo... **Antigamente, quando a gente começou a trabalhar, o prefeito dava cinquenta reais por quinzena pra nós, aí eles diziam: “já que começou a ganhar, tem que produzir”**¹⁷ (S catador, N.C. S - Aterro Sanitário).

A ideologia dominante impede estes trabalhadores de enxergar possibilidades de trabalho nas associações longe da vinculação com a prefeitura os impedindo de se movimentar e questionar o porquê das “benesses” concedidas pela prefeitura.

3.4.1. Quem usa os catadores: o Estado, o capital ou ambos?

Os catadores de materiais recicláveis vivem da venda do material coletado, portanto, do seu trabalho. Talvez possamos analisá-lo entre o que Vasapollo (2007), concebe como trabalhador atípico. Certamente trabalham na informalidade, uma vez que não têm vínculo empregatício. Mas não importa aqui sua denominação. Nesta pesquisa, o que se quer evidenciar são as condições de trabalho e como Estado e capital sob uma imagem de benemerência, contribuindo para a manutenção dessa realidade. Como vimos, muitos desses trabalhadores nasceram e cresceram em meio ao lixo, sem nunca terem tido um emprego formal. Ora, não vai ser agora, na

¹⁷ Grifo nosso.

economia flexível, que esses trabalhadores vão ascender ao estatuto de trabalhador formal.

Evidente que não. O sistema vem se nutrido de formas flexíveis (informais) de trabalho, e o Estado, por sua vez, promove o associativismo e o cooperativismo como estratégias para maquiar o desemprego estrutural e as formas precárias de trabalho, ficando patente que não há possibilidade de formalização dos catadores nessa realidade de enxugamento do Estado e dos empregos “legais”.

Perguntado sobre a possibilidade de formalização pela EMLUR ou Rumos, o nosso entrevistado responde:

A Rumos num pode, não. **A EMLUR é quem paga a Rumos. Sabe por que a EMLUR não contrata a gente? Porque ia ser diferente, aí eles num aceitam isso não.** (S catador, N.C.S Aterro Sanitário).

Alguma coisa tem pra eles num pagar a gente (G catador, N.C.S - Aterro Sanitário).

Já a entrevistada M demonstra em seu discurso o desejo de se formalizar via EMLUR ou Rumos.

Eu num sei nem explicar isso, e muitas vezes eu já pensei: meu Deus, por que esse prefeito num dá um emprego a gente, num contrata a gente pra gente trabalhar, ter nosso dinheiro certo, o nosso direito certo? Eu já pensei isso, já falei isso, mas no sei por que eles no... (M catadora, N.C.S – Aterro Sanitário).

Com a crise estrutural iniciada nos anos 70 e que vem se arrastando até os dias atuais, ora mais pujante ora latente, até as formas estáveis de emprego demonstram ser vulneráveis. Os direitos estão se fragmentando e os salários baixando, num contexto em que certos “empregos” formais não despertam mais fascínio. Muitos trabalhadores informais, como é o caso dos catadores, relatam que os trabalhadores formalizados da Rumos chegam a ficar meses sem receber o salário, fazendo-os questionar a qualidade desse trabalho, como demonstra em sua fala o catador A:

Correu um boato aí que ela [a Rumos] ia pegar um bocado da gente pra lá, mas caboce. **A Rumos é muito mais pior home. O trabalhador da Rumos só é chegando todo dia onde a gente tá reclamando que quando recebe um mês fica dois dentro** (A catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

É reconhecido pela maioria dos associados o quanto positivo seria sua vinculação formal a prefeitura, no entanto admitem o quando esta realidade esta distante deles reconhecendo que nesta relação com o Estado este também obtém vantagens que não vislumbra perder. Quiçá até na comercialização dos recicláveis exista interesse uma vez que a prefeitura nunca mediou a venda diretamente a indústria.

3.4.2. A experiência associativista: o que teria mudado na vida dos catadores

O que fica patente nas falas dos entrevistados sobre a ocorrência de alguma mudança em suas vidas é o fato de terem perdido a liberdade e a autonomia sobre seu trabalho, a partir do acordo com a EMLUR, pois esta controla o horário de trabalho e o próprio trabalho dos catadores. Nesse sentido, para os associados, a liberdade e a renda adquiridos no Lixão se sobrepunham a qualquer outra questão, uma vez que as condições de trabalho hoje são limitadas e tão insalubres quanto no Lixão, como podemos verificar nas falas abaixo:

Quando tinha o lixão aqui, o negócio era muito mais melhor do que lá. Aqui era o dobro, aqui a gente trabalhava à vontade da gente mesmo pra gente. A hora que a gente quisesse lá, a gente trabalha pra gente, tá certo, mas é um trabalho mais... **sujeito do que esse daqui porque aqui a gente trabalhava, mas era liberto. Lá não, é. Aqui a renda era melhor, porque aqui, no tempo que eu trabalhava aqui, tinha semana deu arrumar duzentos e cinquenta reais; lá o máximo que chega é a cem, de cem a baixo.** (A catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

Mudança nenhuma piorou mais, porque quando era no lixão, a gente trabalhava pra gente; a gente ia a hora que queria. Agora, não; a gente tem que ir a hora do trabalho mesmo, ficou pior. O presidente diz a hora de a gente ir trabalhar. A Rumos ajuda a gente também com a ret, bota a ret lá pra gente sempre ajuda a gente nas cestas básicas. A renda depois que foi pro aterro ficou pior e a organização... Num tem nada organizado ali não, tudo é desorganizado! Nem os próprios sócios são organizados é brigando, é arengando um com outro (J catadora, N.C. S – Aterro Sanitário).

Trabalhar no Lixão a céu aberto significava degradação humana, e os catadores suportavam tais condições, devido à necessidade premente de sobreviver, depois de meses e até anos sem encontrar nenhum emprego formal. A renda era significativa, segundo os mesmos, pois em nenhum outro trabalho conseguiriam nada semelhante e, ainda, tinham liberdade. Para os associados dos núcleos da cidade, Cabo Branco, Bessa e Bairro dos Estados e Acordo Verde,

mesmo considerando a renda maior do lixão, mudar para os núcleos foi um grande avanço, pois conseguiram respeito da sociedade, formar vínculos de amizade e não ter mais contato com dejetos, uma vez que a coleta é realizada porta à porta, com os materiais já separados, na maioria das vezes. Constatemos a mudança realizada nas falas de H e K abaixo:

Houve, porque antigamente a gente trabalhava no lixão, ganhava muito mais do que ganha aqui, mas em compensação não tinha o que a gente tem hoje. Lá a gente trabalhava em cima de sol chuva, lama, pegando nos bicho lá e tudo. Aqui não, a gente vai pegar de porta a porta, é mais rápido e organizado. A mudança foi muito radical (H catador, N.C.S - Cabo Branco).

[...] foi um coisa que melhorou muito, não só a parte de entendimento, tanto quanto pra nós que trabalhávamos nos matos sem conhecimento nem entendimento com as outras pessoas, e hoje em dia a gente tá trabalhando com o contato com as outras pessoas, com o contato maior. A única coisa que mudou mesmo foi a renda que antes a renda era maior, pelo acesso que a gente tinha a todos os lixos. **Hoje a renda diminuiu um pouco, mas tá melhorando graças a Deus, porque, digamos assim, hoje agente não tem acesso a todos os lixos, mas temos acesso ao lixo de um bairro nobre que faz com que a gente tire a nossa renda...** Não só tenha o contato com as pessoas com quem agente visita, como nossa própria educação, nosso próprio respeito, mudou, melhorou muito! Compensou não só a renda como o sistema de trabalho, trabalhávamos, desordenadamente. Tinha dia de a gente trabalhar vinte e quatro horas, chegar de manhã e só sair no outro dia de manhã, trabalhar vinte e quatro horas corrido. Hoje a gente já não faz mais isso. Temos uma carga horária de quarenta e quatro horas por semana. Às vezes a gente ultrapassa passa de 44, mas é muito difícil, quer dizer, a gente tem uma organização totalmente diferente da de antigamente. **Se a gente quiser aumentar a renda tem que trabalhar mais. Hoje ainda tá sendo dessa forma, porque é como é... A gente não tem subsídio, não tem uma ajuda financeira do poder municipal. A gente trabalha pro poder municipal, em prol da sociedade. A gente trabalha até em prol do meio de saúde, meio de muitas coisas. A gente ajuda não só a nós mesmos, mas também a toda a sociedade, mas só que a gente não é remunerado por isso,** por esse trabalho. A gente ganha aqui porque a gente produz. Nessa época de chuva e já tá começando as chuvinhas para agente se organizar é mais ou menos um mês para a gente se organizar e começar a ganhar mais ou menos aquilo que a gente ganhava no verão (K catador, N.C.S - Bessa).

Já para os catadores do Aterro Sanitário, a compreensão se diferencia: não houve mudanças para melhor, as atividades de seleção de materiais recicláveis continuaram existindo, agora em outro cenário, sob regras e controles estabelecidos pela EMLUR, Rumos e ASTRAMARE, e com uma renda definitivamente menor, o que impõe escolhas aos associados: ou diminuem o consumo de alimentos ou adquirem eletroeletrônicos (supérfluos

necessários), como: rádio, celular, televisão. Nas falas dos entrevistados S e H, a vida mudou para pior. Vejamos o que apresentam:

Depois que eu entrei na ASTRAMARE, mudou um pouco mais que nem era não. No tempo que era no lixo era melhor; eu trabalhava um dia e uma noite e arrumava dinheiro de uma semana que eu ganho agora, de uma semana, podia comprar...assim pronto, eu vou juntar dinheiro e comprar um som. Trabalhava, me esforçava, mas comprava. Hoje em dia, se eu for comprar um som ou um objeto pra dentro de casa, tem que apertar a barriga, se não...uma verba aí que vai vir, seiscentos mil vai vir, agora dizem o vice-presidente que vai comprar três prensa, num sei pra que prensa, porque lá doaram pra gente duas prensas de ajeitar lata, dois elevador daqueles de levantar aqueles fardo, duas de enfardar papelão e plástico fino; queimou as duas da lata, o elevador queimou, a prensa de enfardar papel queimou, uma aí tá lá se perdendo novinha; levou pra EMLUR, lá abandonaram o motor lá no chão, tudo jogado no chão, tudo nova. Aí ele fez o projeto o vice-presidente, aí porque no lugar de ter feito isso ter pegado o dinheiro e comprado o ônibus melhor pra nós, aí ele disse: nem isso eu pensei, vai vir mesmo essa verba é de 600,000 mil mas num sei o que danado vão fazer (S catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

Houve, eu acho que mudou pra pior. No lixão, a gente ganhava dinheiro suficiente. Lá todo mundo ganhava dinheiro. Tá certo que é um serviço errado, muita gente fazia. Nesses termos aí eu acho que tá errado também que a gente não tá trabalhando só, com material não, tá trabalhando com lixo mesmo. O mesmo lixo que a gente catava no lixão do Roger a gente cata aqui. Nestes, termos aí eu acho que tá errado também, pois a gente devia trabalhar com recicláveis direto, e a mudança foi muito grande. É, num foi boa, não, pra mim mesmo num foi boa, não. Eu acho precária, que lá a gente ganhava dinheiro (H catador, N.C. S – Aterro Sanitário).

Depois de argumentos tão reais, podemos mensurar quão difícil foi o processo de transição dos catadores do Lixão do Roger para associados da ASTRAMRE: luta, protestos, contestações e resistência fizeram parte da formação dessa associação. A esperança de alcançar melhores condições de vida e trabalho os acompanhou desde o início de sua constituição. No entanto, as formas de controle impostas a esses trabalhadores fizeram com que descobrissem o sentido real da coleta seletiva e associações para a EMLUR. Analisemos a fala de A, que a esse respeito relata o que significou a mudança para ele e para prefeitura:

Mudou pra pior, mudou... Mudou muito. No tempo do lixão não faltava dinheiro no meu bolso não. Hoje em dia eu caço uma moeda no meu bolso e não encontro, não! Mudou e muito, mudou as condições financeiras, as condições de trabalho, a tudo que você imaginar vida do pessoal do lixão mudou em tudo pra pior. No lixão era beleza: você podia passar três, quatro dias doentes, que no terceiro dia que ficasse melhorzinho e fosse ali você arrumava o dinheiro daqueles dias que você passou doente em casa; você já estava com sua feira garantida, Hoje o pessoal passa fome. Eu to dizendo a você; você foi lá. Num sei se você viu um fogão lá o pessoal cozinhando galinha podre que vem no lixo,

cabeça de inhame. A realidade mesmo da vida. Aquilo ali era bom que alguém filmasse, mas se você entrar com uma câmera lá, eles num deixam você entrar não. **Se eles vê filmando eles num deixam você entrar, não, pra num vê a realidade da vida, entendeu? Agora, quando era pra acabar o lixão, eles deixavam que era pra acabar, que lá eles tinham como comer, né? Que isso aí foi muito dinheiro que eles comeram pra acabar isso aí. Eles num acabaram pra melhorar a vida de ninguém, não; eles acabaram pra melhorar pra eles. Eles acabaram pra melhorar pra eles num foi pra melhorar a vida minha nem sua nem de ninguém não, eles acabaram porque isso aí veio muitos milhão pra ir pro bolso deles, aí eles acabaram. Aí eu acabava também, porque eu estava ganhando, é claro que eu acabava, mas pra melhorar a vida de ninguém num foi, não, porque eu acho que o certo seria o seguinte: é lei, tem, que acabar o lixão, tem, tá errado tá. Todo mundo sabe que tá errado. A gente lá dento sabia que tava errado também, mas o quê? Pegava aquele pessoal, saia empregando tudim, se num empregasse tudim que eles tinham condições de empregar, a prefeitura empregava um bocado: O político tem muito conhecimento, tem muita empresa que conhece um, conhece outro. Quando empregasse tudim, aí pronto acabava, tava todo mundo empregado, com seus trocim direitinho, tudo bem, mas chegaram lá e fizeram foi a maior baderna (A catador, N.C.S – Aterro Sanitário).**

O que esperar de um cotidiano repleto de tantas carências? Na intenção de identificar seus projetos e planos para o amanhã, indagamos aos nossos sujeitos o que esperam de sua vida, nessa profissão.

O futuro para os catadores é atemorizante. Mas se esse futuro vier com um emprego formal ou benefício seria, para eles, a garantia de uma vida menos sofrida, o trabalho formal ainda é sinônimo de estabilidade e segurança. Vejamos o que dizem as falas dos sujeitos quando relatam seus desejos e planos:

Eu queria um futuro melhor, eu queria assim pra mim pros meus amigos e pra minha família que trabalha. Tem senhora de idade de idade mesmo, que trabalha lá pra se manter, que nem eu vejo uma senhora que trabalha pra se manter, coitada! E quer uma aposentadoria e num tem coitada, porque lá a gente trabalha pela gente (R catadora, N.C.S –Aterro Sanitário).

Rapaz o futuro pra mim é arranjar um serviço melhor, com carteira assinada com direito a tudo, abono, férias. A gente lá num tem isso. Eu penso arrumar um emprego melhor (J catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

Eu espero melhorar, arruma um emprego aí...o cara disse que eu devia pagar [a previdência], mas o que eu ganho é pouco. Se eu for pagar 50 real pela minha aposentadoria, eu vou comer o quer se eu ganho pouco, né? Parece que é cinquenta real pra tá pagando todo mês. Eu num tem condição de pagar todo mês não (S catador, N.C.S – aterro Sanitário).

Outros associados demonstram sua desesperança diante do futuro, e não creditam confiança nem em si próprios, nem na ASTRAMARE ou na EMLUR para

viabilizar seus direitos. Demonstram-se entregues à própria sorte, pois não acreditam no Estado, tampouco no Capital para modificar suas vidas.

Eu penso de que seja do jeito do que Deus quer que dê saúde à gente, que não aconteça coisa pior (E catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

Da minha profissão eu espero coisa melhor que esta meio devagar (J Catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

Da minha vida... Tem que fazer alguma coisa pelo fundo rural mesmo. (A catadora, N.C.S – Aterro sanitário).

Eu espero ficar velho e pedir esmola para sobreviver. (G catador, N.C.S – Aterro Sanitário).

A realidade vivenciada por esses catadores se assemelha a muitas outras, vivenciadas neste e em outros países, pois não apenas os catadores estão na informalidade. Muitos trabalhadores, hoje, ganham a vida nas ruas dos grandes e médios centros, no campo, no ambiente doméstico, recebendo o suficiente para manter-se vivo e, somente, quando trabalha, sem quaisquer direitos assegurados nem o da própria reprodução. Para além da exploração clássica, esses trabalhadores se reúnem em associação para se auto-explorar, o que é revelador do domínio capitalista e, portanto, da desproteção e do desamparo em que se encontra o trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa permitiu alcançar algumas respostas às perguntas que nos inquietavam antes e no decorrer dessa pesquisa. A primeira delas dizia respeito ao Lixão do Roger. Para entender um pouco quem formava os núcleos, seus sentimentos e condições de vida e trabalho seriam necessários fazer uma breve viagem na história do referido lixão, uma vez que todos os membros da associação de catadores, a ASTRAMARE, são antigos catadores do Lixão do Roger.

Antes de chegar às relações de trabalho era preciso saber por que e quando foram fundados os núcleos. Obtivemos tais informações mediante levantamento bibliográfico e através da própria fala dos catadores, que relatavam saudosamente a extinção daquele espaço que havia sido por muitos anos o habitat, a renda e o espaço de muitas relações de convivência. O fim do lixão não foi demandado por eles, mas sim pela gestão pública. No lixão o trabalho era individual e independente, todos estavam expostos aos mesmos riscos e acasos, mas a renda adquirida era significativa e muitas vezes dois dias de trabalho cobria uma semana inteira que viesse a ser perdida.

Essa liberdade de fazer suas horas e decidir sobre seu trabalho, mesmo diante de uma imensidão de lixo, era mais importante do que, o que fora oferecido pela EMLUR (galpão de triagem do lixo, fardamentos, EPI's, "respeito da comunidade" e apoio da prefeitura), quando na fundação dos núcleos. Isso não significa que foi a formação da associação que prejudicou as relações de trabalho, mas sim a interferência e as regras impostas pela EMLUR, as quais não permitem aos catadores enxergarem qualquer positividade no trabalho associado.

Em torno de trezentas famílias viviam no/do lixão. Para retirá-los sem conflito e conquistando sua adesão era preciso habilidade, o que se espera de um "bom" gestor do Estado. O então prefeito, à época, anunciou a retirada das famílias prometendo ajuda de custo, alimentação, fardamentos e máquinas para que o trabalho fosse realizado em melhores condições. No entanto, o que interessava ao gestor era o impacto positivo, em termos sociais, que sua gestão iria ter, em sendo a primeira que conseguia por fim ao lixão do Roger e implantar a coleta seletiva, um grande "avanço" para o Estado, quando no mundo a temática ambiental já estava na

ordem do dia. O detalhe não declarado é que o progresso que se expressava na proteção da natureza se fazia pela precarização da condição de vida de centenas de famílias, que deixaram o lixão acreditando em melhorar a vida e o que encontraram foi o controle e um regime de trabalho, cuja renda mínima era mascarada por alguns “benefícios” concedidos pela prefeitura.

A estratégia desta gestão foi conquistar a adesão dos associados via gratificações. A pesquisa constata que ele conseguiu seu intento, pois os associados até hoje vem na figura do “prefeito do fim do Lixão” um grande benfeitor. Pode-se dizer que a história dos núcleos é dividida em antes e depois dele. Não se pode afirmar com certeza que, naquela gestão, a EMLUR controlava a associação tanto como hoje. Nem as falas nem a bibliografia fazem referência. Não se sabe se a alienação desenvolvida era tão grande a ponto de impossibilitar os catadores de ver as arbitrariedades cometidas pela outra gestão, mas de uma coisa temos certeza se teve alguém ou alguma instituição que lucrou com a organização dos catadores em associação, estes foram às indústrias e atravessadores, articulados e amparados pelo Estado, que obteve além do compromisso empresarial o título de cidade que preserva e conserva a natureza.

Falar de coleta de recicláveis e fazer coleta seletiva hoje é moda, escolas, empresas, meios de comunicação convidam a sociedade a entrar no rol dos politicamente corretos, separar o lixo em casa e ainda doá-lo a um catador, revela um espírito moderno e solidário, pois está protegendo a natureza e ainda ajudando a gerar renda. Esse discurso é um verdadeiro engodo, pois antes de ajudar a “gerar” renda para o catador, está se gerando lucro para o capitalista, além de alimentar a miséria e a exploração daqueles que apenas catam recicláveis porque não conseguem ingresso no mercado formal.

Os recicláveis para a indústria representam redução de gastos com matéria prima, energia elétrica água e força de trabalho. Se ainda há uma consciência ambiental esta está no final da lista das prioridades, por que se contrário fosse a indústria reciclaria toda matéria que traz danos à natureza e esta pesquisa confirmou que os materiais que não interessam à indústria vão direto para o solo. Qual é então a lógica da preservação, se alguns materiais que levam anos para serem

decompostos ainda são descartados no meio ambiente pelas mesmas empresas que reciclam?

Ora, o capital não se interessa pelo meio-ambiente preservado. Um dos maiores poluentes são os carros que emitem na atmosfera os gases mais danosos e, mesmo assim, a indústria não para de produzir centenas de carros por dia. Reduzir essa produção é impensável, pois implicaria diminuição de ganhos e poder e isso é absolutamente contrário aos objetivos do sistema capitalista.

Concluimos este trabalho confirmando a hipótese de que o catador está na ponta do processo de reciclagem, não por escolha dele nem por consciência ambiental do Estado ou capital, mas por tratar-se de um movimento lucrativo e positivo para os últimos, mediante o trabalho precarizado dos primeiros. Capital e Estado obtém da sociedade respeito e credibilidade por trabalhar em prol do social e do ambiental. Além disso, e adquirir também créditos de Carbono para a prefeitura da capital paraibana, - depois sua produção é realizada informalmente sem nenhum custo para o Indústria que recebe a matéria prima (que já foi mercadoria) para a fabricação de futuros produtos na qualidade e na quantidade necessárias, sem ter quaisquer responsabilidade sobre o processo de trabalho ou o trabalhador em si.

Vale lembrar a nossa hipótese: Ao ter-se a mercadoria descartada pela sociedade re-inserida no mercado como matéria prima, o trabalho que o catador de resíduos recicláveis desenvolve precariamente, com fins de sobrevivência, atende aos interesses da indústria capitalista, elevando seus lucros, mediante a exploração de trabalho informal, cuja intermediação é realizada pelo Estado.

A realidade a confirmou e demonstrou mais. Apresentou um catador explorado, precarizado sem acesso a qualquer direito social ou previdenciário. Mas, ao mesmo tempo, mostrou que estes trabalhadores reivindicam e reconhecem sua atual condição na sociedade, porém, entendem que no atual estagio que estão, as conquistas dependem da cooperação e da união da classe a qual pertencem, que vive da venda de seu trabalho, como possibilidade de se alcançar dias melhores.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. **Adeus ao Trabalho**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- BIHR, Alain. **Da Grande Noite À Alternativa**: o movimento operário europeu em crise. 2ªed. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Brasília: senado Federal, 2003.
- _____. **Novo Código Civil**. Brasília, 2004.
- _____. Elementos para a organização da coleta seletiva e projeto dos galpões de triagem. Brasília, 2008.
- BRAVEMAN, Harry. **Trabalho e Capital monopolista**: a Degradação do Trabalho no Século XX. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CACCIAMALÍ, Maria Cristina. **A economia informal 20 anos depois**. Indicadores Econômicos FEE [online]. Julho, 2008. Disponível: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/626/87/>.
- CEZAR, Mônica de Jesus. A experiência do Serviço nas empresas. In: **Capacitação em Serviço Social**, Módulo 2º. Crise contemporânea, questão Social e Serviço Social. Brasília. CEAD, 1999.
- CIELO, Ivanete Daga; MERCADANTE, Ricardo; SEVERO, Fabiana; Et. al. **Associativismo**: União de pessoas por um objetivo comum. Paraná, 2009.
- GALVÃO. Luiz Alfredo. **Capital ou Estado?** Introdução a critica da política. São Paulo: Cortez, 1984.
- GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- GREGORIO, Jean. Aterro vai receber R\$ 5 milhões em crédito de carbono. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 22 nov. 2009.
- HARVEY, David. **A Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2009.
- _____, David. A teoria marxista do Estado. In: **A produção capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- JOÃO PESSOA. Termo de Convenio que entre si celebram a EMLUR e a ASTRAMARE. Nº 003/2005. In: João Pessoa.

LEAL, Antônio Cezar. THOMAZ JÚNIOR, Antonio. ALVES, Neri. Et. all. A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. **Revista Terra Livre**. São Paulo: Ano 18 nº19, jul./dez. 2002.

LIMA, Giovanny de Souza. **O processo de sobrevivência política dos catadores do lixo de João Pessoa**. João Pessoa: UFPB, 2001. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, 2001.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **A invenção social da velhice**. São Paulo: Papagaio, 1989.

MARANHÃO, Cezar Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elisabete (Org.) **O MITO DA ASSISTENCIA SOCIAL**: ensaios sobre Estado, política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova modernidade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____, Karl. **O Capital**. Livro II, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

_____, Crítica ao Programa de Gotha. In: **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

_____, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

_____, **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano”**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MELO, Josimery Amaro de. **Sobras e sobranes**: O lixo como alternativa de sobrevivência de moradores do bairro do Pedregal do município de Campina Grande-PB. 2006. 96 f. Monografia (Graduação), Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. Departamento de Serviço social. Universidade Estadual da Paraíba, UEPB.

MENDES, Rita de Cassia Lopes de Oliveira. **Os catadores e seletores de materiais recicláveis**: O social e o ambiental na lógica do capitalismo. Franca: UNESP, 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2009.

MÉSZAROS, István, **Produção. Destrutiva e Estado Capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

MOTA, Ana Elisabete. Entre a Rua e a Fábrica: Reciclagem e Trabalho Precário. Revista: **Temporalis**. Brasília: Ano 3, nº 6, julho/dezembro de 2002.

_____, Ana Elisabete. SILVA, Maria das Graças. VALENÇA, Marcela. BEZERRA, Paula. Reciclagem como expressão do capitalismo contemporâneo: apropriação e

precarização do trabalho do catador de resíduos sólidos. **Anais do IX ENPESS**. ABEPSS, 2004.

NOBREGA, Clemente. Frederick Taylor, a “Gerência Científica” e os paradoxos da administração (Ciência em Management). **Revista Exame**. Setembro, 1997.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a Incrotrolabilidade do Capital**. Maceió: Edufal, 2007.

PAULO NETTO, José & BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: Uma introdução crítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PILETTI, Nelson. PILETTI, Claudino. **Historia e vida**: da idade moderna à atualidade. 15ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

SCHMITD, Mario Furley. **Nova Historia Crítica**. 2ª ed. São Paulo: Nova Geração, 2002.

SOARES, Marcos Antônio Tavares. **Trabalho Informal**: da Funcionalidade à Subsunção ao Capital. Vitória da Conquista: UESB, 2008.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: Informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TONET, Ivo. A propósito de “Glosas Críticas”. In: **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano”**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VILLA, Marco Antonio; FURTADO, Joaci Pereira. **Historia Geral**: Da expansão marítimo-comercial europeia aos nossos dias. São Paulo: Moderna, 1998.

APENDICE

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA ENTREVISTA



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – CCHLA
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS

Informações sobre a Pesquisa, “Catadores de materiais recicláveis e suas relações der trabalho com o Estado e com o Capital”.

O projeto supracitado esta vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS. Desenvolvido pela aluna: Josimery amaro de Melo, tendo como orientadora a Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Tavares.

O Estudo tem por objetivos: Analisar a organização do trabalho dos catadores de resíduos recicláveis dos núcleos de coleta seletiva do município de João Pessoa, tendo em vista a apreensão dos nexos econômicos e políticos que consubstanciam a relação entre trabalho, capital e Estado.

A pesquisa justifica-se por se configurar como um instrumento que possibilita o conhecimento e reconhecimento destas categorias de trabalhadores que na informalidade são super explorados pelo sistema capitalista.

Com o objetivo de conhecer a organização do trabalho do catador de resíduos recicláveis dos quatro núcleos de coleta seletiva mais o aterro sanitário, que optamos por um estudo quantitativo, norteado pela matriz crítico – dialética marxista, tendo em vista conhecer ontologicamente a realidade em análise. A coleta dos dados será feita através de formulários estruturados e entrevistas semi-diretivas. O universo da pesquisa é de aproximadamente 194 catadores de quatro núcleos de coleta seletiva mais o aterro sanitário nossa amostra gira em torno de dez por cento do universo total.

Após esclarecimento sobre a presente pesquisa me disponho a participar deste, tendo sido informado (a) que:

A minha participação é voluntária, podendo me retirar do estudo se desejar;
Estar assegurado meu anonimato quanto a divulgação dos resultados da pesquisa e resguardados o sigilo de dados confidenciais;
Se desejar para esclarecimento posso contatar os pesquisadores pelos fones: 83-88754831 e e-mail: jhosimery@gmail.com.br ;
Posso receber os resultados da pesquisa quando forem publicados;
Autorizo minha participação na pesquisa ciente de tudo o que foi informado.

João Pessoa, janeiro de 2010.

Pesquisado

Josimery Amaro de Melo
(Pesquisadora)

APÊNDICE B – FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA COM CATADORES DAS ASSOCIAÇÕES.

TÍTULO: “Os catadores e sua associação: Autonomia ou subordinação?”.

PESQUISADORA: Josimery Amaro de Melo

PESQUISADO (a): _____

Formulário de Entrevista

1. Idade: _____

2. Escolaridade:

() Fundamental completo () Fundamental incompleto () Médio completo
() médio incompleto () não alfabetizado

3. Naturalidade?

04. Há quanto tempo cata recicláveis e esta na associação?

05. Tem filhos, Qual a idade deles?

06. Eles os ajudam na cata de reciclagem?

() sim () não

07. Exerce outra atividade remunerada? Se sim qual?

() sim _____ () não

08. O que fazia antes de ser catador (a)?

09. O que o fez tornar-se catador (a)?

10. Qual sua carga de trabalho diária, e quantos dias trabalha por semana?

11. Quantos catadores estão vinculados ao núcleo mangabeira?

12. Qual sua renda adquirida pela catação?

13. Já pensou em deixar de ser catador? E por quê?

14. Já adquiriu alguma doença através do seu trabalho?

15. Quais os EPI's utilizado por você no cotidiano do trabalho?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Você conhece a história da ASTRAMARE? Fale um pouco sobre ela.
2. Tem contato ou conhece algum outro membro da associação que faça parte de outro núcleo de coleta seletiva, ou da outra associação ACORDO VERDE?
3. Quem é o atual presidente da associação, ela tem sede? Onde fica?
4. Como foi realizado e ainda vem sendo realizado o acordo entre ASTRAMARE/ACORDO VERDE e EMLUR?
5. Quais são os critérios para ser um associado da ASTRAMARE e fazer parte dos núcleos de coleta seletiva?
6. Em que situação um associado é expulso?
7. Como é o seu trabalho?
8. A quem é vendido o material coletado?
9. Quem é responsável pela venda? São informados sobre o valor das vendas?
10. Como é feita a partilha da venda?
11. Quem determina o que vai ser coletado? O preço dos recicláveis? E a quem vai ser vendido?
12. Porque a associação ainda esta vinculada a prefeitura?
13. Há algum interesse da ASTRAMARE/ACORDO VERDE em obter separação da EMLUR?
14. Porque a associação não é contratada pela RUMUS ou prefeitura para desenvolver o trabalho formalmente?
15. Quais são as dificuldades desse trabalho?
16. Há algum incentivo da prefeitura para os associados? Programas, projetos: educação de jovens e adultos, cursos capacitações, inscrição em programa habitacional e atendimento médico preferencial?
17. Como você vê a questão dos direitos trabalhistas relacionados à sua profissão?
18. O que espera de sua profissão e de sua vida?

APÊNDICE D- ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS COORDENADORES DA ASTRAMARE

1. Quando surgiram os núcleos de coleta seletiva em João Pessoa? As associações nasceram junto com os núcleos?
2. Como foram mobilizados os catadores dos núcleos, no primeiro ano eram quantos?
3. Como foi realizado e ainda vem sendo realizado o acordo entre ASTRAMARE/ACORDO VERDE e EMLUR?
4. Qual a importância desse Acordo para a EMLUR e para prefeitura?
5. Por que os fiscais nos núcleos?
6. Quais são os critérios para ser um associado da ASTRAMARE e fazer parte dos núcleos de coleta seletiva?
7. Quanto se coleta de reciclagem por mês no município?
8. A quem é vendido o material coletado?
9. Existe alguma iniciativa da prefeitura para os núcleos venderem diretamente a indústria?
10. Porque depois de todos estes anos a ASTRAMARE ainda precisa da intermediação da EMLUR?
11. Há algum interesse da ASTRAMARE/ACORDO VERDE em obter separação da EMLUR?
12. Porque a criação de outra associação quando já existia a ASTRAMARE?
13. Porque a associação não é contratada pela RUMUS ou prefeitura para desenvolver o trabalho formalmente?
14. Há algum incentivo da prefeitura para os associados? Programas, projetos: educação de jovens e adultos, cursos capacitações, inscrição em programa habitacional ou atendimento médico preferencial?
15. Porque foi reduzido os “benefícios” à ASTRAMARE na gestão do prefeito atual?

ANEXOS

ANEXO 1



CONVÊNIO Nº 003/2005

**TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A EMLUR – AUTARQUIA
ESPECIAL MUNICIPAL DE LIMPEZA
URBANA e ASTRAMARE – ASSOCIAÇÃO
DOS TRABALHADORES DE MATERIAL
RECICLÁVEL, NA FORMA ABAIXO.**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito permitida, de um lado, a **EMLUR – Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana**, estabelecida na Av. Minas Gerais, 177, Bairro dos Estados, João Pessoa, Paraíba, neste ato representado por seu Superintendente, Alexandre Urquiza de Sá e pelo Diretor Operacional, Engº. Luiz Antonio Gualberto, doravante denominada simplesmente **EMLUR**, e do outro lado a **ASTRAMARE – ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL**, com sede à Rua General Osório, s/n, Centro, Nesta Capital, inscrita no CNPJ n.º 04.077.150/0001-54, representada neste ato por seu coordenador **Jean Carlos Alves da Silva**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1719148 SSP/PB, inscrito no CPF sob o n.º 910.539.274-87, doravante denominada **ASTRAMARE**, resolvem firmar o presente convênio, na forma abaixo aduzida.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Objetiva o presente Convênio, a execução de Projeto de coleta seletiva, nos bairros do Bessa, Cabo Branco, Tambaú, Mandacarú, Bairro dos Estados, 13 de Maio, Pedro Gondim, Bairro dos Ipês, todos na cidade de João Pessoa, Paraíba, bem como nas unidades de triagem de materiais recicláveis do Róger e do Aterro Sanitário Metropolitano, através de coleta porta a porta, divulgação, educação e conscientização da população, para a necessidade de se reciclar resíduos, tais como, papel, papelão, metais, vidros, plásticos e embalagens.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES

2.1 - As responsabilidades serão divididas entre as partes, da seguinte forma:

a) À **EMLUR**, caberá:

Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana - EMLUR
Av. Minas Gerais Nº 177 - Bairro dos Estados - Fone: 3214-7660 - CEP: 58.030-090 - João Pessoa - Paraíba - CNPJ: 08.806.838/0001-89

ANEXO 2

**JOÃO PESSOA**
EMLUR

- a.1) Fornecer o material de divulgação do projeto;
- a.2) Elaborar, monitorar e avaliar o projeto de coleta seletiva conjuntamente com os representantes da ASTRAMARE e parceiro (Cáritas) envolvido no projeto; bem como, as unidades;
- a.3) Elaborar trabalho de divulgação junto a comunidade;
- a.4) Fiscalização e orientação junto as unidades de coleta seletiva e centrais de triagem para a execução de suas obrigações;
- a.5) Manutenção dos postos de coleta mencionados na Cláusula Primeira, e dos equipamentos e posto de triagem existente no Parque do Róger, antigo Lixão; bem como, licença ambiental para o devido funcionamento dos postos de coleta seletiva;
- a.6) Fornecimento de uniformes e EPIs duas vezes por ano;
- a.7) Disponibilizar 02 (dois) motoristas da EMLUR para dirigir o veículo (ônibus) pertencente a ASTRAMARE. Estes servidores não terao vínculo empregatício, seja a que título for, com a ASTRAMARE,
- a.8) Fornecimento de combustível para o veículo mencionado no item a.11 deste instrumento, correspondente a 800L (oitocentos litros) por mês.

b) Caberá à ASTRAMARE:

- b.1) Realizar a coleta seletiva porta a porta de segunda a sexta-feira, das 08:00hs às 11:30hs e de 13:30hs às 18:00hs e no Sábado até às 12:00 horas ou conforme definido entre ambas as partes (EMLUR e ASTRAMARE), bem como em eventos especiais;
- b.2) Nos feriados a ASTRAMARE compromete-se a disponibilizar metade do pessoal envolvido na coleta seletiva e unidades de triagem, conforme critérios definidos entre a Associação e a EMLUR;
- b.3) A ASTRAMARE responsabiliza-se exclusivamente por qualquer ônus, ação ou débito referente aos recicladores no que tange aos encargos previdenciários, fundiários, trabalhistas, entre outros. Salvo os 02 (dois) motoristas enumerados no item a.11 disponibilizados pela EMLUR;
- b.4) Nenhum associado da ASTRAMARE que participa do projeto de coleta seletiva, poderá ter seus filhos trabalhando dentro do postos de coleta seletiva, sob pena do associado deixar de participar do projeto;
- b.5) Participar da elaboração, monitoramento e avaliação do projeto de coleta seletiva conjuntamente com a EMLUR e parceiro (Cáritas) envolvido no projeto;

Autorquia Especial Municipal de Limpeza Urbana - EMLUR

Av. Minas Gerais Nº 177 - Bairro dos Estados - Fone: 3214-7660 - CEP: 58.030-090 - João Pessoa - Paraíba - CNPJ: 08.806.838/0001-89

ANEXO 3



b.6) A ASTRAMARE deverá manter limpo todos os pontos de apoio da coleta seletiva e zelar pelos equipamentos disponibilizados para realização da coleta seletiva, devendo haver lavagem diário dos postos de coleta e das unidades de triagem;

b.7) Responsabilizar-se por qualquer tipo de dano causado a EMLUR ou a terceiros na execução do objeto deste instrumento, seja ocasionado pela ASTRAMARE, seja por seus associados ou prepostos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESCISÃO

3.1 - Havendo o descumprimento da Cláusula Segunda por qualquer dos parceiros, o presente Convênio perderá sua eficácia, encerrando-se, não podendo nenhuma das partes pleitear qualquer tipo de indenização, face à ausência de fins lucrativos do projeto.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1 - O presente convênio vigorará por um período de 01(um) ano a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual prazo mediante aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OMISSÕES

5.1 - Os casos omissos serão discutidos e resolvidos entre as partes, em comum acordo.

5.2 - Fica eleito o foro da cidade de João Pessoa/PB para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste convênio, renunciando-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

5.3 - E por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus legais efeitos.

João Pessoa, 13 de julho de 2005.

CAPITAL/ Apesar de empregados, moradores das proximidades dizem que vida era melhor antes, tempos em que eram catadores no lixo

Famílias lamentam o fim do Lixão do Róger

JACQUELINE SANTOS

“Não tenho nada pra comer hoje, não sei o que fazer. Quando existia o lixão a gente sempre tinha alguma coisa boa de comida pra comer e nunca passava fome”, diz a dona de casa Maria da Penha

Francisca, de 54 anos. Ela é uma das pessoas que mora na Comunidade do S, em João Pessoa, próximo ao local onde funcionava o Lixão do Róger, que mesmo seis anos após ter sido desativado, ainda “acolhe” inúmeras famílias no local lamentando o fim do depósito, pois o projeto de construção de um parque ecológico não teve êxito.

Hoje, Maria da Penha sobrevive de bicos em casas de família, mas garante que a vida era bem melhor nos tempos do Lixão, em especial para aqueles que ocupavam alguns barracos construídos bem ao lado, e que facilitava o acesso às montanhas de alimentos e produtos estragados que chegavam nos vários caminhões de lixo diariamente. A doméstica disse que é responsável pelo sustento de sete familiares que moram em sua casa, sendo quatro

crianças. Quando contava com a ajuda do Programa Bolsa Família, tinha R\$ 70 para arcar com parte das despesas, como água, luz e alguns itens da cesta básica. “Agora, com o benefício bloqueado, e sem o Lixão, a situação está bem difícil”, analisa.

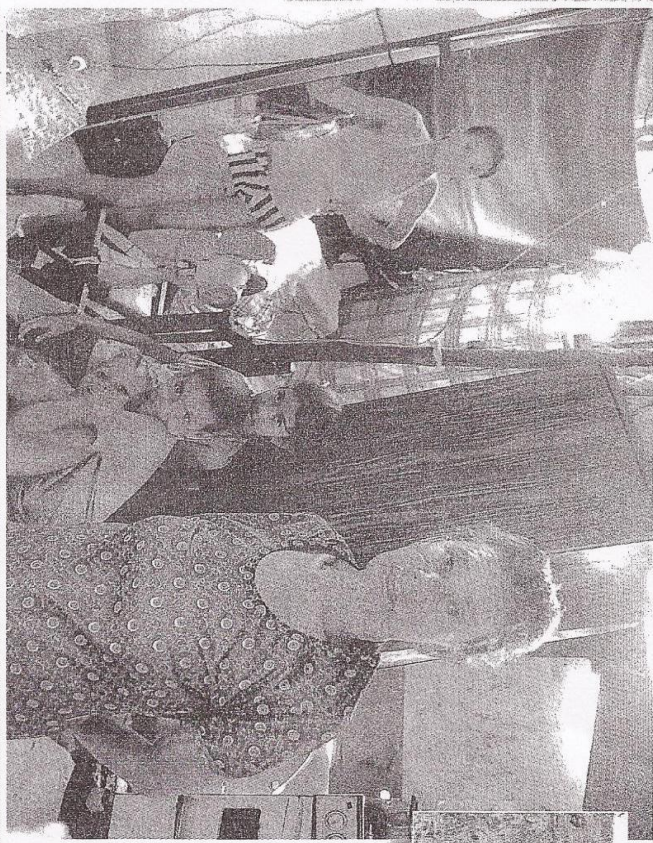
Todos aqueles que atuavam como catadores de resíduos na área do Lixão recebiam assistência na época da desativação.

Orlando Soares, técnico de Operações da Administração Municipal Especial de Limpeza Urbana de João Pessoa (Embur), explicou que foi criada uma cooperativa para abrigar os trabalhadores, os quais recebiam rendimentos mensais a partir de um salário mínimo. A Associação dos Trabalhadores de Materiais Reciclados (Astramar), como é

“Quando existia o Lixão, a gente sempre tinha alguma coisa boa de comida pra comer”

chamada, ainda existe em núcleos distribuídos em diversos bairros da capital.

Orlando Soares assegura que o acompanhamento às famílias que sobreviviam do trabalho no Lixão ainda acontece. “Foram criados os núcleos de coleta seletiva para abrigá-los, mas muitos não estavam satisfeitos e decidiram voltar para a clandestinida-



Itamar Faria / Francisco Porto

SUSTENTO
Josefa Maria da Conceição classifica a época em que existia o Lixão como um “tempo de vacas gordas”. O Lixão do Róger (no detalhe) foi desativado há seis anos

de. Retrou-se, mas foram dadas condições para que eles sobrevivessem dignamente”, enfatiza.

Em 2003, foram contempladas cerca de 200 famílias que exerciam o trabalho de coleta de lixo em um grande depósito a céu aberto, convivendo com urubus, roedores e outros animais. Os trabalhadores foram empregados nos núcleos de coleta seletiva.

Uma tela é a do aposentado Antônio da Silva, que disse que

com o Lixão tinha liberdade de trabalho, estabelecia o horário que considerava conveniente, e ganhava acima do que recebe hoje, trabalhando com materiais recicláveis colhidos pelas ruas de João Pessoa.

“As pessoas que foram para o Alento (ou seja, trabalhar na cooperativa dentro do Alento Sanitário Metropolitano, que funciona no Distrito Industrial de João Pessoa) ganhavam muito pouco e não

da para sobreviver”, queixava-se Antônio, de 51 anos, enquanto carregava uma carroça coberta de materiais recicláveis, que tiram ser vendidos posteriormente. Ele recorda, que, assim, que o Lixão foi desativado, um galpão de reciclagem foi montado no local e os funcionários recebiam uma ajuda de custo do município.

Conforme a assessora de comunicação da Secretaria de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)

Desenvolvimento Social de João

Pessoa (Sedes), várias atividades são desenvolvidas com o objetivo de gerar renda para a população da Comunidade do S, no Róger, a exemplo do Centro de Referência de Cidadania (CRC), que fica no Róger, e disponibiliza cursos profissionalizantes de forma permanente. Além disso, existe no local um núcleo do Programa de

Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)

CONTINUA NA PÁGINA 3

ANEXO 5

JORNAL DA PARAÍBA, 23 de novembro de 2009 ECON

| CERTIFICADO/ Capacidade de produção chegará a 600 mil toneladas

Aterro vai receber R\$ 5 milhões em crédito de carbono

■ JEAN GREGÓRIO

A empresa Rumos Construções Ambientais, que administra o Aterro Metropolitano de João Pessoa, deverá receber mais de US\$ 3 milhões de dólares (R\$ 5,2 milhões) em certificado de crédito de carbono, por reduzir a emissão de gases que produzem o efeito estufa, como é o caso do metano (CH₄), gerado pela decomposição do lixo orgânico (sobretudo restos de comida). O projeto idealizado pela Rumos em 2005 e concretizado no início deste ano com a instalação dos equipamentos para queimar o metano, um gás que é 21 vezes mais poluente que o carbono, receberá os técnicos da Organização das Nações Unidas (ONU), provavelmente em janeiro. Os técnicos vão aferir e certificar se o sistema implantado foi eficiente para conter a emissão do metano e quantas toneladas foram acumuladas em crédito de carbono.

O diretor técnico da Rumos Ambientais, Sérgio Duarte, acredita que o aterro tem potencial para gerar 600 mil toneladas de carbono até 2012, mas somente 50% dessa capacidade deverá ser gerada na primeira medição em 2010. "O projeto prevê um custo de implantação de aproximadamente

2,5 milhões de dólares do sistema, que é monitorado por computadores. O processo de certificação é demorado e passa por várias etapas desde a medição até a certificação e emissão dos CERs (Certificados de Créditos de Carbono). No nosso caso a primeira verificação será feita em 2010", revela Sérgio ao informar que atualmente o valor de cada crédito de carbono gira no mercado internacional em torno de US\$ 10 dólares.

Como cada tonelada de metano reduzida resulta em 21 créditos de carbono e como o aterro deverá produzir 300 mil toneladas de carbono com a queima do metano nessa primeira fase, corresponderá a três milhões de dólares. O valor se aproxima da arrecadação da Taxa de Coleta de Resíduos (TCR) da capital que gera uma receita, aproximadamente, de R\$ 6 milhões por ano.

Conforme as diretrizes estabelecidas pelo Protocolo de Kyoto, também conhecido como Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), como há metas de redução dos Gases do Efeito Estufa (GEE), quando o metano deixa de ser emitido para a atmosfera, a empresa pode vender os créditos de carbono no mercado internacional.

"Após a assinatura do protocolo

de Kyoto, vimos a necessidade de implantar o projeto de sequestro de carbono no Aterro Metropolitano de João Pessoa. Como o local construído é um projeto ambientalmente correto e a política da empresa é de concretizar ações neste caminho, esta implantação se fez obrigatória", explica Sérgio Duarte, que descarta um alto retorno financeiro com o projeto.

Além de João Pessoa, responsável por mais de 70% do lixo depositado no aterro, os municípios de Cabedelo, Bayeux, Santa Rita e Conde utilizam o local, mas em menor proporção. A Emlur paga à Rumos R\$ 20 em cada tonelada depositada no aterro e mais R\$ 73 às três empresas que fazem coleta e o transporte do lixo da cidade até o aterro. Das mais de 900 toneladas diariamente coletadas na capital, cerca de 60% (550) são de lixo orgânico, matéria rica em gás metano.

Para o superintendente da Emlur (Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana), Coriolano Coutinho, a prefeitura de João Pessoa deverá ser a maior beneficiada com a divisão dos créditos de carbono entre as quatro prefeituras, caso seja levada em consideração a proporcionalidade.

CONTINUA NA PÁGINA 10

Trabalho de coleta funciona como cadeia produtiva

A inclusão social e econômica dos catadores só começou a chamar a atenção da gestão pública, de forma efetiva, a partir de meados desta década. O decreto federal nº 5.490/06 instituiu que órgãos e entidades da administração pública adotassem a separação dos resíduos recicláveis descartados. Outra lei, de nº 11.445/07, passou a permitir a participação de catadores em licitações de limpeza urbana.

Emilene Urban (dtdm) 3080ud

O programa de Coleta Seletiva. O trabalho funciona como uma cadeia produtiva. Na ponta está o agente de reciclagem que faz a coleta dos materiais de porta em porta. Com os fardos prontos, eles seguem para uma das quatro cooperativas ou associações de reciclagem da capital, onde encontram comprador certo para mercadoria. Após a triagem nos galpões, eles podem vender as latinhas para as próprias fábricas de bebida, principais interessadas nas embalagens de alumínio. Aqui, eles têm a garantia de fazer um bom negócio, sem terem custo algum. Se eles ganharem R\$ 1.000, ficam com o valor total. Todo dinheiro arrecadado fica com eles", explica o coordenador da coleta seletiva da Emilur, Edilberto Fernandes.

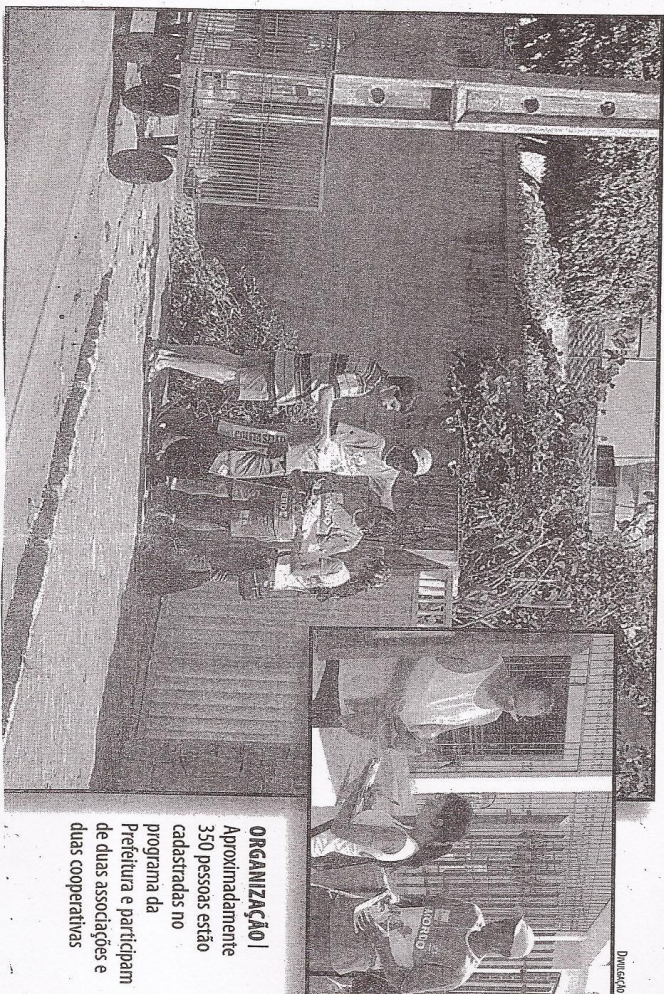
Aproximadamente 350 pessoas estão cadastradas junto ao programa da prefeitura e participam de duas associações de trabalhadores e duas cooperativas espa-

lhadas pelos bairros do Bessa, Mangabeira, 13 de Maio e Róger. Edilberto Fernandes acrescenta que toda a estrutura, desde os galpões, máquinas de prensa, balança, empilhadeira, até os caminhões de coleta são disponibilizadas pela Emilur. "Eles seguem uma rota programada". Rota essa que despois - proprietários de depósitos particulares. Segundo último levantamento da Prefeitura

galpões privados de atravessadores. Eles não possuem obrigações tributárias e definem quanto vai custar o trabalho do catador. Em alguns casos, costumam explorar a mão-de-obra dos catadores. Para este segmento, a crise já chegou. O proprietário de um galpão no Róger, Edgard Barbosa, afirma que a compra de latinhas diminuiu em 30%. "Reduziu bastante o preço. Antes, eu comprava o quilo por R\$ 3, esse valor caiu

"Aqui é melhor do que está na rua", esta é a impressão que tem agente de reciclagem Carmelita Mendes. Há seis, ela trocou a incerteza pelo trabalho na Associação Acordo Verde, em Mangabeira. A ex-empregada doméstica relata que antes não tinha horário para sair nem para voltar pra casa. "Hoje, eu tenho que estar no galpão todo dia às 7h e tenho até horário pro almoço, das 11h às 13h30", comemora. Carmelita também

diz que se sente mais segura, especialmente por causa dos equipamentos que ganhou para fazer a coleta seletiva. "Tem roupa, luva, bota, tudo direito". Ganhando um salário de R\$ 200 fixos, além do que consegue arrecadar com o que vende, ela diz que conseguiu criar o filho de 16 anos. "Da pra viver, minha filha! É pouco, mas não falta comida", garante. Além dela, outras 35 famílias fazem parte da associação.



ORGANIZAÇÃO
Aproximadamente 350 pessoas estão cadastradas no programa da Prefeitura e participam de duas associações e duas cooperativas

ANEXO 7

ACORDO VERDE

COM LICENÇA, MADAME, VAMOS FAZER UM ACORDO PARA DEIXAR A CIDADE MAIS LIMPA E AINDA GANHAR RENDA!

CLARO, DR. LIMPEZA!

É O ACORDO VERDE!
ENTRE NISSA POR JOÃO PESSOA!

VOCÊ ENTRA COM O LIXO E A PREFEITURA COM A COLETA!

A SUA PARTE É FAZER A COLETA, SELEZIONAR O LIXO SECO: PAPEL, METAL, LATAS, ALUMÍNIO, VIDRO, PLÁSTICOS, DENTRE OUTROS. DO LIXO MOLHADO: CASCAS DE FRUTAS E LEGUMES E RESTOS DE COMIDA.

A PARTE DO AGENTE É RECO-LHER O LIXO SECO NA SUA CASA E LÊ-LO PARA RECICLAGEM!

ASSIM, VOCÊ GANHA UMA RENDA E A CIDADE MAIS LIMPA.

E O AGENTE AMBIENTAL GANHA RENDA E INCLUSÃO SOCIAL.

JA, JOÃO PESSOA, GANHA O RESULTADO DE VOCÊS!

SE VOCÊ MORAR NOS BANCÁRIOS, JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA, ANATOLIA, JARDIM SÃO PAULO E MANGABEIRA, PARIQUIPE!

aflo Limpeza 0800 832425

JOÃO PESSOA
GOVERNO MUNICIPAL

Acordo Verde

Entre nessa por João Pessoa

Com o Acordo Verde, você ganha uma cidade mais limpa, ganha ambiental, ganha inclusão social. Já a nossa cidade ganha mais vida e orgulho de você.

Este é um acordo entre você e o agente ambiental.
A sua parte é fazer a coleta seletiva (separar o lixo seco: papel, metais, latas, alumínio, vidro, plásticos, dentre outros do lixo molhado: cascas de frutas e legumes e restos de comida). A parte do agente ambiental é pagar o lixo seco na sua casa.

Como participar do Acordo Verde?
O Agente Ambiental vai até a sua casa com um estagiário da Emtur, vocês vão firmar um compromisso: ele vai lhe entregar o saco verde e você o lixo seco. Depois é só cada um cumprir a sua parte. Quem pode participar do Acordo Verde?
Quem mora nos Bancários, Jardim Cidade Universitária,

aflo Limpeza 0800 832425

JOÃO PESSOA
GOVERNO MUNICIPAL

Acordo Verde completa três anos

Acordo Verde - O projeto 'Acordo Verde' foi implantado em 2007 e atende quatro bairros da Zona Sul. Nela, o morador faz um acordo simbólico onde entra com a separação do lixo e a prefeitura com a coleta porta a porta feita pelos agentes ambientais, antigos catadores informais. Esse projeto garantiu a inclusão social dos agentes ambientais, ajuda na preservação do meio ambiente e contribui para deixar a cidade mais limpa e organizada.

Mais galpões de triagem - Com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Prefeitura vai ampliar a coleta seletiva na cidade com a entrega de dois galpões de triagem totalmente equipados. Um deles já está pronto para funcionar e deve ser inaugurado até o final de setembro em Mangabeira VIII (Cidade Verde), conforme informações do superintendente da Emur, Deusdete Queiroga Filho. Outro galpão está em fase adiantada de construção e fica localizado no Valentinista Figueiredo. Deusdete Queiroga informou ainda que devido ao compromisso da Prefeitura com os objetivos do PAC e a agilidade na construção dos galpões, o Ministério das Cidades aprovou a construção de mais dois galpões de triagem. "A nossa meta é cobrir toda a cidade com a coleta seletiva", disse o titular da pasta.

Educação ambiental- A Emur também desenvolve projetos com objetivo de despertar o interesse da população para a preservação do Meio Ambiente e consumo mais consciente, criando formas de sensibilizar a comunidade para o acondicionamento correto do lixo, de participar da coleta seletiva e de reaproveitar o lixo. Entre eles podem ser citados o projeto 'Não vai pelo ralo' que coleta óleo de cozinha usado para transformar em sabão ecológico. O objetivo é diminuir o impacto ambiental causado por esse produto, que depositado em local inadequado polui a água e o solo. A Emur conta com parceria de ONGs, comerciantes, barraqueiros e entidades para recolher o óleo. No período de verão, o projeto "Cidade Limpeza, Verão Beleza" alerta os banhistas e barraqueiros da orla para a necessidade de manter a praia limpa e o "Santo de Casa faz Milagres" implanta a coleta seletiva mostrando como colocar o plástico no recipiente vermelho, o papel no azul, o vidro no verde e o metal no amarelo em instituições públicas e privadas, entidades da sociedade civil organizada, além das secretarias